UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES,
INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES,
DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

MARINA LANG

**FUMAÇA NA NUVEM: A BUSCA POR “MACONHA” NO
GOOGLE E NO FACEBOOK**

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES,
INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES,
DIREITOS E OUTRAS LEGITIMIDADES

**FUMAÇA NA NUVEM: A BUSCA POR “MACONHA” NO
GOOGLE E NO FACEBOOK**

Marina Lang

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Gilson Schwartz

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L271f Lang, Marina
 Fumaça na nuvem: a busca por "maconha" no Google e
 no Facebook / Marina Lang ; orientador Gilson
 Schwartz. – São Paulo, 2015.
 133 f.

Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Maconha. 2. Cannabis. 3. Internet. 4. Redes
sociais. 5. Droga. I. Schwartz, Gilson, orient. II.
Título.

Folha de Aprovação

Marina Lang

Fumaça na nuvem: a busca por “maconha” no Google e no Facebook

Prof. Dr. Gilson Schwartz

Prof. Dr. Marcos Alexandre Zilli

Prof. Dr. Henrique Carneiro

A João Pedro, pelo carinho, amor e paciência.
Aos meus avós, Nivaldo e Maria Estella, pela
humanidade, pela fé e pelo pensamento crítico.
À minha mãe, Valderez, pelos desafios superados.

“Planta proibida, máfia agradecida.”

(Anônimo da internet)

SUMÁRIO

Introdução	9
1. A erva proibida	11
1.1 A cruzada norte-americana	15
1.2 Dos EUA para o mundo	27
2. Proibicionismo da maconha no Brasil	33
3. Aspectos socioculturais e medicinais da maconha	40
4. Redes sociais e buscas em prol da maconha	47
5. Abordagem metodológica	56
6 Análise: A maconha no mecanismo de buscas do Google	61
6.1 Busca e sistema de dados	63
6.2 Aplicação de metodologia	67
6.3 Política, economia e leis	75
6.4 Marcas, entidades, nomes, produtos	79
6.5 Cultura canábica	83
6.6 Maconha medicinal	87
6.7 Idiomas	91
6.8 Considerações e variáveis	92
Capítulo 7: Análise: Quebrando o tabu da Maconha no Facebook	95
7.1 Estrutura	96
7.2 Sentido	99
7.3 Interação	100
7.4 Multimodalidade	110
7.5 Comportamento social	112
7.6 Considerações e variáveis	109
Conclusão	114
Referências	117

RESUMO

Esta dissertação propõe um estudo sobre o interesse dos usuários de internet na *Cannabis sativa*, ou maconha, a partir da recuperação de buscas de usuários no sistema Google e sobre discussões na comunidade virtual do Facebook “Quebrando o Tabu”. O texto é dividido em três partes: na primeira, se apresenta a história da cannabis no Brasil e no mundo; na segunda, são expostos os mecanismos de buscas e as redes sociais; na terceira, há aplicações das metodologias propostas. Nesta última parte, usam-se dados do mecanismo de busca e análise de discurso da comunidade para traçar as especificidades dos usuários de internet na pesquisa e discussão sobre a maconha no Brasil. Deseja-se, de tal modo, contribuir para o debate acadêmico com a incorporação de análise e dados, além da reflexão sobre questões de legalização e descriminalização da cannabis no país.

Palavras-chave: maconha – cannabis – internet – redes sociais – droga

ABSTRACT

This dissertation proposes a study about the interest of internet users on *Cannabis sativa* (also known as marijuana), based on the retrieval of search query logs in Google system and about the discussion on the Facebook page named “Quebrando o Tabu”. The text is composed of three parts: the first one presents the history of Cannabis in Brazil and around the world; the second one shows both search engine and social media; the third one develops the proposed methodologies. This last part uses search engine data and discourse analysis to set the distinctiveness of Brazilian internet users into research and discussion about Cannabis. The purpose of this study is to contribute to the academic debate by embodying data and analysis into the reflection about legalization and decriminalization of marijuana in Brazil.

Keywords: marijuana – cannabis – internet – social media – drug

INTRODUÇÃO

Tanto o crescimento do uso do Facebook quanto o do Google no Brasil ao longo dos últimos anos trouxeram novas abordagens para os estudos interdisciplinares das ciências humanas na perspectiva da comunicação, da história e dos discursos na questão da discussão sobre a maconha e, em seu bojo, sobre outras drogas.

O tema será abordado tanto com referência ao *zeitgeist* na política contemporânea de combate às drogas (sabidamente falha e obtusa ao longo de décadas do ponto de vista de seus impactos nas esferas da saúde pública ou da criminalização de posse e uso de entorpecentes, além do tráfico em si) quanto na perspectiva da economia política, na ótica do puritanismo americano como legitimação do capitalismo fordista, além de trocas na sociedade governada pelas leis de valor da iconomia.

Este trabalho tem como objetivo explorar o uso do mecanismo de buscas do Google e da rede social Facebook como espaços de formação do interesse público e da ampliação do debate sobre a maconha.

A hipótese que norteia esse trabalho é que tais mecanismos são capazes de guiar e reconfigurar o debate público sobre o tema.

A partir daí, serão usados como vetores conceituais: a história das drogas, de Escohotado (2008); a revolução psicoativa, de Courtwright (2001); a ideia de embriaguez, de Carneiro (2010); o controle social da relação entre americanismo e fordismo estabelecida por Gramsci (1934); a economia política da cultura digital, ou iconomia, de Schwartz (2009); a recuperação de informações da interação homem-computador, de Marchionini (2006); e da Análise de Discurso Mediada por Computador, de Herring (2004 e 2012) apud Recuero e Soares (2013); e o poder simbólico, de Bourdieu (1989).

A dissertação vai apontar contexto histórico, jurídico e social do *proibicionismo* da maconha no Brasil e no mundo, partindo de hipóteses fundamentais como os eventuais benefícios da sua descriminalização e da sua

legalização (tendo em perspectiva e relevância o debate vigente do Supremo Tribunal Federal em 2015 quanto à descriminalização das drogas e do plantio de maconha), além da inclusão dos espaços virtuais como meios de criação de novos debates políticos capitaneados por sujeitos que criam uma nova dinâmica na pesquisa e no debate – essencialmente público e fundamentalmente virtual – da questão da *Cannabis sativa*, tanto na perspectiva dos direitos humanos quanto na das liberdades individuais e de foro íntimo do cidadão.

CAPÍTULO 1

A ERVA MALDITA: DO PROIBICIONISMO SUB-REPTÍCIO À DESCriminalIZAÇÃO

Entre o tabu, a espiritualidade e o entorpecimento, não há origens precisas da trajetória milenar do consumo de *Cannabis sativa*, embora ela seja uma das plantas mais ancestrais cultivadas pelo homem para diversas finalidades. Li (1975) demonstra que os registros mais antigos provêm de povos ancestrais da Ásia, com evidências arqueológicas apontando para o uso de fibras de planta durante o Período Neolítico, por volta de 6.000 anos atrás. O caractere chinês para maconha, denominado ma, tem por volta de 3.000 anos de existência, com grafias distintas para plantas masculinas e femininas, suas sementes e frutos, o que já demonstra as diferentes relações do homem com a planta. Uma das variações conotativas do caractere ma, adquirida ao longo dos tempos, indicava “dormência” ou “falta de sentido”, o que sugere que o uso da maconha enquanto droga era conhecido pelo povo antepassado asiático e em rituais de xamanismo. Sua difusão, sobretudo para a Índia, ocorre através da mobilidade das tribos neolíticas¹.

A primeira documentação do uso de *Cannabis sativa* para fins medicinais é encontrada em um texto de por volta de 200 a.C., “Pen T’sao Ching”, o livro mais antigo sobre fitoterapia que se tem conhecimento. Usada como cura para várias doenças e como um analgésico poderoso, seus efeitos alucinógenos são minuciosamente descritos.

Registros da relação entre a maconha e a religiosidade também são encontrados na Assíria, na Babilônia e na Palestina, cuja proximidade é documentada em traduções do antigo aramaico do Velho Testamento bíblico, que

1. LI, Hui-Lin. **The Origin and Use of Cannabis in Eastern Asia: Their Linguistic-Cultural Implications.** In **Cannabis and Culture** (org. Vera Rubin), p. 51-62.

posteriormente seriam modificadas de forma errônea². Benet (1975) afirma que com uso feito por reis e sacerdotes hebreus, a erva aparece no texto tanto devido ao seu aspecto ritualístico e sagrado quanto intoxicante (op.cit., p. 39-41).

Para entender os parâmetros do entorpecimento, uma digressão se faz necessária. Com base em Carneiro³, pode-se dizer que a embriaguez, enquanto epítome do resultado de uso de qualquer droga, é uma fonte de prazer correlata a outras na economia libidinal da psique humana, como sexo e alimentação. Segundo o autor, a visão sobre ebriedade pode ser

“(...) sagrada, como em Dioniso; uma marca dentre a fronteira entre a temperança civilizada grega e a ébria barbárie em Heródoto e Hipócrates; um aferidor moral da personalidade nos escritos platônicos; uma medida da capacidade de autocontrole e da moderação na ética clássica; o principal instrumento de consagração no judaísmo; a encarnação da própria divindade no cristianismo; uma fonte de tentações demoníacas contrárias à razão a serem abolidas no cristianismo proibicionista; o principal remédio e a grande cura e consolo de todas as doenças numa medicina milenar; um instrumento mnemônico em rituais ameríndios; um desequilíbrio dos humores corporais na medicina moderna; uma doença orgânica hereditária e degenerativa nas teorias médicas eugenistas; uma doença mental na psiquiatria.” (CARNEIRO, 2010, p. 266)

Vale lembrar que algumas drogas são socialmente aceitáveis, como café, cigarros e álcool, cada qual alterando estados de percepção à sua maneira. Courtwright⁴ vai mais longe: ele relata que o chocolate é uma das drogas mais consumidas. O chocolate é droga porque integra o conceito de “qualquer substância psicoativa, lícita ou ilícita, suave ou não, usada para fins médicos ou não” (p. 2). Nessa categoria estão incluídas as intituladas drogas pesadas (morfina, cocaína, heroína, metanfetamina, crack); substâncias sintéticas ou semi-sintéticas (ácido lisérgico, ecstasy); e bebidas com cafeína, chocolate, coca, tabaco e o objeto deste estudo, a maconha.

As substâncias psicoativas, de acordo com Courtwright, foram se dissemi-

2. BENET, S. **Early Diffusion and Folk Uses of Hemp**. In **Cannabis and Culture** (org. Vera Rubin), p. 39-48.

3. CARNEIRO, H. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga**. São Paulo: SENAC, 2010.

4. COURTWRIGHT, DT. **Forces of habit: drugs and the making of the modern world**. Massachusetts/London: Harvard/Cambridge;2001.

nando socialmente no século XIX, quando o comércio transoceânico favoreceu a venda das mesmas para alterar consciências. O açúcar, também qualificado como droga, foi a chave para disseminação de outras, como cafeína, álcool destilado, cocaína, derivados do ópio, tabaco e maconha. A esse fenômeno do mundo moderno o autor dá o nome de Revolução Psicoativa (p. 26).

O trânsito livre de substâncias teria uma sugestão de proibição a partir de ligeiras restrições de éter na Europa e de álcool nos Estados Unidos ainda no decorrer do século XIX, enquanto outras substâncias alucinógenas se manteriam na legalidade. Escohotado (2008) lembra que morfina, codeína, cocaína e heroína faziam parte da farmacologia doméstica, geralmente receitadas por médicos familiares, “com a mesma função que hoje desempenham sedativos, hipnóticos, antitussígeno e estimulantes sintéticos”⁵.

Por consequência, ascendem os efeitos do *laissez-faire*: desde o Renascimento, a medicina se baseava em um autocontrole do usuário de drogas. Mas, paulatinamente, se produzem indivíduos psicologicamente seduzidos ou, na hipótese farmacológica, com sintomas de crise de abstinência. Há uma transição entre o indivíduo familiarizado (que tomava decisões na esfera privada) ao indivíduo adicto, que demanda um “exorcismo público”⁶. Eis o fértil panorama para a as primeiras leis sobre repressão.

Se Courtwright classificara o comércio transoceânico de drogas como revolução psicoativa⁴, é a partir do final do século XIX que se assiste uma contrarrevolução cristalizada no conceito de proibicionismo⁷. Números mundiais sobre a quantidade de derivados do ópio e da cocaína são desconhecidos entre o final daquele século até o começo do século XX. Laboratórios que detinham a fabricação desses componentes não abrem dados sobre o volume de produção e de comercialização até hoje.

5. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 558.

6. Idem, p. 560.

7. Aqui, aplica-se um excerto de Henrique Carneiro para entendimento de termo: “O estatuto do proibicionismo separou a indústria farmacêutica, a indústria do tabaco, a indústria do álcool, entre outras, da indústria clandestina das drogas proibidas, num mecanismo que resultou na hipertrofia do lucro no ramo das substâncias interditas. (...) O proibicionismo determina todo o contexto do consumo contemporâneo de drogas, inclusive a expansão das formas de consumo mais degradadas, adulteradas e destrutivas.” CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Revista Outubro, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, pp.115-128.

1.1 A CRUZADA NORTE-AMERICANA

À medida que os Estados Unidos adquiriam poderio político e econômico⁸, são de estudos provenientes do governo que vêm uma amostra estatística sobre a demanda e o consumo de drogas no país à época. O comitê especial sobre Aquisição de Hábito do Congresso elaborava uma investigação que comparava os anos de 1898 e 1902. Enquanto a população crescera a uma taxa de 10% entre esses anos, a importação de coca havia aumentado em 500% e a de ópio, 600%⁹. A mesma entidade afirmava que, em 1905, entre 200 mil e 300 mil pessoas no consumiam regularmente opiáceos e cocaína¹⁰. Outros estudos veiculados posteriormente, elaborados pela Associação Médica Americana e pela Comissão sobre Toxicodependência corroboravam a informação: acreditava-se que 0,5% das pessoas eram usuárias frequentes desses tipos de drogas, em universo de 100 milhões de habitantes¹¹, sendo desconhecido o número de usuários esporádicos ou recreativos. Para alguns congressistas da época, os dados são considerados alarmantes, dada a capacidade de supostamente se multiplicarem.

No entanto, os dados ainda desconsiderariam o uso medicinal dessas substâncias, cujo desenvolvimento também tinha ocorrido nessas datas. Escohotado afirma que “não parecia razoável equiparar um aumento na automedicação com o aumento derivado de empregos clínicos”¹².

Comprova-se a questão a partir do baixo índice de pessoas em busca de desintoxicação decorrente dessas substâncias. O Estado da Georgia, teoricamente o mais atingido na questão do consumo de cocaína pela população afrodescendente, registraria entre 1906 e 1914 apenas duas pessoas em busca de

8. Este ponto será detalhado mais adiante, uma vez que a correlação desta nova ética de “exorcismo público” definida por Escohotado é intrinsecamente ligada ao modo de produção capitalista baseado no fordismo, de acordo com Antonio Gramsci.

9. Existe uma falsa simetria nos dados, segundo Escohotado, uma vez que, em 1897, foi implementada uma taxa sobre importação nos Estados Unidos, a chamada tarifa Dingley. Por consequência direta, 1898 foi o ano em que as exportações de derivados de cocaína e de ópio caíram a níveis similares de 33 anos antes. Logo, se a base de 1898 é extremamente baixa, o crescimento é desproporcional. Tal situação não configuraria paridade caso se considerassem dados de 1895 ou 1896, por exemplo, uma vez que o incremento de consumo teria sido drasticamente menor, o que sugere uma tergiversação considerável na amostra dos dados.

10. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 561.

11. Idem.

12. p. 562.

tratamento clínico para desintoxicação¹³.

O que se vê no começo do século 20 é uma construção de discurso clínico, em grande parte racista, contra o consumo de substâncias psicoativas. Tal afirmação é cristalizada em uma declaração de um médico, no Congresso da Filadélfia durante o ano de 1914: “a maioria dos abusos desonestos e das violações de negros em brancas é resultado de um cérebro enlouquecido pela coca”¹⁴. Some-se a isso o discurso da polícia, em cujos Estados do Sul se trocaram armas para calibres maiores porque “negros cocainômanos necessitavam de balas maiores”¹⁵. Essas relações estabelecidas, de fato, não têm rigor científico nenhum, e seriam desconstruídas nas décadas seguintes. Cabe lembrar, no entanto, que se trata de uma época em que as teorias raciais vigoravam com intensidade crescente, já que o determinismo racial e biológico – sob a égide de “degenerescência” – era uma corrente naturalizada na antropologia eurocêntrica desde a segunda metade do século XIX¹⁶. O discurso proibicionista usaria as raízes do determinismo biológico para sedimentar seus fundamentos na sociedade, e não apenas com relação aos afrodescendentes, mas também sobre as minorias imigrantes (como na depreciação de judeus e italianos por beberem vinho e licor; na relação de mexicanos com a maconha; e na dos chineses com o ópio)¹⁷. O elo racial também se confirma na proibição da maconha no Brasil, que será escrutinada mais adiante, baseada na mesma construção da nova ética no discurso médico acima mencionado.

Adicione-se a essa construção de discurso e de contexto o proibicionismo do álcool, uma das principais pautas da agenda dos Estados Unidos já no começo do século 20. O contexto da realidade social à época é dado nas pa-

13. GREEN (1915 apud ESCOHOTADO, 2008). **Psychoses Among Negroes: A Comparative Study**, Jour. of Nerv. And Mental Dis., 41, 1911, p. 697-708.

14. KOCH (1914 apud ESCOHOTADO, 2008). *Literary Digest*, p. 687.

15. New York Times (13.ago.1914 apud ESCOHOTADO, 2008); e *Medical Record*, n. 85 (1914, págs. 247-249, idem ibidem).

16. Aqui, cabe mencionar que a antropóloga brasileira Lília M. Schwarcz, em “O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil”, investiga o assunto com profundidade. Segundo ela, teóricos racistas europeus “naturalizam” a cultura e as diferenças étnicas, passando-as para a biologia e conferindo ao debate um status de ciência determinista. (1993, p. 47-65). Obviamente, estamos em um contexto anterior ao nazismo; a emergência do cenário pós-guerra, imbuído no genocídio baseado no racismo/determinismo biológico do terceiro Reich, faz com que teorias racistas sejam demolidas por cientista em convenção da Unesco em 1950 (The Race Question. Paris: 1950, p.1-11. In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf>. Acesso em 10.fev.2015).

17. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 607.

lavras do senador W. H. Blair, membro do comitê voltado aos estudos de consumo e hábito de cocaína e ópio: “O movimento proibicionista deve incluir todas as substâncias venenosas que criam ou excitam o apetite antinatural. O objetivo é uma proibição mundial”.¹⁸

Faz-se necessária uma digressão a fim de evocar a análise de Antonio Gramsci quanto à correlação entre a repressão moral e o modo de produção industrial norte-americana. Para Gramsci, o proibicionismo vem no bojo do conceito de puritanismo, ideal defendido pelo fordismo a fim de controlar os funcionários e, por consequência, a produtividade.

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse essas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.¹⁹

O nascimento de uma nova ética de trabalho, a partir da repressão sexual e do proibicionismo ao álcool, é forjado a partir da intervenção direta de Henry Ford na vida privada de seus funcionários, vinculando a ideia de puritanismo tradicional ao controle estatal. Há uma clara divisão entre a classe trabalhadora e outras camadas da sociedade, uma vez que, com o advento da lei de coibição, o álcool se torna um artigo de luxo – e um trabalhador com horário fixo e em busca de um salário não tem tempo para sair à busca da bebida. A eficiência física e a harmonização do conjunto estável dos trabalhadores, além do ajuste a essa nova moralidade – ou seja, uma espécie de controle no sentido foucaultiano²⁰ estrito da

18. CRAFTS et al. (1900 apud ESCOHOTADO, 2008). *Intoxicating Drinks and Drugs in All Lands and Times*. Int. Ref. Bur., Washington, D.C.: 1900.

19. GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. In: **Cadernos do Cárcere**, vol. 4, p. 266.

20. Emprega-se o que Michel Foucault descreve como “*uma espécie de receita geral para o exercício de poder sobre os homens: o ‘espírito’ como superfície de inscrição para o poder, com a semiologia por instrumento; a*

palavra – é mediada pelo “alto salário”.

Mas o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar a sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição de forças de trabalho, torna-se função do Estado. É possível que também outras lutas “puritanas” se tornem funções do Estado, caso a iniciativa privada dos industriais se revele insuficiente ou caso se desencadeie uma crise de moralidade excessivamente profunda ou extensa entre as massas trabalhadoras (...)”²¹

A perspectiva de centralizar no Estado a regularização do controle puritano encontrava eco no estabelecimento da medicina como administrador de medicamentos e, por consequência, de serviços de saúde para a população, em um mercado dividido entre ervanários, boticários e médicos (sendo que esses últimos sentiam-se ameaçados pelo escasso rigor de qualificação e o grande número de praticantes de curas para doenças). Na visão da Associação Médica Americana, era preciso estabelecer uma influência sobre os demais segmentos do mercado, determinar os medicamentos admissíveis e decidir quais seriam as pessoas que os administrariam²².

Para Escohotado (2008), não se tratava de uma tarefa fácil, já que uma alteração modificaria toda a cadeia de mercado e de distribuição, sobretudo as prerrogativas dos grandes laboratórios de remédios. A disputa se desenrolaria por mais de uma década²³. Contudo, as associações médicas ganhariam como aliado o lobby proibicionista, cuja meta cristalina é “ilegalizar todo o ‘apetite antinatural’, e por apetite antinatural entenda-se a embriaguez²⁵ sob toda e qualquer forma”²³.

O contexto detalhado da questão demonstra-se fundamental na com-

submissão dos corpos pelo controle das ideias; a análise das representações como princípio, numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios. (...) não foi apenas uma teoria do indivíduo e da sociedade; desenvolveu-se como uma tecnologia dos poderes sutis, eficazes e econômicos (...)”. FOUCAULT, M. **A punição generalizada**. In: **Vigiar e Punir**, p. 122.

21. GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. In: **Cadernos do Cárcere**, vol. 4, p. 267-268.

22. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 604-605.

23. Idem, p. 606.

24. Idem, ibidem.

25. Entenda-se como embriaguez o conceito mencionado por Carneiro na página 7.

preensão daquilo que norteou os princípios do *establishment* do século XX em relação às drogas. A construção de um cenário sob diversos ângulos – da racionalização do sistema capitalista a partir do fordismo, da relação entre este fator com o puritanismo e o proibicionismo, das teorias raciais vigentes na ciência antropológica e, por fim, da construção do discurso médico, todos sob a égide da elite simbólica²⁶ – é a pedra fundamental para que o Partido da Proibição desencadeasse postulados básicos que seriam defendidos pela Associação Médica e Farmacêutica. Com base política, a troca legislativa entre classe e partido consistiria em médicos e fármacos receitando, sob intenso controle, álcool (dentro da perspectiva de uma eventual e já articulada Lei Seca), cocaína, ópio e outras drogas merecedoras de restrição. Por outro lado, os médicos e as entidades farmacêuticas teriam que apoiar publicamente a ideia dos psicofármacos como uma epidemia súbita e violenta²⁷. Cabe observar que a maconha ainda não era objeto da sanha proibicionista em sua gênese – a erva ganharia o protagonismo que será detalhado adiante.

Em 1914, enfim, aprova-se a chamada lei Harrison. Não se tratava, no entanto, de uma lei estritamente proibicionista em seu âmago; o intuito era taxar e regular fabricantes, importadores, farmacêuticos e médicos que prescreviam derivados do ópio e da cocaína aos pacientes. Contudo, lacunas na redação dariam um efeito reverso ao que inicialmente tinha se proposto. Como elucida Brecher (1972),

A cláusula de proteção aos médicos, no entanto, continha um coringa escondido na frase, "no decurso da sua prática profissional, apenas". Após a aprovação da lei, esta cláusula foi interpretada por oficiais de aplicação da lei no sentido de que um médico não pode prescrever opiáceos para um viciado manter seu vício. Uma vez que o vício não era uma doença, o argumento foi: um viciado não era um doente, e os opiáceos dispensados ou prescritos para ele por um médico não seriam,

26. A fim de entender melhor a ideia de reprodução de poder através do discurso das elites simbólicas e da construção ideológica do proibicionismo, usa-se a conceituação Teun A. van Dijk: "O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também as outras representações pessoais ou sociais. Em geral, o controle da mente é indireto, intencional, mas apenas possível ou provável consequência do discurso. É uma vez que as ações de pessoas são controladas por suas mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas e valores), o controle da mente também significa o controle indireto da ação. Essa ação controlada pode ser de novo discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder." DIJK, T.A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 18.

27. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 606-607.

portanto, fornecidos "no decurso da sua prática profissional". Assim, uma lei aparentemente destinada a garantir a comercialização correta dos narcóticos foi convertida em uma lei que proíbe o fornecimento de narcóticos para os viciados, mesmo sob prescrição de um médico.²⁸

Muitos clínicos foram detidos devido a essa interpretação – alguns deles, indiciados, sentenciados e presos. Embora tenha sido usada sob pretexto proibitório, a lei também não versava acerca do tráfico e do mercado negro. Com os efeitos drásticos sentidos pelos médicos, criou-se um comércio de venda de substâncias. Seis semanas depois, um editorial da publicação "New York Medical Journal" relatava algumas das consequências nefastas da lei mal-aplicada:

Como era de se esperar... Os efeitos imediatos da lei Harrison foram vistos nas multidões de usuários recorrentes dessas drogas nos hospitais e sanatórios. Crimes de violência esporádicos foram relatados também, devido a esforços desesperados por viciados para obter drogas na maior parte das vezes, mas, ocasionalmente, num estado delirante induzido pela retirada súbita.²⁹

No contexto do proibicionismo, faz-se necessária a digressão sobre a Lei Seca, cujos preceitos se desenrolavam em paralelo à questão do ópio e da cocaína. Como já demonstrado, a cruzada contra os narcóticos já era uma realidade em 1919. Cinco anos antes, o Congresso recebera um abaixo-assinado com 6 milhões de assinaturas pedindo a proibição da venda de licores e de vinhos. Para Escohotado (2008), similar ao contexto das outras drogas, as bebidas alcoólicas são alvo de "clichês sociais e políticos" e, como no caso da cocaína, também vinculadas a pronunciamentos racistas³⁰.

A cruzada antialcoólica ganha cada vez mais endosso da sociedade, inclusive de líderes negros (a fim de supressão dos estereótipos racistas); do Exército, cujas bases seriam circundadas por zonas secas; e do Congresso, que

28. BRECHER, E. M. et al. **Licit and Illicit Drugs**. New York: Little Brown & Company, 1972, p. 52.

29. Stripping the Medical Profession of Its Powers and Giving Them to a Body of Lawmakers. The Proposed Amendment to the Harrison Narcotic Act – Everybody Seems to Know All About Doctoring Except the Doctors, Illinois Medical Journal, ed. 49, junho de 1926, p. 447.

30. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 646.

muitos estabelecimentos que venderem bebida a marinheiros e soldados (op. cit., p. 647). O cenário era amplamente favorável para a 18ª Emenda Constitucional, que pune com prisão (seis meses para a primeira apreensão e cinco anos para a segunda) e com o fechamento do estabelecimento que vendesse álcool pelo período de um ano (op. cit., p. 648). Em 17 de janeiro de 1920, com apoio de diversos segmentos da sociedade, instaura-se a Lei Seca. Faz-se interessante mencionar o discurso do senador A. Volstead, cujo teor encapsula os princípios do proibicionismo que norteavam a política estadunidense à ocasião – enquanto durou, a história mostraria sua puerilidade:

Esta noite, um minuto depois da meia-noite, nascerá uma nova nação. O demônio da bebida faz seu testamento. Começa uma era de ideias claras e modelos castos. As favelas serão coisas do passado. As prisões e casas correlacionais estarão vazias; transformá-las-emos em celeiros e fábricas. Todos os homens vão caminhar de cabeça erguida, as mulheres e as crianças vão sorrir. Fechar-se-ão para sempre as portas do inferno.³¹

Nenhum dos autores consultados nega os efeitos maléficos e já comprovados em decorrência do consumo de álcool. Para Brecher (1972), “pelo contrário, os Estados Unidos aprenderam durante a proibição, ainda mais do que em décadas anteriores, os verdadeiros horrores da droga”³². A vontade de extirpar o álcool em prol do nacionalismo exacerbado do *verdadeiro* espírito americano podia ser passível de certa honestidade puritana no sentido de aprimorar o meio social; no entanto, os índices de consumo são mantidos ou aumentam. Na esfera social, 45 mil pessoas são sentenciadas à prisão por delitos relacionados à bebida alcoólica em 1932, com 12 anos de vigência da lei; a mais do triplo disso foram sentenciadas penas de multas e de detenção preventiva³³. Calculariam-se ainda mais de 30 mil pessoas mortas por beber metanol e outros derivados nocivos da bebida, e outras 100 mil com doenças decorrentes desse consumo, como cegueira e paralisia³⁴.

31. VÁZQUEZ MONTÁLBAN, M. et al. (1977 apud ESCOHOTADO, 2008). **Imágenes y recuerdos: 1919-1930**. Barcelona: Difusora Intern, p. 151.

32. BRECHER, E. M. et al. **Licit and Illicit Drugs**. Nova York: Little Brown & Company, p. 210.

33. SZASZ, M. et al. (1974 apud ESCOHOTADO, 2008). **Ceremonial Chemistry**. Nova York: Doubleday, p. 182.

34. SINCLAIR, A. (1964 apud ESCOHOTADO, 2008). **Era of excess: A Social History of the Prohibition Movement**. Nova York, Harper, p. 201.

As consequências no espectro político também foram reversas. No que tange o funcionalismo público, dos 17.972 “agentes do Proibicionismo” encarregados do cumprimento da lei, 34% têm observações desfavoráveis por alguma infração em 1931, onze anos depois da aplicação da lei. Outros 10% foram processados ou expulsos por “extorsão, roubo, falsificação de dados, furto, tráfico ou perjúrio”³⁵.

Situação semelhante se reproduziria no Poder Executivo, já que, em 1923, os ministros do Interior e da Justiça seriam indiciados por um dos maiores escândalos de corrupção conhecidos no país. Ambos foram condenados devido a conexões com contrabando e gangues³⁶. As últimas, por sua vez, se depararam com uma seara promissora para engendrar sindicatos do crime e oligarquias financeiras. Famílias judias, italianas e escocesas de gângsteres – incluía-se na última nacionalidade J. Kennedy, o pai do futuro presidente dos Estados Unidos – detinham o poder comercial sobre o comércio ilegal de bebidas alcoólicas no país³⁷. Não se pode negligenciar o famoso Al Capone que, em suas próprias palavras, era apenas um homem de negócios satisfazendo as necessidades dos cidadãos³⁸.

Por empirismo, os Estados Unidos revogam a Lei Seca em 1933, não porque não se tratava de uma droga perigosa; os malefícios já estavam comprovados. Para Brecher (1972), houve um entendimento, nas entranhas da sociedade norte-americana, de que a proibição simplesmente não estava funcionando³⁹.

Afora todas as condições adversas inexoráveis na tentativa malfadada de uma década do proibicionismo do álcool, a história da lei traz, em sua essência, fundamento e fracasso, as razões pelas quais a maconha seria objeto de apreensão puritana. A 18ª emenda fez com que o consumo da erva (e de outras substâncias, como o éter) aumentasse em proporção exponencial dentro do país. O que evidencia essa ampliação de consumo são as chamadas *tea pads*, casas para consumo de maconha (nos mesmos moldes daquelas de consumo de ópio, salvo

35. FORT, J. (1969 apud ESCOHOTADO, 2008). **The Pleasure Seekers**. Nova York: Bobbs-Merrill, p. 69.

36. TOMPKINS, X.; SALERNO, X. (1973 apud ESCOHOTADO, 2008). **Ceremonial Chemistry**. Nova York: Doubleday, p. 52.

37. ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998, p. 653.

38. VÁZQUEZ MONTÁLBAN, M. et al. (1977 apud ESCOHOTADO, 2008). **Imágenes y recuerdos: 1919-1930**. Barcelona: Difusora Intern, p. 151.

39. BRECHER, E. M. et al. **Licit and Illicit Drugs**. Nova York: Little Brown & Company, p. 210.

que o preço cobrado era menor) cuja propagação foi considerável na Nova York dos anos 20 (op. cit., p. 311). Na década seguinte, haveria pelo menos 500 estabelecimentos voltados para este tipo específico de consumo⁴⁰. Jornais de vários Estados publicariam, ao longo da década, histórias relativas ao aumento de consumo em níveis de sensacionalismo variados, embora o Departamento do Tesouro americano – então responsável pela política antidrogas a nível nacional – diminuísse uma possível “pandemia” da maconha no país em documento de 1931⁴¹.

Tal estratégia, contudo, seria modificada no ano seguinte. A criação do Federal Bureau of Narcotics, subdivisão do Tesouro americano, evocaria um ávido interesse sobre o tema, ainda que sua gestão não fosse de competência desse braço governamental. Diferentemente do que fora registrado no ano anterior, o recém-empossado comissário Harry J. Ansinger assinava um documento indicando preocupação com o “abuso vasto e crescente” da maconha em diversos Estados, e a pressão exercida sobre esses a fim de legislações regionais que coibissem o uso de *Cannabis sativa* para fins recreativos ou medicinais⁴².

De fato, o que aconteceria no decorrer dos próximos anos seria uma intensificação no que se refere às orientações dadas pelo governo federal aos Estados sobre a maconha. Asinger se demonstrava compromissado com a meta de proibir a erva nos espectros estaduais. O comissário não obteria êxito na tentativa de colocar a cannabis no texto principal da Conferência Nacional de Comissários para Leis Uniformes para as Drogas, ocorrida no mesmo ano, cujo objetivo era padronizar as diretrizes estaduais em relação ao tema; no entanto, ele conseguiria emendar um apêndice ao texto principal cujo teor versava sobre a “restrição do tráfico de maconha indiana” e sobre a necessidade de cada Estado legislar em favor do texto adicional. Em um relatório datado de quatro anos depois, ele escreveria que “na ausência de legislação federal sobre o assunto, os Estados e as cidades devem assumir legitimamente a responsabilidade pela prestação de medidas vigorosas para a extinção desta erva daninha e letal”⁴³. Em 1937, 46 de 48 Estados norte-

40. Mayor's Committee on Marijuana (1944 apud BRECHER et al, 1972). “The Marijuana Problem in the City of New York”. In: **Marijuana Papers**. New York: Bobbs-Merrill, 1966, p. 246.

41. U.S. Treasury Department (1931 apud apud BRECHER et al, 1972). **Traffic in Opium and Other Dangerous Drugs for the Year Ended December 31, 1931**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1932, p.51.

42. Idem, ibidem, p. 30.

43. WALTON, R. (1938 apud apud BRECHER et al, 1972). **Marijuana, America's New Drug Problem**, p. 17.

americanos mais distrito de Columbia continham leis contra a maconha (mediante a penalidades tão severas quanto para morfina, cocaína e heroína), além da substância ter sido erroneamente classificada como um “narcótico”⁴⁴. A próxima meta de Asinger seria estabelecer uma legislação federal sobre a proibição da maconha.

Mesmo sob oposição de alguns membros da comunidade médica – e sem o endosso de nenhum deles – a Marijuana Tax Act é aprovada em 1937. A legislação não tinha o propósito de erradicar a erva, mas de taxá-la e direcioná-la apenas para uso medicinal. Nas décadas seguintes, contudo, o Congresso recrudesce as penalidades previstas para uso e porte da erva. A alteração de 1956 calculava regimes que variavam entre dois e quarenta anos de prisão, dependendo da natureza do crime (uso ou tráfico) e da reincidência. Essa rigidez foi incorporada em legislações estaduais, cujas penas chegavam a ser similares com as de porte ou tráfico de heroína. Décadas depois, embora os Estados Unidos estivessem em pleno governo Nixon, isto é, a época em que a chamada Guerra às Drogas foi desvelada, houve uma diminuição de pena na esfera federal por porte de maconha em 1970, graças ao Comprehensive Drug Abuse Prevention and Control Act. Isto porque a lei estabelecia que a pena para quem fosse preso por posse ou venda de maconha não poderia extrapolar os 30 anos e/ou uma multa de US\$ 50 mil dólares⁴⁵.

Faz-se necessário um compêndio do governo de Richard Nixon e a Guerra às Drogas. Não mencionar que se tratava do auge da contracultura seria negligente; a geração de escritores beatniks dava o clima do inconformismo do submundo americano; a revolução cultural e sexual se introduzia nas universidades com o consumo banal de maconha. É o auge da Guerra do Vietnã, quando soldados retornavam aos Estados Unidos com hábitos de consumo da erva e de heroína. O presidente Nixon, primeiro republicano eleito em um período de oito anos, usa a repressão e o controle de “narcóticos” como plataforma de campanha, sob apoio dos conservadores americanos. A iniciativa que abre essa plataforma política se mostra no primeiro ano de mandato, em 1969, a partir da chamada “Operation Intercept”,

44. BRECHER, E. M. et al. **Licit and Illicit Drugs**. Nova York: Little Brown & Company, p. 313-314.

45. Idem, ibidem, p. 316-317.

cujo objetivo era coibir o fluxo do tráfico de maconha nas fronteiras com o México. O país latino não era o único alvo da sanha proibicionista republicana; era, contudo, a primeira medida de uma política mundial que se desenrolaria nos anos seguintes. A operação seria um desdobramento de uma força-tarefa designada por Nixon, cuja conclusão apontava para o tráfico de marijuana e de outras drogas oriundas da fronteira, além de recomendar que o governo mexicano “fosse forçado a um programa de desfoliação das plantas de maconha”⁴⁶. A ação consistia em interceptar todo o tipo de meio de transporte – aviões, caminhões, carros e mesmo pessoas a pé, com transporte legítimo ou não – ao longo da fronteira (cuja extensão é de mais de 3 mil quilômetros) e sem a ingerência do governo mexicano, a fim de verificar se existia, em cada um, algum tipo de carregamento de drogas.

O México reagiu com choque e horror quando a Operation Intercept foi implantada, no dia 21 de setembro de 1969. Na medida em que o clima beligerante aumentava na fronteira, o então presidente mexicano Carillo Flores escreveria uma carta pessoal endereçada a Nixon no fim do mesmo mês, solicitando por meio dela a revisão da medida nada amigável. Para G. Gordon Liddy, então conselheiro sênior do Tesouro americano, a meta dos Estados Unidos não era, exatamente, o controle sobre o fluxo de drogas na fronteira; mas o verdadeiro propósito não foi revelado por “razões diplomáticas”⁴⁷. Em 11 de outubro, 20 dias depois da sua deflagração, a Operation Intercept seria encerrada. Embora as relações diplomáticas entre os dois países tenham sido o mote do fracasso, as estatísticas de baixa apreensão também foram levadas em conta, uma vez que a ação deu publicidade à maconha sem que se aumentasse a quantidade de apreensões (op. cit., p. 332).

Embora a Operation Intercept tenha se demonstrado um fracasso, ela se tornaria o caminho para o que se convencionou como “Guerra às Drogas”, política lançada na mesma administração e que seria reproduzida pelos demais presidentes norte-americanos, à exceção do democrata Jimmy Carter. Em 17 de junho de 1971, Nixon lê um texto, cuja transmissão foi feita em rede nacional, no qual estaria a frase

46. DOYLE, K. **Operation Intercept: The perils of unilateralism**. In: The National Secure Archive, <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB86/>, 2003. Acesso em 22.mai.2015.

47. LIDDY, G. G. (1998 apud DOYLE, 2003). **Will: The Autobiography of G. Gordon Liddy**. St. Martin's Paperbacks. Liddy era conselheiro sênior do Departamento do Tesouro Americano; ele seria um dos condenados no escândalo Watergate anos depois. O conselheiro comenta sobre a questão da Operation Intercept em sua autobiografia.

mais emblemática dessa medida com traçado geopolítico: “O inimigo número um dos Estados Unidos da América é o abuso de drogas. A fim de combater e derrotar esse inimigo, é necessária uma nova e total ofensiva”⁴⁸. Em seguida, por 366 votos a zero, o Congresso norte-americano aprova “um ataque federal ao abuso de drogas cujo custo chega a US\$ 1 bilhão”⁴⁹. Obviamente, e como foi demonstrado no projeto chamado Operation Intercept, a autoproclamada guerra teria extensão e alcance global nas décadas seguintes. Embora seja passível de estudos mais detalhados no âmbito geopolítico, a ineficácia da Guerra às Drogas vai além dos questionamentos inexoráveis e se estabelece em números. Após décadas, estima-se⁵⁰ que ao menos entre US\$ 1 trilhão⁵¹ e US\$ 2,5 trilhões⁵² foram gastos apenas pelos Estados Unidos ao longo de mais de 40 anos da existência da Guerra às Drogas. O orçamento anual oficial chegou a US\$ 25,5 bilhões no país em 2015⁵³, com previsão de aumento em US\$ 2 bilhões em 2016⁵⁴. Para Miron (2010), somente o orçamento destinado ao sistema judiciário norte-americano em casos relacionados a drogas consome US\$ 25,7 bilhões anualmente⁵⁵. No que tange os gastos globais com o proibicionismo, a estimativa de custo com a aplicação de leis é posta acima de US\$ 100 bilhões por ano⁵⁶, em uma economia que movimenta por volta de US\$ 325 bilhões⁵⁷ no mundo. A perspectiva jurídico-global da questão, no entanto, será abordada em detalhes no próximo subcapítulo.

48. NIXON, R. **Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control**. 17.jun.1971. In: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3047>. Acesso em 22.mai.2015.

49. SZASZ, M. et al. (1974 apud ESCOHOTADO, 2008). **Ceremonial Chemistry**. Nova York: Doubleday, p. 211.

50. Não existe uma estatística oficial do governo dos Estados Unidos. Os números são calculados com base na divulgação anual do orçamento proibicionista

51. BRANSON, R. **War on drugs a trillion-dollar failure**. In: <http://edition.cnn.com/2012/12/06/opinion/branson-end-war-on-drugs>. Acesso em 22.mai.2015.

52. WOOD, D. et al. **Tools for Debate: US Federal Government Data on Cannabis Prohibition. A report of the International Centre for Science in Drug Policy**. Vancouver: ICSDP, 2010, p. 17.

53. National Drug Control Strategy. **FY 2015 Budget and Performance**. Washington, julho de 2014, p. 7. In: https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/ondcp/about-content/fy2015_summary.pdf. Acesso em 23.mai.2015.

54. Idem. **FY 2016 Budget and Performance**. Washington, fevereiro de 2014, p. 351. In: https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2016/assets/ap_23_drug_control.pdf. Acesso em 23.mai.2015.

55. MIRON, J.; WALDOCK, K. **The Budgetary Impact of Ending Drug Prohibition**. Washington: Cato Institute, 2010, p. 5.

56. Outro número de difícil precisão. Rolles et al (2012), no entanto, reúnem dados de países como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, México e Afeganistão para se chegar a esta cifra. The Alternative World Drug Report: Counting the Costs of War on Drugs. In: <http://countthecosts.org/sites/default/files/AWDR.pdf>, p. 23. Acesso em 25.mai.2015.

57. United Nations Office on Drugs and Crime. **Estimating illicit financial flows resulting from drug trafficking and other transnational organized crimes**. Viena, 2011, p. 35. In: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf. Acesso em 25.mai.2015.

Afora as consequências socioculturais do proibicionismo, o espectro econômico mostra duas dimensões da questão. O primeiro indicativo é que a política de coibir o consumo e o tráfico não os diminuíram. Ao contrário, apenas os retroalimentou e ampliou sua magnitude e sua complexidade. A segunda dedução a partir dos dados é que, embora o atual presidente dos Estados Unidos tenha admitido o colapso e o fracasso da Guerra às Drogas⁵⁸, tal política está longe de arrefecer, vide os contínuos e progressivos aumentos no orçamento para a questão descritos acima. Ainda que diminuta, uma mudança observada na leitura do orçamento norte-americano é a destinação da verba, cuja segmentação prioriza as políticas de redução de danos em (pequeno) detrimento à repressão e à manutenção das leis proibicionistas. Ainda assim, há um cristalino paradoxo entre o *discurso* e o *ato* político norte-americano, cujos meandros serão detalhados em outro subcapítulo, enfocando, especificamente, a questão da maconha.

A investigação da questão do proibicionismo norte-americano à luz da ciência foi fundamental para mostrar os alicerces históricos da repressão global às drogas, especialmente à maconha, uma vez que, como foi demonstrado no decorrer do subcapítulo, foram os proselitistas da proibição norte-americana que desencadearam a proibição global nas incipientes Nações Unidas. Ainda que alguns dos Estados norte-americanos tenham legalizado (ou mesmo descriminalizado) o consumo de *Cannabis sativa*, as ações na esfera federal apresentam as mesmas contradições acima mencionadas (e que também serão abordadas em um subcapítulo seguinte).

58. In: <https://www.youtube.com/watch?v=wQr9ezr8UeA>. Acesso em 26.mai.2015.

1.2 DOS EUA PARA O MUNDO: A GESTAÇÃO DO PROIBICIONISMO

A primeira tentativa mundial dos Estados Unidos em medidas de repressão foi desencadeada na Conferência de Xangai, na China, em 1909, na qual proselitistas do proibicionismo – agora incorporados por pastores e missionários, além de um médico – convocariam 13 países para discutir a supressão do uso de ópio, salvo para fins medicinais. A proposta foi recebida pelos demais países com indiferença, sobretudo pelos europeus, cuja perspectiva laica sobre a questão se confrontava com a argumentação americana, fundamentalmente moral e religiosa. Ao ser inquerido pelo representante alemão sobre os motivos pelos quais os Estados Unidos não legislavam a questão internamente, o médico H. Wright emblemizou o que é o lema da política antidrogas americana até hoje: somente um “controle mundial defenderia os Estados Unidos de uma invasão”⁵⁹.

Os resultados foram recomendações – e não resoluções, como queria a bancada norte-americana – cujo desdobramento ocorreria em 1912, na Convenção Internacional do Ópio, em Haia⁶⁰. Pelo texto, limitava-se o uso “médico e legítimo” do ópio, da morfina, da cocaína e de seus derivados⁶¹, além da restrição do comércio e da importação dessas substâncias⁶². A segunda parte do acordo, para a qual os Estados Unidos demonstrariam forte oposição, versava sobre a responsabilidade de cada país ao implantar medidas de coibição das drogas. Segundo Escohotado (2008, p. 630), na visão americana, a resolução manteria o *status quo* de livre comércio das drogas. Em decorrência do baixo quórum, foram necessárias duas outras convenções, em 1913 e 1914, a fim de angariar países que endossariam as resoluções. A última convocação reuniu 44 governos, dos quais 19 foram signatários⁶³. Três dias depois, eclodiria a Primeira Guerra Mundial. No fim do conflito, o estratagema seria anexar os pactos de Haia ao Tratado de Versalhes, de 1919, que punha fim à Grande Guerra. “Isso fez com que praticamente todos os go-

59. MUSTO, D.F. (1973 apud ESCOHOTADO, 2008). **The American Disease: Origins of Narcotic Control**. New Haven: Yale Univ. Press, 1973, p. 43-44.

60. League of Nations Treaty Series. In: <https://treaties.un.org/pages/LONOnline.aspx>. Acesso em 22.mai.2015.

61. Société des Nations. Recueil des Traités et des Engagements Internationaux enregistrés par le Secrétariat de la Société des Nation, vol. XIII, p. 196. In: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%208/v8.pdf>. Acesso em 22.mai.2015.

62. Idem, ibidem, p. 197. Acesso em 22.mai.2015.

63. O Brasil assinaria a resolução posteriormente, mais precisamente em 23 de dezembro de 1914.

vernos do mundo concordassem com as cláusulas subscritas por alguns em 1912” (op. cit., p. 631). Embora tais medidas tivessem o caráter de controle, sobretudo do comércio transoceânico, não existia o discernimento entre o uso de drogas e o tráfico. A maconha, objeto desse estudo, também passara incólume à regulamentação mundial da convenção internacional, muito embora, como foi visto no subcapítulo anterior, sua proibição e subsequente repressão já ocorrera nos Estados Unidos em 1937, ante a aprovação da Marijuana Tax Act; o Brasil assistiria semelhante movimento, cujas idiosincrasias serão abordadas no próximo subcapítulo.

Recrudescer o que fora estabelecido em 1919 entre as nações era um ato necessário. Não se pode ignorar, contudo, o conflito mundial proporcionado pela Segunda Guerra e suas implicações, inclusive a formação das Nações Unidas a partir de 1946. O proibicionismo mundial seria retomado apenas na Convenção Única sobre Entorpecentes, em 1961. O texto traz uma deferência ao uso de drogas – na acepção recreativa do termo, também tachado como abuso –, explicitando a diferença entre a aplicação farmacológica (este, agora, autorizado legalmente, sob reconhecimento da sua necessidade, já no preâmbulo, enquanto “indispensável a fim de mitigar a dor”⁶⁴. Outro aspecto tratado também no começo do texto demonstra uma “preocupação com a saúde mental e moral da humanidade”⁶⁵, trecho que, especificamente, seria mantido nos demais tratados, mas que igualmente denota o “modelo da orientação repressivo-terapêutica” (op. cit., p. 755) que começa a se abrir como corolário político e médico dispensado às drogas, outorgando às nações a responsabilidade (e a liberdade) de produzir legislações repressivas, coibitivas e penais tanto para o uso quanto para o tráfico de drogas.

Cabe lembrar o que se entendia como droga àquela ocasião. Neste tratado, como lembra Escohotado, impõe-se o sistema de listas, das quais a primeira versava sobre ópio, morfina, cocaína e outras 70 substâncias, algumas delas sintéticas; na segunda, emergiam codeína e outras sete substâncias, com medidas menos severas de fiscalização; a terceira tratava sobre mesclados com as substân-

64. United Nations. **Single Convention on Narcotic Drugs, 1961**, p. 1. Disponível em http://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf. Acesso em 27.jun.2015.

65. Idem, ibidem.

cias anteriores, com pouca restrição – contanto que sua composição não excedesse a proporção; por fim, a quarta, sob intenso controle, traria “drogas particularmente perigosas”, ou seja, opiáceos sintéticos, heroína e maconha – “a *Cannabis* e a sua resina” (op. cit., p. 757).

Faz-se necessária a menção àquelas drogas que ficaram de fora: estimulantes lícitos (anfetaminas); barbitúricos; narcóticos sintéticos e semi-sintéticos; tranquilizantes e ansiolíticos; e hipnóticos, que, após sua regulamentação – os narcóticos sintéticos e semissintéticos seriam posteriormente proibidos – movimentam mais de 2 mil toneladas em 1960 e traziam consequências de saúde por ingestão acidental desses tipos de fármacos, por má-formação de fetos ou mesmo por vício. Se o consumo de ópio era a preocupação dos Estados Unidos no começo do século, em 1960 a população está consumindo entre 12 e 25 vezes mais substâncias narcóticas do que a China (com população quatro vezes maior) jamais consumiu no auge da substância derivada da papoula (op. cit., p. 758-786).

A emenda do tratado internacional seguinte que versaria sobre o tema ocorreria dez anos depois. É preciso mencionar que esse período compreende o auge da contracultura, movimento surgido alguns anos antes com os beatniks, mas que se amplifica mundialmente com a geração hippie e, por consequência, no uso de psicoativos como a maconha e, principalmente, o LSD⁶⁶. Tal cenário foi um dos elementos basilares para desencadear a chamada Guerra às Drogas de Richard Nixon, conforme foi mencionado na página 20.

A partir da questão, Escohotado mostra que o essencial do tratado de

66. A intersecção do conceito científico de contracultura se dá em duas obras fundamentais para o seu entendimento. Em “Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud”, o axioma neomarxista de Herbert Marcuse discorre sobre os conceitos freudianos do Princípio do Prazer e Princípio de Realidade, este último solapado pelo Princípio de Desempenho na sociedade industrial e pós-industrial, como um efeito da sociedade capitalista de controle sobre desejos por meio do consumo e do trabalho. É em meio a repressões entre consciente e inconsciente que emergem os conflitos entre os “desajustados” à lógica do Princípio de Desempenho – jovens e artistas cujo objetivo é viver em sistemas menos repressivos – deslocando o conflito marxista fundamental entre capital e trabalho para uma visão mais estética de mundo. Muitas obras literárias de ficção e não ficção retrataram esta visão da época, por meio dos beatniks e do jornalismo literário, demonstrando o questionamento ao establishment, ao sonho americano e aos valores da vida tradicional pela criação artística e, também, pelo uso de drogas. Outra elucubração fundamental vem de “Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil”, de Theodore Rozsak, em cuja teoria se estabelece a revolta contra a tecnocracia, descrita como a “forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice da sua integração organizacional” (1972, p. 19). Seria algo acima da esfera ideológica, e, quiçá, um tipo de *autoritarismo* invisível. A partir dessa questão, segundo postula o autor, surge o interesse dos jovens pelo discurso clássico radical e pelo discurso de espiritualidade oriental de expansão de consciência, este, por sua vez, desamarrado das repressões. O misticismo estaria fortemente ligado à cultura do LSD da época, cujo baluarte seria Timothy Leary, famoso proselitista do psicoativo.

1971 era coibir qualquer fármaco relacionado com a expansão de consciência, “fossem quais fossem seus efeitos primários e secundários, sua toxicidade ou sua natureza química”. Se no começo dos tratados internacionais o foco se voltava a três substâncias específicas – ópio, cocaína e morfina –, em 1973 havia um espectro de 223 substâncias proibidas, que logo se elevariam ao dobro desse número, todas elas sob intensa construção de discurso que justificava sua capacidade de adição e de hábito na consolidação de dependência física ou psíquica, a despeito das incoerências científicas que perpassavam esse discurso. Na esfera moral, os grandes marcos do tratado de 1971 foram: 1) o recrudescimento de “dever e direito” do Estado intervir na vida privada do cidadão; 2) as drogas perigosas são as drogas proibidas, ainda que, somente nos Estados Unidos, toneladas de barbitúricos e anfetaminas estivessem sendo produzidas apenas para consumo doméstico. Na esfera legal, o que fora tratado como proibido em 1961 permanecia sem alterações, com a adição de alguns psicotrópicos, cabendo à comunidade internacional a inclusão de qualquer outro com efeitos estupefacientes, cujo controle caberia aos agentes de narcotráfico de cada país. Criou-se, também, uma lista de substâncias cujo princípio era “medicinal” (op. cit., p. 893-906).

Tais fatores respondem à questão sobre quais estupefacientes são merecedores de proibição. Reitera-se: “Drogas perigosas são drogas proibidas. É a proibição que determina a natureza farmacológica de algo, em vez de ser essa natureza que determina a sua proibição” (p. 907). O jogo de espelhos argumentativo é o que fundamenta os princípios da ingerência da administração pública (e seu inevitável crescimento) na vida do cidadão.

É preciso retomar, ainda que de forma breve, a política de drogas americana sob comando de Richard Nixon, que estava em seu começo no ano de 1971, conforme explicou-se no capítulo anterior. Escohotado lembra que a década foi marcada pela explosão de consumo de bebidas alcoólicas (34 litros por pessoa no mundo anualmente), de tabaco e de café, além de fármacos da paz (tranquilizantes) e energéticos, geralmente à base de cafeína (p. 935). Outro efeito perverso é constatado na ampliação da repressão e do proibicionismo, além do crescimento do consumo de heroína em quase meio milhão de usuários, fenômeno que se replica em proporção na Europa na década seguinte. Nos Estados Unidos dos anos 1970, chega-se ao custo de US\$ 1 bilhão ao ano na política de

repreensão, prevenção e reabilitação de usuários da droga. Em 1978, prendem-se por volta de 445 mil pessoas por porte ou tráfico de maconha nos Estados Unidos⁶⁷ (op. cit., p. 935-938).

O consumo de cocaína também se expandiria nos anos 70 e 80 no país: estima-se em 700% o aumento da demanda entre 1978 e 1984, isto é, em torno de 19 a 25 toneladas para 71 a 137 toneladas⁶⁸. A contextualização histórica dessa questão é fundamental para compreender o advento dos grandes cartéis milionários de cocaína na América do Sul. Somente nos Estados Unidos, o orçamento da chamada Guerra às Drogas chegaria a cifras bilionárias⁶⁹, e assim permanece até então. Ante o problema, em 1988, a ONU convocaria mais uma convenção, a fim de que os países fossem signatários de normas de combate ao narcotráfico global⁷⁰.

Uma nova assembleia é convocada em 1998, a fim de estabelecer metas mensuráveis de combate a entorpecentes⁷¹. Os resultados foram medidos em 2009, quando a Comissão de Narcóticos da ONU declarou uma estabilização na produção, tráfico e consumo de drogas. Dessa reunião, um objetivo improvável (de acordo com o desenvolvimento histórico aqui explanado) veio à luz: o compromisso de “minimizar e, eventualmente, erradicar a disponibilidade e o uso de drogas ilícitas” até 2019⁷².

Trata-se do último marco legal em convenção internacional que aborda o tema. A explanação aqui demonstrada mostra o quão a guerra travada é estéril. Isso porque o orçamento bilionário gasto em todo o mundo não modificou substancialmente o consumo de drogas, ajudou a enriquecer organizações criminais

67. GRINSPOON, L.; BAKALAAR, J. (1982 apud ESCOHOTADO, 2008). **La cocaína: una droga y su evolución social**. Barcelona: Hacen, 1982, p.101.

68. COLLET, M. (1989 apud ESCOHOTADO, 2008). **The Cocaine Connection: Drug Trafficking and Inter-American Relations**. New York: Foreign Policy Associated Series, 1989, p.35.

69. Números estão relacionados na página 20.

70. Naciones Unidas. **Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas**. Viena, 1988. Disponível em: http://www.unodc.org/pdf/convention_1988_es.pdf. Acesso em 23.06.2015.

71. United Nations. **Political Declaration: Guiding Principles of Drug Demand Reduction and Measures to Enhance International Cooperation to Counter the World Drug Problem**. Nova York, 1998. Disponível em: http://www.unodc.org/pdf/report_1999-01-01_1.pdf. Acesso em 23.06.2015.

72. United Nations. **Report on the Fifty-Second Session (14 March 2008 and 11-20 March 2009)**. New York: Economic and Social Council, Official Records, 2009, supplement n. 8. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/V09/825/56/PDF/V0982556.pdf?OpenElement>. Acesso em 26.06.2015.

e produz altos custos de encarceramento anualmente. O arco histórico da questão demonstra que, embora existam orçamentos bilionários de combate às drogas – oriundos, sobretudo, dos Estados Unidos, mas já colocados sob questionamento pelos próprios senadores americanos⁷³ –, a complexidade do problema também se estende ao Brasil, sobre o qual se dedica o capítulo seguinte.

Ainda que a ONU mantenha na esfera oficial um parecer estritamente proibicionista em relação ao assunto, em março de 2014 houve um indicativo de abrandamento na liturgia das Nações Unidas. Um documento assinado pelo Scientific Consultation Working Group on Drug Policy, Health and Human Rights foi apresentado durante a 57ª sessão da Comissão de Drogas Narcóticas indicando que as drogas devem ser tratadas sob a ótica de saúde pública, assim como elas também devem ser descriminalizadas⁷⁴.

Embora o United Nations Office on Drugs and Crime não tenha emitido um documento oficial sobre a questão, trata-se do primeiro indicador na história da entidade sobre a descriminalização das drogas. Em julho daquele ano, a World Health Organization lançaria, em relatório oficial, a urgência sobre a descriminalização da posse de drogas a fim de proteger a contaminação do vírus HIV em populações que usam drogas injetáveis⁷⁵. Em decorrência das experiências de descriminalização em países europeus ao longo das últimas décadas, além da legalização em Estados americanos, a expectativa de entidades não-governamentais que trabalham com o tema é que a ONU adote oficialmente o discurso de descriminalização durante a UNGASS 2016, sessão especial da organização cujo objetivo é discutir o problema mundial das drogas⁷⁶.

73. BENNET, B. **U.S. can't justify its drug war spending, reports say**. Disponível em <http://articles.latimes.com/2011/jun/09/world/la-fg-narco-contract-20110609>. Acesso em 01.07.2015.

74. ONU, Scientific consultation. **Science addressing drugs and health: State of the art**. Disponível em http://www.unodc.org/documents/commissions/CND/CND_Sessions/CND_57/HLS/Statements/Thurs_13th_AM/02_Ms._Volkow_Scientific_Consultation_130314_am.pdf Acesso em 01.07.2015.

75. WHO. **Values and preferences of people who inject drugs, and views of experts, activists and service providers: HIV prevention, harm reduction and related issues**. In: **Consolidated guidelines on HIV prevention, diagnosis, treatment and care for key populations**. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/128118/1/WHO_HIV_2014.20_eng.pdf?ua=1&ua=1. Acesso em 04.07.2015. p. 3.

76. **Special Session of General Assembly**. Disponível em: <https://www.unodc.org/ungass2016/>. Acesso em 07.07.2015.

CAPÍTULO 2

PROIBICIONISMO DA MACONHA NO BRASIL

São três as vias de entrada da *Cannabis sativa* no Brasil ao longo dos últimos séculos. França (2015) aponta que seu uso como fonte de fibras para confecção de tecidos tem os primeiros registros datados de meados de 1772, numa tentativa do vice-rei marquês de Lavradio em fomentar a cultura das sementes de cânhamo na região Sul do Brasil. Por fatores meteorológicos, políticos e até mesmo pela má qualidade das sementes, a iniciativa não prosperou. Dez anos depois, o sucessor vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Souza daria cabo a iniciativa similar, também sem concluir os objetivos. Ainda assim, dom Luiz criaria a Real Feitoria do Linho Cânhamo, uma iniciativa monárquica e estatal de plantio de maconha em larga escala no país. Duraria até 1824, ano em que daria lugar a outras culturas em sua sede principal, localizada em São Leopoldo, interior do Rio Grande do Sul⁷⁷.

A segunda relação do país com a maconha (cuja palavra pode derivar de um anagrama de cânhamo⁷⁸) vem de suas propriedades farmacêuticas, cujo uso seria estudado mais amplamente no universo médico no século XIX. Conforme demonstrado no capítulo anterior, seu uso no receituário, assim como a venda em farmácias, era amplamente difundido, mesmo sem a necessidade de receitas médicas. Os “cigarros índios” tinham grande veiculação no Brasil do século 19, prescritos sobretudo para combate à asma; a maconha era componente de uma diversidade de remédios para variados males, entre analgésicos, sedativos, afrodisí-

77. FRANCA. J.M.C. **História da Maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 7-14.

78. Há muitas especulações sobre a origem da palavra. O Dicionário Etimológico Nova Fronteira (p.487) aponta a origem do quibundo, uma das línguas angolanas, pela acepção ma'kaña, ou “erva mágica”, em tradução aproximada. Por mais peculiar que seja a similaridade morfológica, alguns historiadores põem em dúvida a sofisticação do anagrama. Se a maconha era conhecida como “fumo de Angola”, sua origem recreativa pela África se comprova. Mas Rogério Rocco, em apêndice de “O grande livro da Cannabis” (p. 114), lembra que os escravos africanos eram analfabetos, e que a elucubração de um anagrama demandaria uma depuração linguística. Porém, a generalização dessa população pode se demonstrar equivocada, uma vez que não existem evidências de que todos os escravos eram, de fato, analfabetos.

acos e hipnóticos. São escassos os registros do uso medicinal de maconha no Brasil antes da sanha proibicionista mundial descrita no capítulo anterior. No entanto, cabe destaque ao “Formulário e Guia Médico”, escrito pelo médico polonês emigrado Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Na edição de 1908, encontra-se uma longa descrição da planta, com ênfase ao poder psicoativo: “debaixo de sua influência, o espírito tem uma tendência a ideias risonhas” (op.cit. 14-18)⁷⁹. Chernoviz não era, precisamente, um entusiasta do uso medicinal da *Cannabis sativa*, como todo o discurso que se traçaria ao longo da primeira metade do século XX, mantido com base no discurso racista de “degenerescência” étnica negra pelo consumo de maconha no Brasil. Conforme demonstrado no capítulo anterior, vigoram com força na antropologia as teorias deterministas, ou seja, havia uma sustentação pseudocientífica para os argumentos eugênicos que calcaram boa parte das decisões sobre maconha e outras drogas.

Ora, de fato, a construção do discurso do consumo de maconha no Brasil enveredava pela ideia, logo transformada em axioma, de sua difusão era perpetrada por negros e estratos menos abastados da sociedade. Hábito este que ganhou menção em “Nordeste” de Gilberto Freyre, para relaxamento, discreta e sorrateiramente, entre as inúmeras tarefas do engenho, que, por desaprovar, muitas vezes desconhecia esse consumo. No entanto, circunscrever o consumo recreativo à população negra e às classes mais baixas é um equívoco, uma vez que a população rica tinha acesso àqueles “cigarros índios”, fabricados pela Grimault e Cia., nas melhores farmácias do país, sem a necessidade de receita médica (op. cit., p. 38).

Seria o médico e político João Rodrigues Dória um dos principais construtores desse discurso. Em 1915, o artigo “Os Fumadores de Maconha: Efeitos e Males do Vício” encadearia todo o discurso da elite simbólica⁸⁰ – jornalístico, médico, farmacêutico – que viria nos próximos cinquenta anos sobre a maconha. Dória, um cidadão proeminente e integrante dessa mesma elite simbólica do país à época, transitava com facilidade pelos meios acadêmicos internacionais. O médico

79. CHERNOVIZ, P.L.N. (1908 apud FRANÇA, 2015). **Formulário e Guia Médico**. Paris: R. Roger e F. Chernoviz., 1908, p. 435-436.

80. Ver definição na página 13. In: **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do IBGE, 1958 [original 1918].

afirmaria que, embora a escravidão tivesse sido extinta, “no país estavam inoculados vários prejuízos e males da execrável instituição, difíceis de exterminar”. Sua explanação afirma que entre tais problemas estaria o “vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades floridas da planta aqui denominada fumo de Angola, maconha e diamba, e ainda, por corrupção, liamba ou riamba”⁸¹. O mesmo artigo imputa o consumo de cânhamo aos rituais africanos, como o candomblé. Como já mencionado, esse eixo de pensamento se propagaria em todo o pensamento científico e jornalístico brasileiro nas décadas seguinte; a percepção moral seria para as camadas negras e pobres da população até, ao menos, o final dos anos 70. Essa extensão se encontra amplamente documentada na obra “Maconha: Coletânea de Trabalhos Brasileiros”, editado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária em 1958, em cuja edição está incluso o artigo de Dória. Com o franco intuito de consolidar esse elo, juristas estudiosos e médicos usaram também o pretexto de vincular crimes com o uso de substâncias psicoativas – uma ideia sem fundamentação científica que vigora até os dias contemporâneos em determinados estratos sociais. Em estudo publicado no ano de 1918, o agrônomo Francisco de Assis Iglésias chega a declarar que a palavra “assassino” deriva de “haschichino”, “nome dado a embriagados de haxixe que matavam (...)”^{82 83}.

Conforme se discorreu no capítulo anterior, esse período do século XX é pontuado pelo proibicionismo de substâncias alteradoras de consciência em todo o mundo. O artigo de Dória, o real catalisador do discurso social acerca da maconha durante boa parte do século XX, seria aceito como palestra no II Congresso Científico Pan-Americano em Washington naquele mesmo ano.

Muito embora não se tratassem de discursos isolados, os apelos dos doutores foram insuficientes para a promulgação da Lei nº. 4.294, de 6 de julho de

82. IGLÉSIAS, F. **Sobre o vício da diamba**. Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária. In: **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do IBGE, 1958 [original 1918], p. 17.

83. Aqui cabe uma breve explicação sobre o haxixe, que é um derivativo da maconha, sendo uma resina dessecada e comprimida, comercializada em “bolinhas” ou tabletes e com concentração de THC (tetra-hidro-cannabinol, princípio ativo da *Cannabis sativa*) maior do que a da erva, composta da planta dessecada e sementes. In: GRINSPOON, L., & BAKALAR, J. **Marihuana: La medecina prohibida**. Madrid: Transiciones, 1993.

1921⁸⁴, que legislava sobre penalidades “para os contraventores na venda de cocaína, ópio, morfina e seus derivados”, circunscrevendo o problema à esfera penal e de saúde. Somente 11 anos depois, no decreto 20.930, de 11 de janeiro de 1932⁸⁵, a maconha é proibida e ingressa no rol de substâncias proscritas.

Mesmo com a sua criminalização em 1932, a maconha não sairia do consumo – fármaco, religioso, recreativo – de uma vez por todas. O uso medicinal e farmacológico, aliás, era regulamentado até 1938, quando se promulga uma legislação sobre o controle da maconha e de seus derivados⁸⁶. Essa proibição se cristaliza, de fato, nos anos 1940, ante o surgimento do Código Penal, em cujo artigo 281 se criminalizava a venda, exportação e porte de entorpecentes⁸⁷. O artigo sofreria, ainda, três alterações em sua redação. A penalidade mais substancial viria com a última, o decreto-lei nº 385, de 1968⁸⁸ (o auge da Ditadura Militar), que criminaliza qualquer tipo de conduta relacionada tanto à venda quanto ao porte de drogas. Pune-se, então, o que mais preocupava autoridades médicas e policiais: o usuário, em penas que poderiam variar entre um e cinco anos de reclusão e uma multa entre dez e cinquenta salários-mínimos.

Mas, a reboque do contexto da contracultura nas décadas de 1950 e 1960, também no Brasil a maconha se tornaria o símbolo da rebeldia juvenil, com seu uso se difundindo para além das camadas pobres – de acordo com o discurso vigente nas décadas anteriores – e se introduzindo na classe média urbana. O passo seguinte durante o Regime Militar seria a introdução da lei antitóxicos no ano de 1976⁸⁹, separando com mais clareza as figuras penais de traficante e usuário, sem atenuar para o último – que ainda poderia ser preso por posse para consumo pessoal, mediante a laudo toxicológico. Henman (1986) lembra que até culturas indígenas foram perseguidas pelo uso religioso de *Cannabis sativa* e outras ervas⁹⁰.

84. Decreto n. 4.294 de 6 de julho de 1921. Disponível em www.bit.ly/1qCONUY. Acesso em 16.06.2014.

85. Decreto n. 20.930 de 11 de janeiro de 1932. Disponível em www.bit.ly/1pscSKy. Acesso em 16.06.2014.

86. Decreto n. 891 de 25 de novembro de 1938. Disponível em www.bit.ly/1wjqMTh. Acesso em 16.06.2014.

87. Decreto n. 2848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em 22.06.2015.

88. Decreto n. 385 de 26 de dezembro de 1968. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0385.htm. Acesso em 22.06.2015.

89. Lei nº. 6.368 de 21 de outubro de 1976. Disponível em www.bit.ly/1uUYYIz. Acesso em 16.06.2014.

90. HENMAN, A. **A guerra às drogas é uma guerra etnocida**: um estudo do uso da maconha entre os índios Tenetehara do Maranhão. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O. (Org.). *Diamba sarabamba*. São Paulo: Ground, 1986. p. 91-116.

Com o enfraquecimento do Regime Militar e a introdução do debate democrático, a repressão de política às drogas começa a ser posta em discussão, sobretudo por intelectuais e artistas. Políticos enveredam pela introdução de argumentos mais brandos na seara da repressão às drogas. Alguns projetos de lei e debates se encaminham no Congresso Nacional à época, mas ainda pulverizados em argumentações conservadoras. Em 1985, Fernando Henrique Cardoso – então candidato à Prefeitura de São Paulo – apontava a repressão ao usuário da erva como algo inócuo. Entretanto, a reação às afirmações logo foi colocada em um panfleto de oposição ao candidato, com tiragem de 400 mil exemplares, acusando-o de ser “maconheiro”⁹¹.

A Constituição brasileira estabeleceria, três anos depois, que tráfico de drogas é crime hediondo e inafiançável; sem mencionar, entretanto, punição similar para o usuário de drogas. Logo, a rigor, a lei de 1976 ainda prevaleceria durante os próximos 30 anos. É apenas em 2006, contudo, que se vê um relativo abrandamento da pena para usuários com a Lei nº 11.343⁹² (que, por sua vez, vigora até os dias atuais). Com democracia já desenvolvida e uma visão social mais ampla sobre a complexidade do tema, em detrimento da penalização pura e simples, os legisladores já compreendiam que era necessário observar alguns critérios, como assistência social, economia, graus de criminologia, políticas públicas e outra série de fatores que permitem a distribuição de psicoativos no país. Embora o escopo legislativo esteja longe de atingir tais objetivos, pode-se dizer que ele representou um avanço no saber técnico para aprofundar o tema pela análise de critérios penalistas mais brandos e outros critérios de política criminal, como a inclusão de novas tipificações de crime⁹³. Houve, então, uma mudança no *mens legis*, ou seja, a lei não enquanto “uma só vontade, mas como resultado do querer social”⁹⁴. Dentre as grandes mudanças trazidas pela lei está a penalização mais branda para o usuário: se a lei de 1976 determinava a prisão, o texto atual suprime o

91. “PF recolhe jornal que acusava Cardoso”. In: Folha de S.Paulo, 6 de novembro de 1985.

92. Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em www.bit.ly/TpAXqO. Acesso em 17.06.2014.

93. ARAUJO, LF. **Principais mudanças introduzidas pela Lei nº 11.343/2006: uma análise comparativa**. Disponível em www.jus.com.br/artigos/26744/principais-mudancas-introduzidas-pela-lei-no-11-343-2006-uma-analise-comparativa. Acesso em 17.06.2014.

94. MENDONÇA JR, D. Interpretação da Norma Jurídica. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/25673-25675-1-PB.html>. Acesso em 17.06.2014.

encarceramento.

Isso representa uma mudança na política criminal, mas não teve os efeitos esperados na realidade carcerária do país. No lugar da prisão, segundo dispõe o artigo 28, o usuário pode ser sentenciado em uma das três determinações: I) advertência sobre o efeito das drogas; II) prestação de serviços à comunidade; III) medida educativa de comparecimento em programa ou curso educativo. Cabe lembrar que a legislação versa sobre portar ou armazenar a droga, e não o consumo em si. Para o traficante e em relação à lei anterior, a atual vai à revelia do abrandamento colocado para o usuário, já que prevê o aumento da pena mínima de três para cinco anos – sendo que a pena máxima se manteve em 15 anos.

No entanto, faz-se necessária uma ponderação crítica da lei, ainda que ela tenha representado um pequeno avanço em termos jurídicos e legislativos. O texto não explicita o que, precisamente, categoriza um *usuário* e um *traficante*; essa distinção cabe à polícia nos dias atuais, fato que aumentou em 339% os encarceramentos por “tráfico” de drogas (de 31 mil pessoas em 2006 para 138.366 em 2013) – muitos dos presos apresentavam quantidades ínfimas, tão e somente para consumo, como porte de 1,5 g de maconha ou quantidade similar de crack⁹⁵.

Soma-se à questão a quantidade de processos gerada a reboque da lei de 2006. Apenas no Tribunal de Justiça do Rio, houve um total de 20.823 processos por porte de drogas entre 2013 até julho de 2015, enquanto que, no mesmo período, os de tráfico somavam 20.823. É preciso notar que, neste levantamento, não existe o cruzamento qualitativo desses números em relação à quantidade pela qual os réus respondem⁹⁶.

Este contexto se faz importante porque, no atual momento, o Supremo Tribunal Federal está em processo de votação da inconstitucionalidade do artigo 28 da lei de 2006, o que descriminalizaria o porte de drogas para uso pessoal. A deci-

95. “Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país”. In: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/com-lei-de-drogas-presos-por-trafico-passam-de-31-mil-para-138-mil-no-pais.html>. Acesso em 13.07.2015.

96. “Número de processos por porte de entorpecentes para uso próprio já passa o de tráfico”. In: http://oglobo.globo.com/rio/numero-de-processos-por-porte-de-entorpecentes-para-uso-proprio-ja-passa-de-trafico-17354313?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em 13.07.2015.

são ainda está em andamento na suprema corte brasileira.

Além disso, a lei tipifica novos três crimes nos artigos 36, 37 e 39, respectivamente: financiar ou custear a prática de qualquer um dos crimes previstos nos artigos 33 e 34 (pena de 8 a 20 anos e multa); colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33 e 34 (pena de 2 a 6 anos e multa); conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem (pena de 6 meses a 3 anos e multa).

Cabe ressaltar que o artigo 34 versa sobre a conduta “de oferecer, distribuir e entregar objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, outra mudança legislativa.

Sabe-se, contudo, que 25% da população carcerária do país está detida sob alegação de tráfico de drogas, em maior ou menor grau, segundo dados governamentais do Infopen⁹⁷. Em números absolutos, o total da população carcerária brasileira é de 563.526 presos. No caso da população carcerária feminina, que teve um aumento de 42% nos últimos cinco anos, 65% destas prisões foram feitas em decorrência do tráfico de drogas⁹⁸.

Ao longo da sua implementação, a legislação atual apresenta falhas em toda a sua cadeia de aplicação, conforme foram pormenorizadas na dissertação. Veio do STF, no entanto, a indicação de uma dessas fissuras: em 2012, houve declaração de inconstitucionalidade de parte do artigo 44, que determina a proibição da liberdade provisória a presos por tráfico de drogas⁹⁹.

Esta súmula, que mostra a história, a construção de ideologia da repressão e o escopo legislativo ao longo das décadas é fundamental para a apreensão dos fatores sociais e medicinais da descriminalização e, por que não, da legalização da maconha no Brasil.

97. “Falhas na gestão de processos contribuem para a superlotação carcerária, diz conselheiro do CNJ”. Disponível em www.cnj.jus.br/noticias/cnj/27764-falhas-na-gestao-dos-processos-contribuem-para-a-superpopulacao-carceraria-diz-conselheiro-do-cnj. Acesso em 18.06.2014.

98. “População carcerária feminina aumenta 42% nos últimos cinco anos”. Disponível em www.cnj.jus.br/noticias/cnj/25998-populacao-carceraria-feminina-aumenta-42-nos-ultimos-cinco-anos#ad-image-0. Acesso em 18.06.2014.

99. “Regra que proíbe liberdade provisória a presos por tráfico de drogas é inconstitucional”. Disponível em www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207130. Acesso em 18.06.2014.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E MEDICINAIS DA MACONHA

O hábito de se usar a *Cannabis sativa* é difundido entre 2,8% e 4,5% da população global. A estimativa do United Nations Office on Drugs and Crime é de que haja de 125 a 205 milhões de usuários de maconha no mundo, o maior contingente de usuários de drogas ilegais dentre as existentes¹⁰⁰.

A organização internacional categoriza três formas de uso da erva: a planta, com folhas secas e flores; a resina da cannabis, com as secreções da planta prensadas (também conhecida como haxixe); e o óleo de maconha, resultado de destilação ou extração de ingredientes ativos da planta. A maneira mais usada de todas é a primeira, enquanto que o haxixe é mais popular na Europa. A terceira forma, por fim, corresponde a 0,05% do uso¹⁰¹.

Os avanços nas pesquisas científicas só progrediram tardiamente graças às políticas de repressão às drogas, recrudescida principalmente na administração do ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que, em junho de 1971, declarou a famosa guerra às drogas e posicionando-as como inimigo número 1 daquela nação¹⁰². O crescente interesse a partir dos anos 1990 se deu por causa da descoberta sobre como a maconha age no organismo. De acordo com o relatório “Cannabis: a short review”, elaborado pelo United Nations Office on Drugs and Crime⁵⁸,

100. “Cannabis: a short review”. Disponível em www.unodc.org/documents/drug-prevention-and-treatment/cannabis_review.pdf. Acesso em 19.06.2014.

101. “A cannabis reader: global issues and local experiences”. Disponível em www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_53372_EN_emcdda-cannabis-mon-vol1-ch9-web.pdf. Acesso em 19.06.2014.

102. Ver capítulo 1. NIXON, R. Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control. Washington: The American Presidency Project, 1971. Disponível em www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=3048&st=&st1=. Acesso em 19.06.2014.

“O ingrediente ativo na cannabis, o delta-9-tetrahydrocannabinol (THC), é encontrado apenas em poucas partes da planta, nos topos floridos e em algumas das folhas. O THC estimula os receptores canabinoides (CBRs), localizados na superfície dos neurônios, produzindo efeitos psicoativos. Os CBRs são parte do sistema endocanabinoide, uma rede de comunicação no cérebro que exerce um papel no desenvolvimento e nas funções neuronais. Os CBRs são tipicamente ativados por um neurotransmissor natural, a anandamida. O THC imita a anandamida, ligando os CBRs e ativando os neurônios; porém, os efeitos do THC são mais potentes e duradouros do que o neurotransmissor endógeno. Os CBRs são largamente distribuídos no cérebro, mas são particularmente prevalentes no hipocampo, cerebelo, córtex pré-frontal e regiões no cérebro envolvidas em prazer, cognição, concentração, memória, recompensa, percepção de dor e coordenação motora. A ativação do receptor CBR regula o lançamento de múltiplos neurotransmissores, incluindo noradrenalina, serotonina e dopamina.” (UNODC, 2012, p. 3)¹⁰⁰

A descoberta da molécula anandamida e dos receptores canabinoides foi importante por demonstrar que o cérebro tem um sistema de comunicação que regula diversas funções do organismo, como fome, humor e outras. As pesquisas sobre o chamado sistema endocanabinoide são vastas atualmente.

Essa introdução da maconha no saber médico levou à descoberta que outro componente da maconha, o CBD (canabidiol) é eficiente no combate a doenças genéticas que causam epilepsia sem cura. O remédio tomou proporções midiáticas quando o consultor de assuntos médicos da CNN, Sanja Gupta, escreveu um artigo pedindo desculpas por ter se posicionado contra a maconha há alguns anos, e se colocando a favor do uso medicinal da erva¹⁰³.

O assunto chegou ao foco midiático do Brasil em 2014, quando o documentário “Illegal”¹⁰⁴ foi veiculado em cadeia nacional, trazendo como

103. “Why I changed my mind on weed”. Disponível em www.cnn.com/2013/08/08/health/gupta-changed-mind-marijuana/. Acesso em 20.06.2014.

104. “Illegal”. Acesso em 20.06.2014. In: www.youtube.com/watch?v=CtJJ1pzMKxs. Acesso em 20.06.2014.

protagonista Any Fischer, à época com 5 anos, que sofria 60 convulsões por dia devido à síndrome CDKL5. Com o CBD, as crises de epilepsia da menina tinham se reduzido a praticamente zero em dois meses.

Qualquer tipo de substância derivada da maconha era ilegal no Brasil até 2015. Esse trabalho documental da sociedade civil organizada imputou a questão à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que adiou a decisão sobre a legalidade da substância. O episódio de indecisão, cujo desfecho ainda não se anunciou, foi alicerçado pela morte de Gustavo Barbosa, de 1 ano e 4 meses, que, à espera do CBD, não resistiu às convulsões provocadas pela síndrome de Dravet¹⁰⁵. Foi somente em julho de 2015 que a regulamentação efetivamente começaria a ser aplicada de maneira plena¹⁰⁶.

Tão importante quanto a via médica, cabe análise também sobre a questão do uso recreativo da erva. Este aspecto centraliza as idiossincrasias de natureza moral sobre a maconha, já que o senso comum apregoa a maconha como “porta de entrada para outras drogas”, o que, em nenhum momento da história, foi cientificamente comprovado. Mas que, por sua vez, é o corolário para a política antidrogas em boa parte dos países, no Brasil, inclusive. Fica nítida essa visão na discussão de 2014 sobre a legalização da maconha na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal¹⁰⁷, proposta pelo senador Cristovam Buarque após mais de 20 mil signatários se colocarem a favor da legalização da maconha no site da casa¹⁰⁸: os antagonistas à legalização usavam informações sem embasamento científico.

Ajustando a questão à luz da ciência, Melberg et al (2010) analisaram o

105. “Menino que esperava por liberação do Canabidiol morre em Brasília”. Disponível em www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/06/01/interna_cidadesdf,430413/menino-que-esperava-por-liberacao-do-canabidiol-morre-em-brasilia.shtml. Acesso em 20.06.2014.

106. “Começam a valer novas regras da Anvisa para adquirir canabidiol”. In: <http://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/comecam-valer-novas-regras-da-anvisa-para-adquirir-canabidiol-16679401.html#ixzz3mQ2fUHiV>. Acesso em 27.07.2015.

107. Audiência pública sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha. Disponível em

www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?txt_titulo_menu=Resultado%20da%20pesquisa&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=&COD_PROGRAMA=9999&COD_VIDEO=352346&ORDEM=0&QUERY=maconha&pagina=1. Acesso em 06.06.2014.

108. “Cristovam Buarque relatará projeto que legaliza comércio de maconha”. Disponível em ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/69223/cristovam+buarque+relatar+projeto+que+legaliza+comercio+de+maconha.shtml. Acesso em 20.06.2014.

argumento de a maconha ser “porta de entrada” para outras drogas. O uso de maconha concomitantemente a outras substâncias, ou o uso de drogas pesadas após o uso regular de maconha não significam que a erva por si só tenha induzido ao consumo de crack, metanfetamina ou heroína, por exemplo. Eles enfatizam que, analisando estatisticamente os usuários de maconha, no grupo em que predominava o uso recorrente de drogas pesadas, outra característica se notabilizava: a condição *sine qua non* neste público era um ambiente psicossocialmente problemático.

“Seja qual for o mecanismo ou combinações de mecanismos que operam, parece claro que um grupo de usuários de maconha era mais vulnerável ao efeito de uso de maconha com subsequente uso de drogas pesadas. Observamos que não apenas eles começaram o consumo de drogas muito jovens – assim como foi substancialmente grande a proporção de uso de drogas como anfetamina e heroína mais intensivamente, ou seja, pessoas nesse grupo reportaram que usaram estas drogas em mais do que 25 ocasiões. Eles também reportaram mais problemas na infância com a polícia, pais, amigos e escola. Se as razões subjacentes são traumas de infância, a influência negativa de pares, menos benefícios genéticos ou outros fatores, os “jovens problemáticos” parecem ter menos resistência em relação a um maior envolvimento de drogas.” ¹⁰⁸ (p. 28)

Seria negligente ignorar também o cerne da questão das drogas e a própria biologia: elas são catalisadoras de prazer. Escohotado (2008) esquadrinha a questão do porquê da existência de qualquer tipo de droga, cujo uso ele denomina como “hábito farmacológico”:

“O hábito farmacológico é somente uma variante específica da nossa preferência geral por condutas automáticas, comparada com a nossa capacidade de improvisar condutas, obedecendo a processos de deliberação racional. Por ordem descendente de importância, acredito que seus elementos principais são: a) o reforço ou prêmio que o hábito em si proporciona; b) o vazio ou deficiência dele que é sintoma; c) os incômodos concretos que se derivam por interrompê-lo. Hoje se apresenta como decisivo o último desses elementos, mas a toxicomania era um conceito desconhecido há um século, enquanto os tóxicos básicos – e seu livre consumo – existem há milênios. Não esqueçamos, da mesma maneira, que todos os animais investigados até então – desde caracóis até muitas famílias de insetos, vertebrados ovíparos e mamíferos – se intoxicaram espontaneamente com vegetais psicoativos e drogas sintéticas. Todos eles dão amostras também de rigorosa moderação ao

fazê-lo. Curiosamente, esta regra só se altera quando lhes privamos de liberdade e lhes infligimos torturas adicionais.”¹⁰⁹

Ainda que os saberes e as metodologias das duas pesquisas supramencionadas sejam diametralmente opostas – a primeira tem caráter estatístico e médico; a segunda observa a antropologia e a pesquisa história - é interessante notar o fio condutor similar entre as duas: situações de opressão levam ao abuso de drogas. Hart (2013) condensa essa perspectiva de maneira mais sólida. Cabe um parêntese biógrafo sobre o neurocientista americano da Universidade de Columbia: sua infância e juventude transcorreu em um bairro pobre e violento de Miami, em um cenário de miséria e exclusão social e, mesmo com o panorama desfavorável, ele se tornou um pesquisador referencial na seara científica de dependência química e drogas. Embora seja uma exceção, Hart defende que o vício é produto da miséria, exclusão e violência.

Seu trabalho pôs foco no público consumidor contumaz de crack e consistiu em fornecer uma dose da droga para, em seguida, oferecer opções que variavam entre a droga, dinheiro ou um vale de mercadorias. Nas quatro primeiras sessões, a escolha era entre a dose de cocaína daquele dia ou um vale em dinheiro de US\$ 5 enquanto que, nas quatro últimas, a opção era entre a dose e um vale de mercadorias no valor de US\$ 5.

Quando a dose oferecida era maior, os usuários quase sempre escolhiam o crack, o que convergia para a ideia de que o vício faz com que os indivíduos priorizem as drogas. Mas, ao se deparar com doses mais baixas, ofereciam resistência.

“Não obstante a noção popular de que as pessoas viciadas darão preferência a qualquer dose de droga a outra experiência – em especial quando já provaram o gosto da fissura – não foi o que constatamos no laboratório. Mesmo em um

108. MELBERG et al. **Is Cannabis a gateway to hard drugs?** Oslo: Empirical Economics, 2010.

109. p. 1187-1188.

ambiente com drogas, as pessoas viciadas não são meras escravas da ânsia. Elas fazem escolhas racionais. (...) No total, nossos pesquisados podiam ganhar até US\$ 50 por dia, participando de duas sessões completas, o que era um valor significativo, considerando-se a sua renda geral baixa. Mas se a teoria de que “a primeira dose gera uma ânsia irresistível” estivesse certa, qualquer dose deveria ter um valor infinito no momento de escolha. Os usuários de cocaína não seriam capaz de enxergar os US\$ 50 para além dos US\$ 5, nem de pensar na dose específica, se fosse verdadeira a ideia de que os viciados ficam totalmente descontrolados depois que começam a usar a droga. Em média, contudo, os pesquisados fumavam duas doses a menos de cocaína quando a alternativa era dinheiro, e não mercadorias. Isso significava que o dinheiro vivo era 10% mais eficaz que os vales de produtos, no sentido de suprimir o uso de cocaína. O senso comum segundo o qual o comportamento do viciado seria completamente irracional não explicava o resultado. Se os viciados em cocaína sempre queriam a droga, não importando o que acontecesse, não deveria haver diferença.” (HART, 2013, p. 259-260) ¹¹⁰

Cabe ressaltar que nenhum dos pesquisadores deixa de levantar a questão da nocividade das drogas em relação ao organismo; existe, contudo, a ressalva de que

“os cientistas já estudaram quase todas as drogas populares de recreação em seres humanos. Aprendemos muito sobre as condições em que há maior probabilidade de ocorrerem efeitos positivos ou negativos. Infelizmente, esse conhecimento não é levado a público, basicamente pela crença irracional de que pode incitar alguém a começar a fazer uso de drogas. À luz do fato de que já existem mais de 20 milhões de americanos consumindo substâncias ilegais com regularidade, parece que uma abordagem racional – voltada para a redução de danos relacionada às drogas – consistiria em compartilhar o que aprendemos com os usuários e aqueles que estão em posição de ajudar a mantê-los seguros. Caso contrário, estaremos prestando um grande desserviço à sociedade.” (IDEM, p.314)

110. HART, C. **Um preço muito alto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

À luz de todo o conhecimento científico produzido até então, a dissertação em questão fará uma análise sobre como as redes sociais se organizam e gravitam em torno do tempo, a partir do estudo de caso em uma comunidade do Facebook. Antes da aplicação dos conceitos metodológicos para isso, contudo, é preciso contextualizar as redes sociais como instrumento tecnológico e de organização política – tema ao qual o próximo capítulo se dedica.

CAPÍTULO 4

REDES SOCIAIS E BUSCAS COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO E PESQUISA SOBRE MACONHA

O homem é por natureza um animal social, conforme postulou Aristóteles em “Política”¹¹¹, uma das obras que fundamentam as noções da civilização ocidental. As cidades nada mais são do que consequências organizacionais dessa premissa tão famosa e usada à margem da exaustão, quiçá do clichê; mas, embora seja um conceito amplamente utilizado pelo senso comum, também é um paroxismo para compreender o conceito de redes sociais na mais ampla acepção da palavra.

Uma vez que existe a necessidade de organização, esta ordem é manifesta por intermédio da linguagem. Marías (1997) afirma que é este falar que trata sobre os fundamentos da vida política e do bem comum, daí a necessidade do convívio em comunidades e, por consequência, do tecido social das redes¹¹².

Souza e Quandt (2008) conceituam redes sociais como “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”. São usadas por cientistas de variados campos das ciências humanas a fim de “explicar uma série de fenômenos caracterizados pela troca intensiva de informação e conhecimento entre as pessoas”. Cabe ressaltar que o conceito precede a ascensão das ferramentas tecnológicas, já que assumem diferentes formatos e níveis de formalidade no decorrer do tempo; surgem em torno de objetivos diversos; e mantêm alto fluxo de comunicação e de informalidade, sendo que processos de decisão costumam ser negociais, democráticos e participativos¹¹³.

111. ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. I, 1252a e 1252b, p. 13-14.

112. MARÍAS, J. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 91.

113. SOUZA, Q; QUANDT, C. **Metodologia de análise de redes sociais**. In: O tempo nas redes. São Paulo: Perspectiva, p. 34-36.

Se as redes sociais podem se configurar em variados formatos e finalidades, desde associações de classe até organizações terroristas, é na era da tecnologia que o seu conceito ganha mais um nível de amplitude. Por tecnologia, toma-se como definição a que foi dada por Castells apud Brooks e Bell (1999), isto é, “o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira *reproduzível*”¹¹⁴. A transformação tecnológica, cuja gênese ocorre a partir da década de 1970, ganharia novos contornos no final do século passado, no advento de um conceito: “a interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e retransmitida”. Isso significa que o mundo, “segundo Nicholas Negroponte, se tornou digital” (op.cit., p. 50).

Essa revolução difere de qualquer outra passada na história da humanidade, uma vez que seu “cerne são as *tecnologias da informação, processamento e comunicação*”. Nota-se que “a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem” (op.cit., p. 50-51).

Dentro deste campo conceitual, é preciso dialogar com o que escreve Pierre Lévy (1999) acerca de espaços virtuais, a partir do conceito de *comunidades* cuja tessitura é intimamente relacionada com a ideia de redes sociais e, por consequência, de opinião pública.

A maioria das comunidades virtuais estrutura a expressão assinada de seus membros frente a leitores atentos e capazes de responder a outros leitores atentos. Assim, como eu havia sugerido (...) longe de encorajar a irresponsabilidade ligada ao anonimato, as comunidades virtuais exploram novas formas de opinião pública. Sabemos que o destino da opinião pública encontra-se intimamente ligado ao da democracia moderna. A esfera do debate público emergiu na Europa durante o século XVIII, graças ao apoio técnico da imprensa e dos jornais. No século XX, o rádio (sobretudo nos anos 30 e 40) e a televisão (a partir dos anos 60) ao mesmo tempo deslocaram, amplificaram e confiscaram o exercício da opinião pública. Não seria permitido, então, entrever hoje uma nova metamorfose, uma nova complicação da própria noção de “público”, já que as comunidades virtuais do ciberespaço oferecem, para debate coletivo, um campo de prática mais aberto, participativo, mais distribuído do que as mídias clássicas?¹¹⁵

Em uma era de produtos eletrônicos cada vez mais inteligentes, a vida social na internet se torna praticamente inexpugnável. Para Keen (2012), “em vez da vida virtual ou de uma segunda vida, a mídia social está se tornando a própria vida – o palco central e cada vez mais transparente da existência humana”, a ponto de investidores de risco do Vale do Silício, seara tecnológica americana, cancelarem o termo internet de pessoas¹¹⁶. A mídia social é tal como estar em casa, é a arquitetura em que habitamos (op.cit., p. 10).

Tal realidade é expressa pelas métricas das redes em 2015. O Instagram, rede social cujo princípio é a fotografia, chegou a 400 milhões de usuários¹¹⁷. O LinkedIn, que agrega pessoas com interesses profissionais, tinha 380 milhões de cadastros em sua base¹¹⁸. O Twitter, rede de microblogs com mensagens de até 140 caracteres, alegava ter 315 milhões de usuários ativos mensalmente até julho do mesmo ano¹¹⁹. Por fim, o número mais impressionante: 1,49 bilhão de usuários ativos estão presentes no Facebook, rede social de interesses variados, mensalmente (também em julho de 2015)¹²⁰.

Não se pode concluir que essas aldeias digitais sejam, contudo, uma panaceia da comunicação, sobretudo quando se leva em conta a questão da exclusão digital, cujo gargalo atinge a maior parte da população do mundo. Porém, uma das questões sob ponderação entre outras escolas analíticas é a questão do direito à privacidade. Ainda que eivada de pensamentos que precisam ser observados com atenção, a análise de Lévy necessita de contrapontos.

Faz-se necessária a evocação do conceito de hiper-realidade, consolidado por Jean Baudrillard (1981) e Umberto Eco (1983), que consiste em um aprimoramento do real existente, pelo qual a confluência do real e do imaginário se confundem¹²¹. Eco diz que se trata de “uma filosofia da imortalidade da duplicação” em que “o *totalmente real*” é inexorável ao “*totalmente falso*”¹²².

114. CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 49.

115. LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, p. 129.

116. KEEN, A. **Vertigem Digital: Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 10.

117. “Celebrating a Community of 400 million”. In: <http://blog.instagram.com/post/129662501137/150922-400million>. Acesso em 23.set.2015.

118. “About LinkedIn”. In: <https://press.linkedin.com/about-linkedin>. Acesso em 23.set.2015.

119. “Twitter Usage – Company Facts”. In: <https://about.twitter.com/company>. Acesso em 23.set.2015.

120. “Stats”. In: <http://newsroom.fb.com/company-info/>. Acesso em 23.set.2015

121. “Hyperreality”. In: <http://faculty.washington.edu/cbehrler/glossary/hyperrea.htm>. Acesso em 23.set.2015.

Embora seja uma consideração elaborada na era que antecede a internet, a crítica cultural se aplica com às sociedades pós-modernas com tecnologia avançada.

À luz desses conceitos científicos e ante a observação de Aristóteles, Keen (2012) afirma que “em vez de nos unir entre os pilares digitais de uma pólis aristotélica, a mídia social hoje na verdade estilhaça nossas identidades, de modo que sempre existimos fora de nós mesmos, incapazes de nos concentrarmos no aqui e agora, aferrados demais à nossa própria imagem” (p. 23).

Há outros antagonistas contemporâneos e ferrenhos à superexposição e à falta de privacidade em redes sociais. Um dos mais contundentes é Nicholas Carr, cujos artigos circulam tanto em revistas acadêmicas quanto no jornalismo e criticam o que se classificou como utilitarismo digital¹²³. “Os seres humanos não são somente criaturas sociais, mas também criaturas privadas. O que não partilhamos é tão importante quanto o que partilhamos.”¹²⁴

A questão da privacidade (e, sobretudo, da forma como corporações tecnológicas usam dados a partir de informações compartilhadas por usuários a fim de *capitalizar* sobre isso ou *monitorar* e *fornecer* esses dados a governos e instituições, como foi o caso desvelado pelo ex-agente da NSA, Edward Snowden¹²⁵) é um problema relevante e passível de discussão. Zittrain (2008) evoca um texto do governo de 1973 já esboçando essa preocupação à época. Para ele, a questão se subdivide em outras duas: os bancos de dados governamentais, cujas informações têm poder de mudar os rumos decisórios de aspectos políticos; e os bancos de dados de corporações, que “continuam a levantar questões de privacidade, em particular nos domínios da informação de crédito do consumidor, registro de saúde e dados financeiros”¹²⁶.

No entanto, o autor em questão não levanta um problema fundamental e

122. ECO, U. **Travels in Hyperreality**. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich, 1983. p. 6-7.

123. Para Keen, *utilitarismo digital* se apropria das ideias do utilitarismo do século 19. O autor explica que a felicidade não é algo apenas modelado pelos desejos e vontades, mas também pelo direito de ficar sozinho nas sociedades contemporâneas, algo que, de acordo com ele, é um paradoxo para a cultura de compartilhamento alardeada pelo Vale do Silício.

124. “Tracking is an assault on liberty, with real dangers”. In: <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703748904575411682714389888>. Acesso em 22.08.2015.

125. “Edward Snowden”. In: <http://www.theguardian.com/us-news/edward-snowden>. Acesso em 25.08.2015.

126. Zittrain, J.L., *The Future of the Internet and How To Stop It*, Yale University Press and Penguin UK, 2008 at <http://yupnet.org/zittrain>

urgente desta etapa contemporânea: a manipulação algorítmica das redes sociais e das buscas na internet. É sabido que o Google, por exemplo, personifica os resultados de suas buscas de acordo com o usuário procurou, previamente, a partir de dados estão armazenados nos cookies de navegadores. A problemática por trás disso é que o Google não está fornecendo, necessariamente, a *melhor informação*, mas o que os *algoritmos supõem* que o usuário necessita.

Epstein e Robertson (2015) demonstraram tal preocupação claramente em artigo que versa sobre como o sistema de buscas do Google pode influenciar nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016.

A perspectiva se aprofunda quando os dados são cruzados. Em análise recente sobre 300 milhões de cliques via um motor de buscas, 91,5% dos cliques foram direcionados para a primeira e a segunda páginas que figuram nos resultados. Para os pesquisadores, aparentemente, esse fenômeno ocorre porque as pessoas “confiam nas companhias de busca para atribuições das posições mais elevadas para resultados que mais preenchem as suas necessidades, mesmo que eles geralmente não façam ideia sobre como esses resultados são ranqueados” (p. E5412)¹²⁷.

Também causou intensa preocupação, tanto nos enclaves acadêmicos quanto na esfera pública. o artigo “Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks” (Evidências experimentais de contágio emocional em escala maciça por meio de redes sociais), publicado pela revista científica PNAS¹²⁸, no qual pesquisadores de duas universidades diferentes apontam conclusões sobre a manipulação do *feed* de notícias de 689 mil usuários do Facebook, a fim de expô-los a comentários, notícias e vídeos positivos e negativos.

A conclusão da pesquisa afirma que houve contágio emocional, de acordo com o que foi exposto, a partir dessas alterações propositas. A repercussão foi tão intensa que os editores da publicação fizeram um comunicado oficial dentro do próprio trabalho justificando as razões pelas quais o artigo foi publicado.

Tratam-se de assuntos que merecem discussão, dada a complexidade

127. EPSTEIN, R.; ROBERTSON, R.. **The search engine manipulation effect (SEME) and its possible impact on the outcomes of elections**. PNAS August 18, 2015 vol. 112 no. 33, p. E4512-E4521.

128. KRAMER, ADI; GUILLORY, JE; HANCOCK, JT. **Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks**. PNAS June 17, 2014 vol. 111 no. 24, p. 8788-8790.

que a manipulação algorítmica pode trazer, inferindo nas decisões, no discernimento e no estado emocional das pessoas. Esse contexto é absolutamente necessário para entender nuances que podem afetar a liberdade de práticas de autonomias individuais, apreciação tão cara à chamada economia de informação em rede.

Para redarguir e conceituar a ideia de economia de informação em rede, Benkler (2006) nota que o ambiente informacional se horizontalizou com as redes sociais. Se outrora tínhamos a mídia de massa em um modelo verticalizado, isto é de um para muitos e pelo qual não havia interação grupal entre os espectadores, hoje há um ecossistema (tanto tecnicamente quanto no que se refere a práticas sociais) que permite um plano e pulverizado modo de comunicação, mas que também é “centrado no usuário, em plataformas de cooperação ativa baseada em grupos, que tipificam a economia da informação em rede” (p. 358)¹²⁹.

Um desdobramento da economia da informação em rede foi explorado e aprofundado por Schwartz (2008), que nomeia como iconomia as intersecções de comunicação, tecnologia e economia, “fundando suas aspirações no horizonte da economia política da informação, da comunicação e da cultura” (p. 5). A iconomia seria, por essência, uma economia sustentada por ícones e fundamentada pela produção de informação e pela criatividade humanas; os indivíduos podem interferir no processo de criação de saberes enquanto atores do conhecimento. “No pensamento iconômico, ganha relevância o ‘fazer saber’ frente ao ‘saber fazer’, o ‘how to know’ mais que o ‘know-how’” (p. 3)¹³⁰.

Os movimentos dos usuários em comunidades do Facebook refletem essa teoria na prática. Cabe ressaltar que três aspectos, contudo, agem à revelia dessa situação. São eles: a) crise algorítmica exposta anteriormente; b) as redes sociais estão cada vez mais focadas na obtenção de lucro a partir de publicidade dirigida (o que afeta sensivelmente o algoritmo e as visualizações orgânicas também)¹³¹; c) a curadoria humana de relevância para os usuários – o Facebook ad-

129. BENKLER, Y. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Market and Freedom**. Yale University Press. Disponível em: http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf. Acesso em 22.mar.2015.

130. SCHWARTZ, G. **Economia Política da Cibercultura e Emergência da Iconomia**. Disponível em: <http://www.cencib.org/simposioabciber/PDFs/CC/Gilson%20Schwartz.pdf>. Acesso em 24.mar.2015.

131. “Facebook brand pages suffer 44% decline in reach since December 1”. In: <http://www.ignitesocialmedia.com/facebook-marketing/facebook-brand-pages-suffer-44-decline-reach-since-december-1/>. Acesso em 24.mar.2015.

mitiu, em 2015, a existência uma equipe chamada “Painel de Qualidade do Feed”¹³², que, por sua vez, é voltada à avaliação da relevância de conteúdos para os usuários, em uma escala de 1 a 5 (sendo o primeiro categorizado como “menos relevante” e o último, “mais relevante”). Trata-se de uma ingerência problemática, já que, a exemplo do que ocorre na busca do Google, como fora previamente observado nesta pesquisa, não se trata exatamente do melhor conteúdo para o usuário, mas o que se *supõe* que seja importante para ele, numa hierarquização que o deixa sem o livre-arbítrio da escolha sobre o que figura em seu *feed* noticioso. A dinâmica da questão se aprofunda porque, de acordo com uma pesquisa conduzida com usuários pela Universidade de Illinois Urbana-Champaign, 62% dos usuários do estrato pesquisado não sabiam que seu *feed* de seu Facebook era – fazendo uso de um eufemismo – *filtrado*¹³³.

Todo esse material científico contemporâneo, baseado em pesquisas internacionais consolidadas, precisa ser abordado para uma reflexão profundamente crítica e embasada sobre as comprovações apresentadas, uma vez que se trata de certo cerceamento à economia de informação em rede, ideia tão cara e que baseia o cerne das reflexões de Benkler (2006) sobre a autonomia de pensamento dos indivíduos. Carrega em seu bojo, também, o problema da manipulação do que é visto como um estreitamento de fatos, visões e organizações políticas em torno da rede virtual.

A fundamentação dessa argumentação reside nas práticas éticas da questão. Hamilton et al apud Kerr e Eale (2014) notaram os algoritmos como processos preditivos, numa comparação que envolve duas modalidades: a) *predição consequencial*, na qual o algoritmo prevê as vontades do usuário e oferece opções

132. “Here’s How Facebook’s News Feed Actually Works”. In: <http://time.com/3950525/facebook-news-feed-algorithm/>. Acesso em 23.08.2015.

133. KARAHALIOS et al. **A Path to Understanding the Effects of Algorithm Awareness**. Toronto: CHI 2014, April 26–May 1, 2014. Disponível em: <http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/paper188.pdf> Acesso em 23.08.2015. Em relação ao percentual mencionado, cabe dizer que a autora não o consolidou no paper em questão, no qual está colocado que menos de 25% dos pesquisados estava ciente dos algoritmos de filtros no Facebook. No entanto, em entrevista à revista “Time” em julho de 2015, cujo link se encontra acima, a pesquisadora indicou uma proporção diferente e reduzida, i.é, um universo maior de pesquisados teria consciência acerca das manipulações algorítmicas, em uma proporção de 38%. Optou-se pela manutenção da segunda, já que a pesquisa relatada no paper ainda não tem uma consolidação por parte de seus autores, o que me leva a concluir que seu aprimoramento está sob elaboração. Mesmo usando o número com proporções mais equilibradas, nota-se que, predominantemente, a maioria do universo pesquisado não possui discernimento sobre as manipulações algorítmicas.

que possam agradá-lo num processo de tomada de decisão; e b) a *predição preventiva*, quando um algoritmo delimita o acesso de um indivíduo sem, no entanto, prover uma escolha – ou mesmo sem o conhecimento prévio desse usuário. São diversos e desconhecidos os fatores das fórmulas algorítmicas usadas pelas empresas de tecnologia, já que se trata de um segredo guardado a sete chaves; no entanto, por simetria e conforme foi aprofundado neste capítulo, é passível de conclusão que o Google usa o primeiro modelo, enquanto que o Facebook se enquadra no segundo. Nenhum dos dois apresenta um modelo ideal, mas os autores da pesquisa chamam a atenção especial para os perigos da falta de clareza e transparência para os algoritmos preventivos, graças ao seu potencial para “aplicações injustas” (p. 4)¹³⁴.

Ainda assim, é preciso notar que existe a emancipação dos indivíduos em discussões e pesquisas de diversas naturezas – políticas, econômicas, sociais – que ocorrem em pequenos nichos, microcosmos cristalizados em fanpages e grupos de discussão, ao qual esses mesmos indivíduos aderem, frequentam voluntariamente, discutem e produzem vídeos, criam agendas, fomentam discussões. Mesmo as buscas refletem o engajamento investigativo em relação a um tema. Estes, talvez, sejam os grandes contrapontos às questões algorítmicas aqui colocada, e um dos temas que a dissertação pretende discutir à luz da ciência.

Tais hipóteses serão exploradas com o uso de uma comunidade do Facebook como intermediadora do debate em rede social quanto as pesquisas do Google em relação às buscas em comunidades virtuais e na internet sobre a maconha, como um corolário do referencial teórico aqui exposto e da metodologia descrita no capítulo a seguir.

Aqui, usa-se a conceituação de Marchionini (2006) sobre pesquisas, categorizadas como uma “atividade fundamental da vida”¹³⁵. São subdivididas em três formas: consulta (a mais elementar), aprendizado e investigação, em suas formas mais aprofundadas. As consequências são adaptadas no gráfico disposto

134. KERR, I.; EALE, J. (2013 apud HAMILTON ET AL, 2014). **Prediction, Preemption, Presumption: How Big Data Threatens Big Picture Privacy**. Stanford Law Review Online 66, p. 65. In: **A Path to Understand the Effects of Algorithm Awareness**. Disponível em: <http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/paper188.pdf> Acesso em 23.ago.2015.

135. MARCHIONINI, G. **Exploratory Search: From finding to understanding**. Disponível em: <http://www.inf.unibz.it/~ricci/ISR/papers/p41-marchionini.pdf>. Acesso em 03.set.2015.

na Figura 1 abaixo – com a ressalva de que uma pode coexistir com a outra.

Figura 1. Representação gráfica do processo de buscas.
Fonte: Adaptado de Marchionini (2006).

CAPÍTULO 5

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A análise sobre buscas na internet em mecanismos específicos já é observada em pesquisas científicas. Embora seja um campo relativamente novo dentro da construção de saberes no campo das ciências humanas, existem recortes metodológicos que vão desde a estrutura hierárquica dessas buscas até a abordagem algorítmica, tal como foi demonstrada no capítulo anterior.

Contudo, são poucos os trabalhos cujo enfoque se volta para a investigação acerca do *search query log* (histórico de pesquisas do usuário), usando como base as próprias ferramentas fornecidas pelos mecanismos de busca. Spirin, Karahalios et al (2014) notam que havia apenas dois estudos que enfocavam o SQL na imbricação das esferas pessoal, comportamental e por termos usados, sendo que um aborda mecanismos de busca¹³⁶ e outro as buscas efetuadas em redes sociais (mais especificamente, o LinkedIn)¹³⁷. Há alguns estudos de pesquisa de usuário feitas com base na blogosfera¹³⁸, internet¹³⁹ e no Twitter¹⁴⁰; no entanto, o ângulo de pesquisa se debruça em sistemas de busca de documentos (op.cit., p. 1010)¹⁴¹.

Há, também, exemplos conhecidos e consolidados de trabalhos em segmentações específicas da ciência, como na medicina¹⁴² e em patrimônio histórico

136. WEERKAMP, W.; BERENDSEN, R. et al. **People Searching for People: Analysis of a People Search Engine Log**. Disponível em: <http://krisztianbalog.com/files/sigir2011-peoplesearchlog.pdf>. Acesso em 03.set.2015.

137. HUANG, SW et al (2014 apud SPIRIN, KARAHALIOS et al, 2014). **The Role of Network Distance in LinkedIn People Search**. Disponível em: http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/Huang_SIGIR14_LinkedIn.pdf. Acesso em 03.set.2015.

138. MISHNE, G.; DE RIJKE, M. (2006 apud SPIRIN, KARAHALIOS et al, 2014). **A Study of Blog Search**. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F11735106_26 Acesso em 03.set.2015.

139. Trata-se do mesmo mencionado na nota de rodapé nº 135.

140. TEEVAN, J. et al (2011 apud SPIRIN, KARAHALIOS et al, 2014). **#twittersearch:a comparison of microblog search and web search**. Disponível em: <http://140.122.184.128/presentation/11-11-28/TwitterSearch%20A%20Comparison%20of%20Microblog%20Search%20and%20Web%20Search.pdf>. Acesso em 03.set.2015.

141. SPIRIN, N.; KARAHALIOS, K. **People Search within an Online Social Network: Large Scale Analysis of Facebook Graph Search Query Logs**. Shangai: CIKM, 2014, 3-7 de novembro.

e cultural¹⁴³, além das investigações pelas quais a metodologia deste trabalho pretende dar continuidade.

Nesta pesquisa, duas premissas serão analisadas: o histórico de pesquisa dos usuários em busca das temáticas que envolvem maconha/Cannabis no Google e a investigação sobre a comunidade do Facebook chamada “Quebrando o Tabu”, que, entre outras questões de natureza política, se propõe a fomentar e organizar uma discussão pragmática e objetiva sobre a temática das drogas no geral e da legalização/descriminalização da maconha e outras drogas, sua agenda nuclear.

Dessa maneira, as questões de pesquisa que guiaram o trabalho foram:

a) De que maneira se forma o interesse público virtual em buscas e redes sociais no debate sobre a maconha? b) Quais são as estatísticas gerais de uso na ferramentas de busca (Google) e na redes sociais (Facebook) sobre o tema? c) A rede social tem a capacidade de reconfigurar a discussão pública sobre este tema? d) Qual o poder e real alcance de uma comunidade que discute a legalização/descriminalização da maconha no Facebook? e) É possível mensurar resultados qualitativos obtidos com o histórico de pesquisa dos usuários no Google? f) Os resultados podem indicar futuras direções e indícios para pesquisas sobre o tema?

Espera-se que sejam feitas as seguintes contribuições: 1) Mapear as buscas em sistemas e comentários nas comunidades virtuais e como elas têm sido usadas quanto ao tema proposto; 2) Estratificar o interesse pelo tema com as ferramentas disponíveis para quantificação; 3) Analisar, à luz da ciência, as abordagens feitas pela página mais popular do Facebook sobre o tema da maconha/outras drogas; 4) Observar quantitativamente a capacidade de mobilização da página criada a partir de um documentário e que hoje se tornou uma bússola de opinião nas redes sociais; 5) Refletir criticamente sobre os dados quantitativos coletados; 6) Oferecer recomendações que propiciem futuras pesquisas sobre a tecnologia de buscas que aborde a maconha ou outras substâncias.

Para isso, duas abordagens metodológicas serão usadas no trabalho de pesquisa. Ambas são baseadas na recuperação da informação homem-computador

142. HERSH, W et al. **Ohsumed: an interactive retrieval evaluation and new large test collection for research**. In: SIGIR 1994, p. 192-201, 1994.

143. MOEN, W.E. **Accessing distributed cultural heritage information**. Communications of ACM, 41, 1998, p. 44-48.

(Human-Computer Information Retrieval, ou HCIR), paradigma conceituado por Marchionini (2006) como a união entre recuperação de informações e a interação homem-computador, que visa “empoderar as pessoas para explorar bases de informação em larga escala, mas que exige que pessoas também tomem responsabilidades por esse controle, gastando energia cognitiva e física” (p. 1)¹⁴⁴. A formação de escrita de uma busca estruturada é o exemplo mais claro de tal circunstância, segundo Spirin et al (2014).

A fonte principal de dados da primeira abordagem será uma larga escala de amostras de buscas no Brasil, fornecidas pela ferramenta comercial mais usada no país. O desenvolvimento será feito por meio de uma análise quantitativa a partir das interfaces Adwords e Trends, fornecidas pelo próprio Google para o histórico de pesquisas do usuário por termos e palavras-chave, cujos dados serão organizados e analisados em grupos de dados estabelecidos e adaptados Spirin et al (2014), Weerkamp et al (2011) e Yogev et al (2011)¹⁴⁵.

Grupo de dados	Fenômeno	Atributo
Buscas totais por palavras-chave	Termos usados com recorrência para pesquisa	Total absoluto de pesquisas
		Total absoluto de palavras-chave
Seccionamentos	Guarda-chuvas temáticos de categorias de buscas	Categorias de pesquisa
Macroestruturas	Política, economia, leis	Total de buscas feitas com combinações gramáticas variadas
	Marcas/Pessoas	
	Cultura/plantio/compra/uso	
	Medicina	
Buscas por idioma	Em inglês e outros idiomas	Buscas
		Palavras-chave
	Em português	Buscas
		Palavras-chave

Tabela 1. Metodologia para grupos de dados.

Fonte: Adaptado de Spirin et al (2014), Weerkamp et al (2011) e Yogev et al (2011).

Para Weekamp et al (2011), a partir de combinações entre dados de *o que e como* os usuários estão buscando informações, desenvolvido a partir do conceito de pesquisa HCIR, será possível depurar alguns pontos fundamentais no comportamento dos usuários e suas peculiaridades.

A segunda abordagem metodológica do trabalho foi implementada pela dificuldade de obtenção dos dados de busca dentro do Facebook, já que a empresa mantém esse tipo de informação sob confidencialidade.

Uma vez que se coloca necessária a influência e penetração do Facebook em discussões on-line, conforme sustentado na fundamentação teórica do capítulo anterior, a solução adotada ante essa variável para fins de pesquisa foi estabelecer uma análise qualitativa e discursiva de uma comunidade em especial daquela rede social, por meio de uma análise aprofundada de três posts veiculados.

Cabe ressaltar que a ideia é que tal método sirva como um complemento para os dados coletados na primeira abordagem metodológica; não como uma verdade científica, mas como uma análise discursiva sobre a maior comunidade (em números de usuários que aderiram à página) que discute a descriminalização e a legalização da maconha no Brasil.

Para contemplar a questão de amplitude e alcance da página Facebook, optou-se por analisar métricas gerais por meio da ferramenta Social Bakers¹⁴⁶ e Scup¹⁴⁷. A fim de estratificar o teor das discussões, serão escolhidas três postagens e analisar o discurso de seus comentários, com base na perspectiva CMDA - Computer Mediated Discourse Analysis (Análise de Discurso Mediada por Computador), com foco na linguagem em uso no ambiente on-line, e cujo método atua em cinco níveis de análise: estrutura, sentido, interação, comportamento social e comunicação multimodal (Herring, 2004 e 2012, apud Recuero e Soares, 2013)¹⁴⁸.

É preciso observar que a CMDA não é similar às formas tradicionais de análise de discurso, sobretudo no que tange à escola francesa ou na Análise Crítica de Discurso. “Embora Herring tenha um viés mais focado nesta segunda aborda-

144. MARCHIONINI, G. **Toward Human-Computer Information Retrieval**. Disponível em: <https://www.asis.org/Bulletin/Jun-06/marchionini.html>. Acesso em 10.set.2015.

145. YOGEV, S et al. **Towards Expressive Exploratory Search Over Entity-Relationship Data**. Disponível em:

http://www.researchgate.net/profile/David_Carmel2/publication/254008846_Towards_expressive_exploratory_search_over_entity-relationship_data/links/53ed9d5e0cf2981ada16f6f4.pdf. Acesso em 10.set.2015.

gem, sua proposta de análise de busca [tende a] ser mais abrangente e mais maleável que as abordagens citadas” (op. cit., p. 243).

Nível	Questões	Fenômeno	Método
Estrutura	Oralidade, formalidade, expressividade	Ortografia, morfologia, sintaxe	Linguística estrutural e descritiva, análise textual
Sentido	Qual a intenção; o que é comunicado; o que é feito	Sentidos das palavras, atos, locuções	Semântica
Interação	Interatividade, tempo	Trocas entre usuários	Análise de conversação; etnometodologia
Comportamento social	Influência, identidade, etc	Expressões linguísticas de status, discursos	Análise crítica de discurso
Comunicação multimodal	Modos e coatividades gráficas e de mídia	Escolha do modo, texto na imagem, curtidas e comentários	Semiótica social, análise de conteúdo visual

Tabela 2. Níveis de CDMA

Fonte: Adaptado de Herring (2004, 2012), apud Recuero e Soares (2013)¹⁴⁸

De tal maneira, Herring (2004) apud Recuero e Soares (2013) afirma que cada nível deve ser analisado em codificação específica definida pelo pesquisador. Tais abordagens irão nortear a análise da discussão de discursos reproduzidos no Facebook, para responder o objetivo principal deste trabalho, que é investigar e analisar como se forma o debate virtual sobre a maconha no Facebook.

Dentro da combinação das abordagens metodológicas, acredita-se que se chegará a algumas respostas aos objetivos e hipóteses que nortearam a pesquisa. Existem limitações de amostras e variáveis no proposto trabalho, que serão discutidas em seus respectivos capítulos; ainda assim, a meta é elaborar um trabalho de maneira exemplificativa e aplicável apenas às amostras propostas, e não à sociedade como um todo.

146. Social Bakers. In: <http://www.socialbakers.com/>. Acesso em 11.set.2015.

147. Scup. In: <http://scup.com/pt/>. Acesso em 11.set.2015.

148. RECUERO, R; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013. In: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a19.pdf>. Acesso em 11.set.2015.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE: A MACONHA NO MECANISMO DE BUSCAS DO GOOGLE

Antes de retomar a parcela de dados mencionada na abordagem metodológica do Google, conforme se demonstrou na Tabela 1 do capítulo anterior, faz-se necessária uma pequena introdução a respeito do sistema de buscas do Google. Trata-se de uma interface simples e amigável, cujo objetivo é fornecer ao autor das buscas respostas objetivas e matematicamente semânticas para sua pesquisa, de acordo com o perfil definido pelo seu histórico de procuras no Google. Em uma abordagem descritiva, classifica-se isso como uma “ID algorítmica”, uma impressão digital em todas as acepções da palavra. Sendo assim, qualquer usuário de internet do Brasil hoje, ao digitar o endereço na barra do navegador, se depara com a tela reproduzida na Figura 2.

Figura 2. Tela inicial do Google

Fonte: Reprodução/Google.com.br

A interface do Google evoca o que Marchionini (2006) dissera em seus estudos: a simplicidade de navegação e o entendimento das necessidades do

usuário. Uma breve explicação sobre a página: no canto direito superior, encontram-se as redes sociais e serviços que o Google oferece, personalizados de acordo com o usuário; a barra inferior é composta de informações institucionais; o botão à esquerda, abaixo da barra de buscas, é o de Pesquisa Google, cujo nome explicita a ideia por si só; e o botão à direita (Estou com Sorte) serve como um editorial das comemorações e datas históricas pelo mundo (que o Google convencionou como “Doodle”).

Quando a busca é efetuada, os resultados aparecem para o usuário tal como reproduz a Figura 3, salvo algumas variações contextuais nos resultados, determinada de acordo com a estrutura tecnológica da plataforma.

Figura 3. Resultados do Google para o termo “maconha”.

Fonte: idem.

Segundo a contagem do próprio sistema de indexação da ferramenta de buscas, existem por volta de 12.100.000 resultados para o termo “maconha”. Eis uma visão da superfície, o nível de acesso que a pessoa que busca por determinado termo tem da plataforma, cujos resultados variam de acordo com a complexidade das palavras buscadas.

6.1 BUSCA DE SISTEMA E DADOS

O Google fornece algumas medições para desvendar a complexidade e a continuidade das suas buscas ao longo do tempo. Uma delas é o Trends¹⁴⁹, que ajuda a compreender interesses de usuários em determinadas secções de tempo, baseados em geografia e categorias. No entanto, cabe uma contextualização acerca das leituras que podem ser feitas desse tipo de mensuração.

Para estabelecer os volumes e tendências de busca, o serviço faz uma adaptação estatística em suas exibições. Cada ponto de dados é dividido pelo total das buscas do alcance geográfico e de tempo que isso representa, a fim de comparar a popularidade. Os números resultantes são divididos em uma escala que varia de 0 até 100¹⁵⁰. Conforme analisam Choi e Varian (2009, 2011), o Google Trends não analisa os números brutos de determinado termo de pesquisa, mas reúne um “índice de consulta” das pesquisas¹⁵¹. Em termos matemáticos, isso seria representado pela seguinte equação: volume total de consultas do termo em região / número total de consultas dessa mesma região em determinado ponto do tempo. Apenas buscas com volume considerável são rastreadas¹⁵².

O método de rastreamento de tendências por intermédio da ferramenta Google Trends é claro e bem documentado pela literatura acadêmica mundial, segundo Callum e Bury (2014), ainda que com limitações acima discutidas¹⁵³.

Na pesquisa, o recorte temporal será feito entre setembro de 2010 e setembro de 2015. Dentro da perspectiva acima detalhada, o gráfico do Trends mostra o interesse pelo assunto em um aspecto geral das buscas nesse intervalo e como ela chegou em seu nível máximo apenas em setembro de 2015, conforme é exibido na Figura 4.

149. Google Trends. In: <https://www.google.com/trends/>. Acesso em 15.set.2015.

150. “How Trends data is adjusted. In: https://support.google.com/trends/answer/4365533?hl=en&ref_topic=4365599. Acesso em 15.set.2015.

151. CHOI, H.; VARIAN, H. **Predicting the presente with Google Trends**. 2009. In: http://static.googleusercontent.com/media/www.google.com/pt-BR/googleblogs/pdfs/google_predicting_the_present.pdf. Acesso em 15.set.2015.

152. Idem, 2011. In: <http://people.ischool.berkeley.edu/~hal/Papers/2011/ptp.pdf>. Acesso em 15.set.2015.

153. MCCALLUM, M.L.; BURY, G.W. **Public interest in the environment is falling: a response to Ficetola (2013)**. In: Biodiversity and Conservation, Spring Science Business+ Media, April 2014, Volume 23, Issue 4, p. 1058.

Figura 4. Evolução das pesquisas de usuário pelo termo maconha no Google Brasil.

Fonte: Google Trends, setembro/10-setembro/15. Acesso em 01.out.2015.

Tal análise do Google permite depurar algumas características demográficas sobre as buscas neste intervalo de tempo. Um recorte que simula o volume de dados dos últimos cinco anos de acordo com cada Estado brasileiro está demonstrado na Figura 5.

Figura 5. Densidade demográfica das pesquisas de maconha por Estado no Google Brasil.

Fonte: Google Trends, set./10-set./15. Acesso em 01.out.2015.

Outro gráfico exibido demonstra as buscas relacionadas ao termo – entrariam aí as buscas estruturadas, que refinam a qualidade dos resultados e que serão analisadas mais adiante; a medição de tendências gerais, no entanto, está representada na Figura 6.

Figura 6: Buscas relacionadas ao termo maconha no Google Brasil.

Fonte: Google Trends, set./10-set./15. Acesso em 30.set.2015.

Por meio da ferramenta, é possível fazer um comparativo entre os termos pesquisados ao longo desse recorte de tempo, usando algumas variáveis léxicas relacionadas à questão da maconha, conforme indica a Figura 7¹⁵⁴.

Figura 7: Cruzamento de buscas relacionadas ao termo maconha no Google Brasil.

Fonte: Google Trends, set./10-set./15. Acesso em 30.set.2015.

154. Os termos encurtados na reprodução são “descriminalização” e “legalização”; quanto ao “4 20”, trata-se de um coloquialismo da internet para se referir à cannabis.

As variações de pesquisa na ferramenta são ilimitadas e baseadas em alimentação diária do índice – daí o fato de que suas estatísticas proporcionais podem mudar, ainda que no dia seguinte. O cenário do Trends, embora seja um panorama de superfície sobre tendências de pesquisa, é necessário para ilustrar o crescimento do interesse sobre o tema (cabe lembrar que ele é mensurado proporcionalmente, à medida que as buscas na internet também aumentam ano após ano¹⁵⁵; logo, os dados aqui coletados são extremamente válidos); introduzir a aplicação da metodologia de pesquisa; e mostrar o termômetro relativo ao histórico de buscas do usuário, dentro do conceito de recuperação da informação homem-computador (HCIR), ambos definidos e detalhados no capítulo anterior.

O Adwords¹⁵⁶, outra ferramenta fornecida pelo Google, será usado para um aprofundamento e um resgate mais detalhado dos dados. Esse dispositivo permite mensurar as palavras-chave usadas com profundidade estatística. Embora ele seja fornecido de maneira comercial para planejamento de publicidade dentro do sistema de buscas, seus dados já foram usados para desenvolvimento de pesquisas científicas em abordagens metodológicas anteriores.

São vastos os trabalhos que usam o espectro algorítmico e leilões das palavras-chave do Google para análise que usam a ferramenta Adwords como instrumento¹⁵⁷; contudo, ao menos dois trabalhos quantificam metodologicamente a busca por determinados assuntos na área da medicina e de saúde^{158 159}.

A observação metodológica desta parte específica da pesquisa se debruça na segunda alternativa, como já foi relatado. Para tal detalhamento, retoma-se a abordagem mencionada no capítulo anterior para sua aplicação, adaptados de

155. "Google Still Doing At Least 1 Trillion Searches Per Year". In: <http://searchengineland.com/google-1-trillion-searches-per-year-212940>. Acesso em: 22.09.2015. Nota-se que o Google não divulga estatísticas de volume de buscas há alguns anos; a estimativa projetada hoje é de 3 bilhões de search queries diárias feitas no mundo.

156. Google Adwords. Disponível em: <https://www.google.com.br/adwords/>. Acesso em 01.out.2015.

157. Pode-se mencionar ao menos dois artigos com essa abordagem. Mehta et al (2007) traz uma análise sobre a escolha de exibições dos anúncios no sistema de buscas, enquanto que Devanur et al (2009) indica algumas das idiossincrasias que permeiam os leilões de palavras-chave. MEHTA et al. **AdWords and Generalized Online Matching**. ACM Transactions on Computational Logic, Vol. V, No. N, August 2007, Pages 1–20; DEVANUR et al. **The Adwords problem: online keyword matching with budgeted bidders under random permutations**. Stanford: EC'09, July 6–10, 2009.

158. D'Ambrosio et al. **Web-Based Surveillance of Public Information Needs for Informing Preconception Interventions**. In: PLoS ONE, 2015, 10(4): e0122551. doi:10.1371/journal.pone.0122551

159. LEWIS, S.P.; ARBUTHNOTT, A.E. **Searching for *Thinspiration*: The Nature of Internet Searches for Pro-Eating Disorder Websites**. In : Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking. April 2012, vol. 15(4): 200-204. doi:10.1089/cyber.2011.0453.

Spirin et al (2014), Weerkamp et al (2011) e Yogev et al (2011)¹⁴⁵, com pesquisas e amostras descritas na reprodução da Tabela 1 da página 69. Esta análise circunscreve dados de setembro de 2013 a agosto de 2015, uma vez que a ferramenta Adwords prevê apenas o uso deste intervalo de tempo, isto é, as buscas retroativas ao período mencionado não estão disponíveis. Cabe observar que foram considerados anos anteriores de busca no Trends para demonstrar o aumento do volume em relação aos anos anteriores, ao passo que, como já demonstrado, a quantificação média é feita com base no volume total de buscas da plataforma, que também aumentou¹⁵⁵.

6.2 APLICAÇÃO DE METODOLOGIA

O desenvolvimento metodológico da pesquisa é semiautomático e baseado nos mecanismos de internet. Um grupo de tópicos foi selecionado e, para cada um deles, selecionou-se um grupo específico de palavras-chave, analisados no Adwords, conforme mostra a Tabela 3.

Tópico	Assunto	Palavras-chave iniciais
Temática	Maconha	maconha, Cannabis, Cannabis sativa, cânhamo, baseado, ganja, marijuana, maryjane, beck, 4:20
Nomes	Marcas/Pessoas/Produtos	Growroom, Quebrando o Tabu, Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Rede Pense Livre, FHC, Almanaque das Drogas, Associação Cultural Cannábica de São Paulo, Connabis
Legal	Leis/jurisprudência	Descriminalização, legalização, regulamentação, porte maconha, jurisprudência maconha, juiz maconha

Tabela 3. Metodologia para grupos de dados.

Fonte: Adaptado de D'Ambrosio et al (2015).

A partir desse direcionamento de três grupos palavras-chave, obteve-se outros três agrupamentos de dados, ou seja, os *termos específicos* que os usuários colocam na barra de buscas.

Cabe a ressalva de que houve triagem manual a fim de evitar repetições, duplicidade de dados ou inconformidade com foco de pesquisa; em tais situações, os resultados disformes foram apagados. Sendo assim, foram excluídos resultados não compatíveis com os tópicos propostos, ou resultados que não tivessem qualquer menção aos temas relacionados.

Também foram filtradas as palavras-chave que não foram usadas em nenhum momento no período, mas que foram contabilizadas na extração inicial – o Google as coloca como um termômetro de tendências de buscas relativas a outros países; contudo, não há dados que sustentem a manutenção de tais resultados na presente pesquisa.

Embora tenha sido direcionada apenas ao universo de pesquisas realizadas dentro do Google Brasil, a metodologia aplicada não excluiu termos de busca relacionados em outros idiomas (sendo que, à exceção do português, foi constatado pela pesquisa que o inglês é predominante e muito recorrente nas buscas feitas pelo usuário dentro desse espectro temático).

De um volume total de 1.038 palavras-chave e mais de 6,1 milhões de buscas, chegou-se a uma métrica mais próxima à realidade do universo pesquisado, conforme pode ser observado na reprodução adaptada da Tabela 1 (também mencionada no Capítulo 5 do presente trabalho). Contudo, algumas observações e definições sobre a divisão dos grupos de dados são necessárias:

- Entende-se por Seccionamentos as categorias de pesquisas – ou agrupamentos – fornecidas pelo Google. Trata-se de um termo geral que abriga variações sobre o mesmo tema.
- As macroestruturas são as subdivisões estabelecidas na dissertação entre grandes temas de interesse geral, sendo que podem ser inter-relacionadas – embora não haja repetição de estruturas ou resultados de pesquisas, ou seja, os números são únicos.

Grupo de dados	Fenômeno	Atributo	Contagem
Buscas totais por palavras-chave	Termos usados com recorrência para pesquisa	Total absoluto de pesquisas	5.549.080
		Total absoluto de palavras-chave	886
Seccionamentos	Guarda-chuvas temáticos de categorias de buscas	Categorias de pesquisa	88
Macroestruturas	Política, economia, leis	Total de buscas feitas com combinações gramáticas variadas	226.750
	Marcas/Pessoas		268.740
	Cultura/plantio/compra/uso		5.014.520
	Medicina		39.070
Buscas por idioma	Em inglês e outros idiomas	Buscas	2.258.490
		Palavras-chave	684
	Em português	Buscas	3.290.590
		Palavras-chave	202

Tabela 1. Grupos de dados – setembro de 2013 a agosto de 2015.

Fonte: Google Adwords.

A partir de um refinamento das amostras obtidas pode ser observado na Tabela 4 abaixo, mostra-se que quais são os 15 assuntos mais buscados por palavra-chave específica, isto é, sem a junção de temáticas subjacentes. Os resultados não agrupam palavras que têm o mesmo significado ou são umbilicalmente ligadas ao tema procurado, sendo número absoluto dos principais termos utilizados.

Palavra-chave específica	Contagem cumulativa	Fenômeno
Maconha	2.689.500	Nome popular dado à Cannabis sativa.
Cannabis	564.600	Nome científico da erva.
04:20	510.400	Código de referência da cultura canábica.
Marijuana	412.700	Outro codinome dado à maconha.
Cannabis sativa	225.400	Nome científico da planta.
Growroom	203.500	Trata-se de um dos sites brasileiros mais importantes sobre o tema.
Skunk	169.100	Uma das espécies de maconha que possui um alto teor de THC.
Kush	68.300	Variação de maconha originária da Índia/Oriente Médio; também é usada para fins medicinais
Drugs	61.700	Drogas, em tradução literal.
Descriminalização	57.510	Jurisprudência ou lei que tira a pena criminal do usuário por porte de drogas.
Quebrando o Tabu	26.440	Documentário sobre a falha da Guerra às Drogas apresentado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.
Maryjane	27.320	Outra alcunha dada à maconha.
Cultivo de cannabis	17.300	Trata-se do plantio da erva.
Grow room	17.060	Armário, depósito ou sala na qual há o cultivo indoor de maconha.
MMJ	16.480	Gíria/acrônimo para Medical Marijuana.

Tabela 4. Termos mais buscados no Brasil – setembro de 2013 a agosto de 2015.

Fonte: Google Adwords.

Para se ter uma ideia em termos de distribuição global da amostra absoluta de buscas obtida ao longo do tempo, a Figura 8 reflete como se comportaram os números no intervalo pesquisado.

Figura 8. Reprodução gráfica das buscas ao longo do tempo.

Fonte: Google Adwords.

Outra perspectiva geral é dada por intermédio dos Seccionamentos, ou seja, os macrogrupos temáticos – fornecidos pelo Google a fim de identificar os “targets” de propaganda, mas que servem, também, para indicar algumas tendências absolutas.

Embora o Google tenha listado 88 Seccionamentos, na pesquisa, foram feitos alguns reagrupamentos de acordo com a similaridade dos temas, cujo objetivo principal é fornecer um direcionamento mais preciso desses dados. Optou-se por nominar essas tendências macroestruturais como Grupos de Interesse, cada qual descrito na Tabela 5 e cuja densidade é mostrada na Figura 9.

Grupo de Interesse	Fenômeno
Sementes	Procura por diferentes tipos de sementes de maconha e bancos de sementes.
Cultura e informação	Busca por dados, revistas e pesquisas e conhecimento acerca da planta.

Maconha	Busca pelo termo brasileiro específico em português.
Descriminalizar/legalizar	Caracteriza-se pelas pesquisas no âmbito legal da planta.
Weed/cannabis/pot/THC	Termos em inglês/nome científico da maconha.
Maconha medicinal	Seu uso como medicamento e assuntos relacionados.
Cultivo/plantio	Maneiras de plantar a erva e respectivas ferramentas/dicas.
Espécies	Variações na linhagem da planta.
Comprar maconha	Busca pelo comércio da erva.
Growroom	Procuras relacionadas com o site brasileiro, que é uma das principais fontes de informação no país sobre o tema.

Tabela 5. Dados de pesquisa por grupos de interesse, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Figura 9. Busca por grupos de interesse (plotagem em eixo secundário), set/13 a ago/15.

Fonte: Google Adwords.

Nas Figuras 10 e 11, é possível observar outros dois recortes comparativos de dados, respectivamente: um para o volume absoluto de buscas por mês feitas entre setembro e dezembro dos anos 2013 e 2014; e os períodos relativos a janeiro-agosto de 2014 e 2015. É preciso notar que tais paridades foram estabelecidas para que não houvesse distorção proporcional dos dados.

Figura 10. Comparativo entre volumes de busca mensais em setembro-dezembro de 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 11. Comparativo entre volumes de busca mensais em janeiro-agosto de 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

A constância do volume global de buscas, com algumas variações, sofre aumento considerável em agosto de 2015, quando o julgamento da descriminalização das drogas é desencadeado no Supremo Tribunal Federal¹⁶⁰.

Mesmo assim, quando postos em período anual, os dados indicam crescimento do interesse sobre o tema – novamente, foi usada a metodologia de comparação dos períodos disponíveis no Adwords, isto é, setembro a dezembro dos anos 2013 e 2014 e janeiro-agosto de 2014 e 2015, conforme as Figuras 12 e 13.

Figura 12. Comparativo entre volumes de busca absolutos em set.-dez. de 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 13. Comparativo entre volumes de busca absolutos em jan.-ago. de 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

6.3 POLÍTICA, ECONOMIA E LEIS

A mesma metodologia será aplicada às quatro Macroestruturas apresentadas na Tabela 1. O agrupamento de dados denominado Política, Economia e Leis mostra as palavras-chave relacionadas a esses espectros de pesquisa, representados na Tabela 6 e na Figura 14.

Fenômeno	Atributo	Contagem
Política, economia e legislação	Volume total de consultas por palavra-chave	121
	Volume total de buscas	226.750

Tabela 6. Dados de pesquisa sobre política, economia e legislação, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Figura 14. Comparativo entre volumes de busca absolutos em jan.-ago. de 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

É nítida a influência que a pauta do STF sobre a descriminalização das drogas criou no volume de buscas em agosto de 2015¹⁶⁰. O efeito das comparações, no entanto, precisa ser estendido à comparação mensal, a fim de investigar o

interesse do usuário sobre o tema na comparação entre períodos estabelecidos anteriormente, ou seja, as buscas entre meses de setembro e dezembro de 2013 e 2014 e as entre janeiro e agosto de 2014 e 2015 (Figuras 15 e 16, respectivamente).

Figura 15. Comparativo entre volumes de busca mensais sobre política, economia e legislação (set-dez, 2013 e 2014). **Fonte:** Google Adwords.

Figura 16. Comparativo entre volumes de busca mensais sobre política, economia e legislação (jan-ago, 2014 e 2015). **Fonte:** Google Adwords.

Faz-se necessária a observação comparativa das buscas acumuladas nos períodos de tempo, a exemplo do que é demonstrado pelas Figuras 17 e 18.

Figura 17: Comparativo entre volumes de busca absolutos em política, economia e legislação (set.-dez., 2013 e 2014). Fonte: Google Adwords.

Figura 18: Comparativo entre volumes de busca absolutos em política, economia e legislação (set.-dez., 2013 e 2014). Fonte: Google Adwords.

Uma das grandes questões que norteiam a pesquisa é como o usuário faz as suas pesquisas na internet, ou seja, que tipo de elaborações faz e quais escolhas gramáticas elenca. A partir daí, a demonstração dos termos mais buscados por segmentação se demonstram necessárias. Dentro do escopo político, econômico e legislativo, pode-se indicar os termos mais procurados pelos usuários na Tabela 7.

Palavra-chave específica	Contagem cumulativa	Fenômeno
descriminalização	57.510	Tira a responsabilidade penal do usuário; tema em discussão no STF.
legalização maconha	8.920	Liberação de uso da erva.
a legalização da maconha	7.740	Idem ¹⁶¹
legalização da maconha no Uruguai	7.590	Pesquisa sobre o primeiro país que legalizou o consumo de cannabis.
contra a legalização da maconha	6.810	Argumentos refratários ao tema.
descriminalização das drogas no Brasil	5.810	Tira a responsabilidade penal do usuário; tema em discussão no STF.
redação sobre a legalização da maconha	5.460	Busca por argumentos em relação ao tema.
contra a legalização das drogas	4.340	Procura pelos aspectos negativos do tema.
uruguai legalização	4.210	Pesquisa sobre o primeiro país que legalizou o consumo de cannabis.
legalização da cannabis no Brasil	4.170	Liberação de uso da erva ¹⁶¹ .

Tabela 7. Termos mais buscados em política, economia e legislação – setembro de 2013 a agosto de 2015.

Fonte: Google Adwords.

6.4 MARCAS, ENTIDADES, NOMES, PRODUTOS

A segunda Macroestrutura apresentada na Tabela 1 se refere a Marcas, Entidades, Nomes e Produtos pesquisados. Tal categorização abarca desde organizações não-governamentais a pessoas envolvidas com a temática, conforme esclarecido nos dados da Tabela 8 e da Figura 19.

Fenômeno	Atributo	Contagem
Marcas, entidades, nomes, produtos	Volume total de consultas por palavra-chave	35
	Volume total de buscas	268.740

Tabela 8. Dados de pesquisa sobre marcas, entidades, nomes, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Figura 19. Dados de pesquisa sobre marcas, entidades, nomes, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Neste cenário, aplica-se também a comparação mensal, reiterando-se

160. "STF julga porte de drogas; veja como são leis no mundo. In: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150813_leis_drogas_mundo_cc. Acesso em 20.set.2015.

161. Existem pequenas diferenças gramaticais nas buscas com o mesmo objetivo, mas elas são categorizadas como distintas uma vez que seus números são diferentes e, portanto, únicos.

que tais resultados foram mensurados pela paridade de períodos – ou seja, setembro e dezembro de 2013 e 2014 e janeiro a agosto de 2014 e 2015 – uma vez que o Google fornece apenas os espaços de tempo mencionados. As representações podem ser vistas nas figuras 20 e 21.

Figura 20. Comparativo mensal sobre marcas, entidades, nomes, setembro-dezembro, 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 21. Comparativo mensal sobre marcas, entidades, nomes, janeiro-agosto, 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

Observa-se, também, uma comparação entre os números absolutos de busca durante o período, a fim de compreender de maneira integral o fenômeno de pesquisas sobre o tema, a saber pelas Figuras 22 e 23.

Figura 22. Comparativo absoluto sobre marcas, entidades, nomes, setembro-dezembro, 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 23. Comparativo absoluto sobre marcas, entidades, nomes, janeiro-agosto, 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

Em termos dos termos de pesquisas mais usados dentro deste segmento, foram constatadas as proposições esclarecidas na Tabela 9.

Palavra-chave específica	Contagem cumulativa	Fenômeno
Growroom	203.500	Maior e mais popular fórum e comunidade sobre o tema da maconha na internet.
Quebrando o tabu	26.440	Documentário conduzido pelo ex-presidente FHC que defende a descriminalização das drogas.
Quebrando o tabu filme	6.970	Idem ¹⁶¹
Almanaque das Drogas	6.570	Livro que compila a história das drogas no Brasil e no mundo.
FHC drogas	3.710	Ex-presidente brasileiro que defende uma política mais tolerante de drogas.
Filme Quebrando o Tabu	2.470	Documentário conduzido pelo ex-presidente FHC que defende a descriminalização das drogas.
Pense Livre	1.900	Rede que defende a descriminalização das drogas.
Almanaque das Drogas pdf	1.890	Livro que compila a história das drogas no Brasil e no mundo.
Quebrando o tabu resumo	1.360	Documentário conduzido pelo ex-presidente FHC que defende a descriminalização das drogas.
Filme quebrando tabu	1.310	Idem ¹⁶¹
Growroom loja	1.290	Loja do site que vende artigos e produtos como camisetas.

Tabela 9. Termos mais buscados em marcas, entidades e pessoas – setembro de 2013 a agosto de 2015.

Fonte: Google Adwords.

6.5 CULTURA CANÁBICA

A terceira Macroestrutura apresentada na Tabela 1 se refere à cultura canábica – tanto no sentido de conhecimentos quanto de cultivo – e todas as pesquisas desse entorno. Trata-se da mais volumosa e complexa de todas, conforme se verifica na Tabela 10 e na Figura 24.

Fenômeno	Atributo	Contagem
Cultura, plantio, compra, uso	Volume total de consultas por palavra-chave	550
	Volume total de buscas	5.014.520

Tabela 10. Dados de pesquisa sobre cultura, plantio, compra, uso, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Figura 24. Dados de pesquisa sobre cultura canábica, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Outro espectro de dados sob análise são os comparativos de buscas mensais por usuário, levando-se em consideração a delimitação dos dados

estabelecida na pesquisa, e cujos resultados mensurados estão dispostos nas Figuras 25 e 26.

Figura 25. Comparativo mensal sobre cultura, plantio, compra, uso, setembro-dezembro, 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 26. Comparativo mensal sobre cultura, plantio, compra, uso, janeiro-agosto, 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

A atividade intensa dentro dessa Macroestrutura é comparada também em termos absolutos de busca, conforme demonstrado nas Figuras 27 e 28.

Figura 27. Comparativo absoluto sobre cultura, plantio, compra, uso, setembro-dezembro, 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 28. Comparativo absoluto sobre cultura, plantio, compra, uso, janeiro-agosto, 2014 e 2015.

Constatam-se como os principais termos de pesquisa usados pelas pessoas na internet os dispostos na Tabela 11.

Palavra-chave específica	Contagem cumulativa	Fenômeno
Maconha	2.689.500	Nome brasileiro da erva também é o termo mais procurado de todos.
Cannabis	564.600	Nome científico da planta.
04:20	510.400	Gíria da cultura canábica.
Marijuana	412.700	Alcunha dada à maconha.
Cannabis sativa	225.400	Nome científico completo da erva.
Skunk	169.100	Uma variação mais potente da planta.
Kush	68.300	Uma das milhares de espécies da erva.
Drugs	61.700	Rótulo genérico que foi absorvido pelas pesquisas.
Maryjane	27.320	Outro codinome da erva.
Cultivo de cannabis	17.300	Busca por maneiras sobre como plantar.
Grow room	17.060	Sala ou armário preparado para cultivo canábico.

Tabela 11. Termos mais buscados em cultura canábica – setembro de 2013 a agosto de 2015.

Fonte: Google Adwords.

6.6 MACONHA MEDICINAL

A quarta e última Macroestrutura proposta (em conformidade com a Tabela 1) é relacionada à busca pela maconha medicinal, conforme demonstram a Tabela 12 e a Figura 29.

Fenômeno	Atributo	Contagem
Maconha medicinal	Volume total de consultas por palavra-chave	179
	Volume total de buscas	39.070

Tabela 12. Dados de pesquisa sobre maconha medicinal, tratamentos, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

Figura 29. Dados de pesquisa sobre maconha medicinal, setembro/2013 a agosto/2015.

Fonte: Google Adwords.

O crescimento em setembro de 2014 pode ser explicado por uma notícia no Fantástico, programa dominical da TV Globo, sobre o canabidiol curar um dos sintomas do mal de Parkinson¹⁶².

162. "Substância extraída da maconha pode tratar um dos sintomas do Parkinson". In: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/09/substancia-extraida-da-maconha-pode-tratar-um-dos-sintomas-do-parkinson.html>. Acesso em 20.set.2015.

O espectro dos interesses por meio de buscas mensais pode ser observado nas Figuras 30 e 31.

Figura 30. Comparativo mensal sobre maconha medicinal, setembro-dezembro, 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 31. Comparativo mensal sobre maconha medicinal, janeiro-agosto, 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

A evolução do espectro de total absoluto das buscas dentro do tema pode ser observada nas Figuras 32 e 33.

Figura 32. Comparativo absoluto sobre uso medicinal de maconha, setembro-dezembro, 2013 e 2014.

Fonte: Google Adwords.

Figura 33. Comparativo absoluto sobre cultura, plantio, compra, uso, janeiro-agosto, 2014 e 2015.

Fonte: Google Adwords.

Por fim, dentro deste agrupamento, identificam-se na Tabela 13 os principais termos buscados:

Palavra-chave específica	Contagem cumulativa	Fenômeno
MMJ	16.480	Acrônimo para medical marijuana.
Cannabis oil	3.950	Óleo extraído da planta que trata epilepsia, doenças autoimunes e esclerose múltipla.
Uso medicinal	1.010	Busca pela aplicação médica da maconha.
Medical marijuana	1.360	Idem.
Medicinal marijuana	640	Idem.
Cannabis uso medicinal	590	Idem.
Problema com drogas	400	Agregaram-se termos relativos a problemas e vícios nesta categoria.
Medical cannabis	610	Busca pela aplicação médica da maconha.
Medicinal cannabis	490	Idem.
Marijuana addiction	330	Pesquisa sobre vício da erva.
Cultivo medicinal	400	Busca sobre o plantio para fins médicos.

Tabela 13. Termos mais buscados sobre maconha medicinal – setembro de 2013 a agosto de 2015.

Fonte: Google Adwords.

6.7 IDIOMAS

Uma das descobertas afloradas ao longo da pesquisa e da coleta de dados foi a alta densidade de buscas realizadas em inglês e uma pequena porção em outros idiomas. Embora a variedade de palavras-chave usadas em pesquisas seja maior no caso do inglês, o português ainda detém a maioria das buscas, como se vê na Tabela 14.

	Inglês	Português
Número absoluto de palavras-chave	684	201
Número absoluto de buscas	2.258.490	3.290.590

Tabela 14. Amostra de termos em português e inglês – set./2013 a ago/2015.

Fonte: Google Adwords

Esse breve apanhado idiomático será posto em detalhes no próximo subcapítulo desta pesquisa, no qual algumas considerações e contextualizações sobre a coleta de dados demonstrada neste capítulo serão feitas.

6.8 CONSIDERAÇÕES E VARIÁVEIS

Entre uma quantidade de números avassaladora e filtragem delicada de informações, é preciso traçar algumas contextualizações importantes sobre os dados coletados. A exemplo do que foi demonstrado por meio das ferramentas Trends e Adwords, o interesse das buscas sobre o tema da maconha é crescente e considerável.

Contudo, tais ferramentas também apresentam limitações. Uma delas é a imprecisão de números exatos do que se é pesquisado na plataforma. Como já foi abordado, o Trends usa uma média para desenhar e normatizar tendências.

O Adwords, por sua vez, oferece números mais próximos à realidade de pesquisa do usuário; no entanto, é preciso notar que os números são fruto de um arredondamento para múltiplos de dez, o que significa que os números podem ter uma variação para mais ou para menos do que, de fato, são.

Some-se a isso a ausência de número total de usuários (que, ressalte-se, é diferente do número de buscas realizadas) e a falta de contexto no encadeamento de buscas contínuas (no sentido de que um usuário faça mais buscas para além daquela que o guiou em um primeiro momento). Tais ausências não são ocasionais, mas sim *estratégicas*; é esse o grande segredo por trás da inteligência artificial que a companhia de buscas vem desenvolvendo e cuja pesquisa já foi documentada em um artigo recentemente publicado¹⁶³.

A estratificação dos dados também se configurou como um desafio investigado com cuidado e à exaustão. À exceção do Trends, cuja interface é automática, os dados obtidos pelo Adwords foram retrabalhados, filtrados, seccionados e categorizados, num processo realizado racional e manualmente para se chegar ao denominador comum da metodologia aplicada. Pode existir variação nos milhões de resultados por algum equívoco durante a realização desse processo.

Outro aspecto variável da aplicação metodológica se encontra no período de tempo pesquisado no Adwords, cuja limitação é estabelecida pelo próprio Google.

163. "A neural conversational model". In: <http://arxiv.org/pdf/1506.05869v2.pdf>. Acesso em 20.set.2015.

Não se pôde investigar o período anterior a setembro de 2013, assim como o mesmo mês de 2015 estava indisponível para análise. A fim de conferir probidade às comparações propostas, seccionou-se a análise quantitativa de acordo com períodos de tempo similares.

Alguns termos de busca, entretanto, podem ser “vitimados” pela proporcionalidade de sua curta existência (caso de uma palavra recentemente adicionada ao vocabulário) ou longa data (um termo como “maconha”, por exemplo, tende a ser mais volumoso ao longo dos anos, conforme é demonstrado pela metodologia anteriormente aplicada).

Uma vez consideradas essas variáveis, é possível compreender a validade dos dados mensurados na pesquisa. Conforme demonstrado em detalhes quantitativos, o interesse pelo tema da *Cannabis* em espectros variados é crescente.

Alguns aspectos em particular foram surpreendentes. De um lado, destaca-se a altíssima densidade de procura no Brasil por sinonímias de cultivo ou plantação de maconha e correlatos – variações da planta, sementes, ou mesmo a busca pelo Growroom, espaço virtual mais conhecido pelos interessados no tema. A densidade de busca por informações e por temas relacionados ao conhecimento sobre a maconha também se apresentou como relevante – trata-se, afinal, de um universo com mais de 5 milhões de pesquisas estruturadas.

Por último, mas não menos importante, notou-se a baixa densidade de procura sobre a *Cannabis* medicinal. Isso talvez ocorra porque se trata de um tema relativamente novo dentro da opinião pública brasileira; no entanto, os dados mostram uma disparidade inversamente proporcional em relação à quantidade de pesquisas científicas que saem sobre aplicações clínicas da maconha.

Outro aspecto – este já esperado – se relaciona com o aumento da procura por temas de descriminalização da maconha (ou a ligeira confusão com a legalização) por causa da histórica decisão ainda em curso na Suprema Corte brasileira.

Conforme demonstrado no subcapítulo anterior, muitos dos registros de busca recuperados e que foram feitos no Brasil são em inglês. Três pressupostos explicam essa questão. O primeiro é o fato de muitas palavras e termologias usadas para se referir à maconha têm origem na língua inglesa – ou mesmo em variações espanholas, caso da *marijuana*, que hoje é adotada no mundo todo.

O segundo se refere ao inglês como a língua cujo acesso é mais universalizado, ou seja, é possível encontrar todo o tipo de conteúdo nesse idioma na internet.

Já o terceiro pressupõe certo desenvolvimento educacional/léxico de quem faz a busca em um segundo idioma, ainda mais quando se usa jogos de palavras ligeiramente complexos ou jargões específicos do meio em questão – pode-se depurar a partir daí que esse universo que especifica termos mais refinados em busca de informações sobre a maconha já tenha um alto conhecimento sobre a questão.

Que venha, dando seguimento a esta visão apresentada, a análise qualitativa sobre o Facebook – rede que também limitou suas ferramentas de busca, mas, neste caso específico, com entraves mais complexos. Mas isso é um mote para o próximo capítulo.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE: QUEBRANDO O TABU DA MACONHA NO FACEBOOK

Pode-se afirmar que o Facebook assumiu um papel considerável no debate de temas diversos na opinião pública, como comprovam os dados e números citados no Capítulo 4 do presente trabalho.

No entanto, a rede social mais populosa da internet dificultou o acesso a algumas plataformas de mensuração e de pesquisa social no final de 2014. Alguns filtros de busca relevantes – como localização geográfica e faixa etária dos usuários – não estão mais disponíveis. Os mecanismos de monitoramento de buscas de palavras e intervalos de tempo também foram limitados¹⁶⁴. Em 2015, o Facebook não abre tais informações, tampouco sob pretexto de pesquisa acadêmica¹⁶⁵.

Com limitações impostas para a abordagem metodológica desenvolvida no capítulo anterior, e tendo em perspectiva a importância desta rede social no debate público¹⁶⁶, optou-se pela análise de discurso da página mais popular sobre o tema dentro da rede social, em conformidade com a metodologia anteriormente descrita na Tabela 2 do Capítulo 5 desta pesquisa.

164. "Has Graph Search Been Removed From Facebook?". In: <https://www.quora.com/Has-Graph-Search-been-removed-from-Facebook>. Acesso em 22.set.2015.

165. Há experimentos científicos bem-sucedidos com o Graph Search (busca do Facebook), caso da pesquisa desenvolvida por Spirin et al (2014) e tida como referencial para o presente trabalho. No entanto, a pesquisa mencionada foi desenvolvida antes da limitação dos dados supramencionada, e tem como coautores os próprios engenheiros do Facebook. No caso do presente trabalho, a empresa foi procurada para levantamento de dados da pesquisa, mas se negou a fornecê-los. Para não ignorar a abordagem do Facebook, mudou-se a metodologia, de acordo com a descrição proposta no Capítulo 5.

166. Devido à sua estrutura linear e à falta de limitação de caracteres (caso do Twitter, por exemplo), o Facebook se configura como um espaço contínuo de discussão – para efeito de comparação, no Twitter, as discussões sobre temas acabam se perdendo na sua fragmentação encapsulada em 140 caracteres.

7.1 ESTRUTURA

Trata-se do primeiro nível de análise proposto na Tabela 2 do Capítulo 5. Hoje autodefinida como um espaço de “mídia/notícias/publicação”, a página Quebrando o Tabu¹⁶⁷ foi originada pelo documentário homônimo¹⁶⁸, lançado em 2011 e cujo propósito é discutir uma política mais racional de drogas no Brasil, a partir de experiências mundiais sobre o tema.

Seu protagonista é o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que defende abertamente a descriminalização da maconha. No entanto, como se verá a seguir, a Fanpage pulverizou as discussões para outras segmentações para além das drogas, mas sem perder o esteio de discussão de uma política eficaz para o tema.

Faz-se necessária a quantificação dos dados sobre a comunidade, a partir do uso das ferramentas Social Bakers e Scup, mencionadas em capítulo anterior do presente trabalho.

Nome	Imagem	Categoria	Fãs	Posição no Facebook Brasil
Quebrando o Tabu		Mídia/notícias/publicação	1.857.227	630

Tabela 15. Estratificação da comunidade Quebrando o Tabu em 13.out.2015.

Fonte: Social Bakers/Facebook.

Outros dados servem como um complemento da abordagem metodológica realizada no capítulo, como a densidade de fãs da página por país, seu crescimento ao longo dos últimos seis meses e as médias diária, semanal e mensal – dispostas, respectivamente, nas reproduções a seguir das Figuras 34 e 35 e na Tabela 16.

167. Página do Facebook: <https://www.facebook.com/quebrandootabu>. Acesso em 24.set.2015.

168. “Quebrando o Tabu”. In: <http://www.quebrandootabu.com.br/>. Acesso em 24.set.2015.

Figura 34. Divisão de público da fanpage Quebrando o Tabu por país.

Fonte: Social Bakers.

Figura 35. Representação do crescimento da fanpage Quebrando o Tabu entre abril e outubro.

Fonte: Social Bakers.

Novos fãs diários	Semanais	Mensais
10.926	79.078	224.089

Tabela 16. Estimativa do crescimento da fanpage Quebrando o Tabu por período.

Fonte: Social Bakers.

Na leitura dos dados, percebe-se que a Fanpage mais do que duplicou seu número de acessos ao longo de seis meses. Tal multiplicação ocorreu sem a ajuda financeira de posts patrocinados¹⁶⁹.

A ampliação de acessos à página fez com que seu administrador variasse os temas abordados, porém, o enfoque na política de drogas ainda permanece, mesmo que diluído entre outros assuntos.

O recorte metodológico será aplicado em três postagens de 2015 bastante populares entre os usuários da plataforma, a fim de exemplificar o debate sobre maconha na perspectiva de droga. Embora seja restrita, a amostra traz elementos suficientes para a análise que se pretende realizar. A exemplo de Recuero e Soares (2013), a abordagem deverá estudar essa amostra de forma “exemplificativa e não generalizável” (p. 245).

Data	Nome	Imagem	Texto	Comentários	Curtidas	Compartilhamentos
28/04	Postagem 1		“Falando de droga: quantidade de açúcar nas bebidas industrializadas”	10.383	188.327	454.713
10/10	Postagem 2		Frase 1: “O Colorado vendeu 34 milhões de dólares de maconha em 1 mês. Frase 2: “3,4 milhões vão para escolas públicas.” Frase 3: “A taxa de crimes caiu 15%”	1.637	59.420	17.598
27/07	Postagem 3		Frase 1: “Salvem os traficantes” Frase 2: “Vamos manter a maconha ilegal”	149	20.432	1.788

Tabela 17. Sistematização da coleta de dados.

Fonte: Adaptado de Recuero e Soares (2013)

A partir das amostras coletadas na Tabela 17, percebe-se que as postagens trazem um tom mordaz, com o intuito de causar reflexão sobre a maconha e outras drogas. Alguns textos vêm no formato de fotomontagens (ou, de acordo com o jargão da internet, *memes*) com alto índice de curtidas e compartilhamentos, que ajudam na construção de signos da discussão.

7.2 SENTIDO

O segundo nível de análise, seguindo a trilha metodológica proposta por Herring (2004, 2012) apud Recuero e Soares (2013), vem no sentido construído pela sua mensagem e estrutura. Os três casos incitam à reflexão por meio de imagens e frases com nuances irônicas – não no sentido corrosivo, mas na acepção meditativa da palavra. As mensagens fazem refletir por um discurso que foge do *establishment* puritano desenhado ao longo dos séculos passados, fortalecido com o fordismo, reforçado pelo arcabouço legal, conforme foi amplamente demonstrado no Capítulo 1 deste trabalho.

Na Postagem 1, incita-se a ponderação sobre o que é, de fato, droga – como fundamentado no primeiro capítulo do presente trabalho, Courtwright (2002) lembra que o açúcar foi um dos pivôs da chamada Revolução Psicoativa do século XVI. Outro aspecto reflexivo da postagem se refere a uma elucubração sobre o que se é consumido, eixo de raciocínio filosófica e intrinsecamente ligado ao próprio consumo de substâncias proibidas. Existe uma desmistificação do *status quo* sobre o tema que convida o interlocutor a pensar além da manutenção do poder simbólico na sociedade, usando a definição dada por Pierre Bourdieu (1989)¹⁷⁰.

Já o segundo caso propõe a discussão dos aspectos socioeconômicos da legalização da maconha do Estado de Colorado, nos EUA, levantando questões pertinentes ao assunto. Junto à fotomontagem, a página escreveu que “as pessoas

169. Nota-se que foi feita uma entrevista semiestruturada com o gestor da comunidade em questão para a presente dissertação. No entanto, seu uso foi descartado porque se considerou que essa parte da pesquisa não se enquadraria com as abordagens metodológicas aqui apresentadas.

170. Bourdieu define como poder simbólico como uma força invisível que atua por meio de signos sob anuência daqueles que atuam em prol desse poder e também daqueles que não se interessam pela questão. Símbolos são usados para uma confluência apaziguadora de subjetividades – ou o senso sendo entendido como consenso (p. 8). BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: 1989, Bertrand Brasil.

vão fumar maconha, isso não vai mudar. O que dá pra escolher é se o dinheiro vai pra mão do tráfico ou se vira imposto e faz escola”. O comparativo com a realidade do Estado americano também propõe uma abordagem reflexiva sobre o tema da legalização a partir de números que sustentam o argumento em favor da questão.

Diversas teorias da análise de discurso versam sobre o uso de números, com base na matriz desenvolvida por Saussure (2012) em discussões sobre símbolos, língua e linguagem. Não se pode fugir dos fundamentos da análise de Bourdieu supramencionada, contudo: os sistemas simbólicos exercem poder estruturante porque são estruturados. O sentido imediato do mundo (em particular, do mundo social) “supõe aquilo a que Durkeheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea de tempo, espaço, número e causa que torne possível a concordância entre inteligências” (p. 9).

A terceira amostra, por sua vez, carrega um discurso notadamente irônico às vésperas do julgamento do STF sobre a descriminalização da maconha. Além da fotomontagem, a página publicou a seguinte mensagem: “Boa campanha, tá dando certo já. Os traficantes tão felizão” (sic). Brait (1996) lembra que o discurso irônico se sustenta na “lógica do contrário”, operando como um artifício na organização de textos¹⁷¹. É a retórica do absurdo, mas que se baseia nas relações dialógicas – portanto, no entrosamento cognitivo – entre produtores e receptores do discurso (op.cit., p. 66).

Além do universo da fanpage, a apropriação dos usuários sobre a postagem via compartilhamento, as curtidas e os comentários “acrescentam sentidos, legitimando ou não o conteúdo da mensagem para as redes sociais de cada sujeito” (Recuero e Soares, 2013, p. 247).

7.3 INTERAÇÃO

Entende-se por interação as trocas comunicativas e simbólicas realizadas em um ambiente de rede. Para Recuero e Soares (2013), “a interação, nas postagens, é realizada através de curtidas, compartilhamentos e comentários. Esses três elementos, constituídos pelo suporte da mensagem, interferem na mensagem”. Se a curtida vem no bojo do endosso e da legitimação, os comentários – sejam

reproduzidos em seus perfis no compartilhamento, sejam feitos na própria estrutura da Fanpage – podem trazer a divergência de opiniões (op. cit, p. 248).

Esta última premissa se cristaliza na primeira amostra da análise, em que a maioria dos usuários optou pelo ceticismo quanto ao teor da postagem, mesmo com a abundância de estudos e investigações que o corroboram¹⁷². Aqui, a maior parte dos comentários tem a intenção de deslegitimar a mensagem na essência – a de que produtos industrializados são excessivamente açucarados e que, portanto, fazem mal à saúde. Houve quem tentasse deslegitimar o fato de que o açúcar é considerado droga – contrariando a literatura mundial sobre o tema:

Figura 36. Comentário da Postagem 1.

Note-se a densidade de curtidas (44), o que simboliza uma legitimação do discurso do interlocutor. Tal interpretação provocou uma gama de subcomentários dos receptores – a hierarquia do Facebook permite respondê-los diretamente ao interlocutor – cujas opiniões se dividiram sobre a fala (três argumentam a favor e três deslegitimam o que foi dito na postagem).

Figura 37. Comentário da Postagem 1 que endossa o anterior.

A divergência nasce da natureza dialética do argumento colocado, ou seja, uma contrariedade intelectual que questiona a retórica daquilo que foi dito.

A screenshot of a Facebook post reply. The text is in Portuguese and discusses government intervention regarding drug use. It mentions cannabis and LSD, stating that the state uses police to prevent consumption. It then asks if this is a 'logical' position and compares it to the regulation of refined sugar. The post has 6 likes and was made on April 28 at 4:48pm.

... "o governo não deveria e nem vai fazer por você", mas pra substâncias que não causam overdose como a cannabis e o LSD, o estado bota polícia pra matar e tentar impedir que as pessoas consumam. Bastante "lógica" sua posição hein? E ninguém precisa de açúcar refinado pra viver não, em que escola vc aprendeu isso?

Like · Reply · 6 · April 28 at 4:48pm

Figura 38. Réplica da Postagem 1.

A fim de depurar os parâmetros de análise de discurso, bem como da informação e identificação com o tema proposto, é preciso dizer que houve tréplica do interlocutor inicial, conforme reproduz a Figura 39 (novamente, contrariando a literatura mundial sobre o tema).

A screenshot of a Facebook post tréplica. The text is in Portuguese and provides a detailed argument against the legalization of drugs. It compares the harm of drugs to the safety of sugar, explaining the chemical structure of sugar (sucrose) and its role as a primary energy source. It argues that drug use is for pleasure and that legalization would lead to more deaths and less investment in health and education. The post has 5 likes and was made on April 28 at 6:29pm.

... o primeiro se está proibido as pessoas não teriam que consumir é a lei, quer consumir muda as leis PRIMEIRO, ao invés de ficar alimentando todos os tipos de criminosos que conseguem seus recursos financeiros do tráfico de drogas (aliás quantas crianças morrem nesse trabalho para Um playboy ter um "barato" na festa ou vc relaxar com uma maconha?) se não cumpre a lei é bandido e pra mim a policia serve para reprimir bandido e colocar na cadeia! segundo LSD OU CANNABIS NAO CAUSAM ORVERDOSE???? Qualquer substancia que tem efeitos fisiológicos podem sim causar overdose, se R.E liso não consegue processar e altas quantidades de substâncias se acumularem a ponto de se tornar tóxicas vc tem uma overdose isso vale pra todas essas drogas lícitas ou não, talvez as quantidade para chegar nesse ponto sejam altas, mas normalmente se mistura substâncias fazendo com que o risco de overdose que era baixo aumente! Agora o ponto que realmente me preocupa, ninguém precisa de açúcar de mesa ou açúcar refinado? Sabia que esse açúcar é sacarose($C_{12}H_{22}O_{11}$)? Que é um disacárido Formado por monômeros de glucsa + fructosa sendo que glucosa é uma das principais fonte de energia dos nossos corpos? Sabia que glucosa+ galactosa= lactosa, te lembra alguma coisa tipo leite? Talvez ninguém precise de uma tonelada por dia pra sobreviver mas realmente o corpo precisa, que não é o caso das drogas que as pessoas só querem usar por prazer! Sou a favor de legalizar as drogas por que é impossível o governo impedir consumo dessas subsistência, se a pessoa quer acaba com a vida dela seria mais fácil deixar e não gastar rios de dinheiro contra o tráfico drogas e geraria mais dinheiro pra investir em saúde e educação.

Like · Reply · 5 · April 28 at 6:29pm

Figura 39. Tréplica da Postagem 1.

Antes de fazer a análise do discurso propriamente dita, se faz fundamental a contextualização de alguns fatos desse mesmo discurso à luz da ciência. É preciso retomar Courtwright (2001), que fundamenta as primeiras páginas deste trabalho: droga é qualquer substância, ilícita ou não, que provoca níveis variados de psicoatividade. Isto posto, há alguns trabalhos na literatura médica que investigam a relação de estímulo da proteína c-Fos a partir de substâncias como a cocaína e o açúcar; ou seja, ambas – independentemente da sua composição – atuam na estimulação da mesma área cerebral¹⁷². Também inexitem registros científicos sobre overdoses de LSD¹⁷³ ou maconha¹⁷⁴.

Quanto ao aspecto discursivo da tréplica, são indissociáveis as reflexões de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico, anteriormente documentadas nesta análise. A partir da reflexão sobre o princípio das funções políticas dos “sistemas simbólicos” como um reflexo do interesse das classes dominantes. “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (p. 10).

Desta forma, a cultura dominante (aqui compreendida como o o conjunto de leis mencionado pelo interlocutor na tréplica da Figura 35) contribui para a integração real da classe dominante e “para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio das distinções (hierarquias)”, e, portanto, para legitimação de tais distinções (op.cit., idem). Embora a linha discursi-

171. BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 90.

172. Alguns artigos de diferentes escolas de pensamento médicas abordam o tema, conforme registra o banco de dados da Society for Neuroscience. In: <http://www.sfn.org/search?q=oreo%20cocaine>. Acesso em 30.set.2015.

173. É fundamental dissociar a composição química do LSD ($C_{20}H_{25}N_3O$) da classe de drogas NBOMe. No mercado ilícito (portanto, sem a regulamentação absolutamente necessária para a redução de danos), a última é vendida como LSD. De acordo com o relato de usuários, enquanto a primeira substância não tem sabor, a segunda tem gosto amargo. Ante sua descoberta recente pela classe científica, o NBOMe é classificado como altamente tóxico e perigoso, tendo ocasionado mortes (documentadas, inclusive, no Brasil); quanto ao LSD, não existem mortes relacionadas por overdose. Dois referenciais teóricos sustentam essas afirmações, a ver: NINNEMANN, A.; STUART, G.. **The NBOMe series: A Novel, Dangerous, Group of Allucinogenic Drugs**. In: http://www.researchgate.net/publication/258202693_The_NBOMe_Series_A_Novel_Dangerous_Group_of_Hallucinogenic_Drugs. Acesso em 30.set.2015. “Lysergide”. In: <http://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/Lysergide#section=Top>. Acesso em 30.09.2015.

174. Tal fato é demonstrado por artigo que mostra o crescimento do número de overdoses por opiáceos receitados para dor crônica e que a maconha medicinal tem um papel fundamental na redução dessa taxa de mortalidade. In: <http://archinte.jamanetwork.com/article.aspx?articleid=1898878>. Acesso em 30.set.2015.

va geral enverede por esse aspecto realçado por Bourdieu, é passível de admissão que o comentário tem um desfecho surpreendente, ainda que, inserido neste contexto específico de negociação e entendimento dialéticos, legitime a lógica da “concordância de subjetividades estruturantes (senso = consenso)” (p. 8).

A Postagem 2, que situa a legalização da maconha em Colorado, também utiliza a nuance provocativa na abordagem reflexiva e política da questão. É interessante notar que, enquanto a maioria dos receptores se conectam com o discurso narrativo irônico e reagem de acordo – satirizando, porém, uma possível medida similar no Brasil, sob eixo argumentativo de degenerescência da classe política (“Kkkkkkkkkkkkkkkkkkk imposto no brasil ir pra escola, e uma piada ne ?”, diz um deles), outros comentários criam microcosmos de debate com discursos variados, graças à estrutura do site que, como já dito, permite a troca direta entre os sujeitos que se relacionam por meio desses pequenos enclaves dialéticos. A Figura 40 exemplifica esta realidade.

Figura 40: Comentário da postagem 2.

Este emissor gerou, além das 661 curtidas de “legitimação silenciosa”, um total de 256 respostas de receptores, em níveis de discurso variados entre consonância e dissonância. É interessante notar as trocas dialógicas desses pequenos universos, onde não somente um, mas vários usuários constroem coletivamente uma rede argumentativa, dentro da ideia proposta por Lévy (2008) na construção de saberes nas comunidades virtuais, fundamentada no capítulo 4 deste trabalho.

Figura 41: Comentário da postagem 2.

Figura 42: Réplica dentro do comentário da postagem 2.

Figura 43: Tréplica ao comentário anterior na postagem 2.

Figura 44: Outra resposta no fluxo dialógico dentro da postagem 2.

Além da construção de discurso coletivo, é passível de análise comentários que divergem frontalmente dos fundamentos históricos previamente apontados no capítulo 1.

No entanto, as argumentações em prol do proibicionismo (radicadas no discurso puritano dos séculos 19 e 20, também apresentados no capítulo 1), ainda que endossadas pelas curtições de outros usuários são quase imediatamente contestadas, à luz de fatos e contextualizações históricas, na dinâmica dialética dos espaços virtuais, como é possível verificar pela troca de informações ilustradas nas Figuras 45 e 46.

Re: Dilema: Maconha ou Álcool? Todas as pessoas que eu conheço que fumam maconha, todas sem exceções só pensam em fumar o tempo todo, e quando fumam parecem retardadas, depois de um tempo que é usuário a maioria continua retardada mesmo depois do efeito acabar.

Só defende a legalização quem quer poder comprar maconha na padaria.

Aliás, vai buscar pão, comprar maconha, esquecer que tinha que comprar pão, aí vai fumar mais maconha...

Quando eu vejo alguém dizer: "álcool faz mais mal que a maconha, então libera a maconha", eu fico preocupada, pq ao invés de lutar pra liberar essa porcaria, não lutar pra tornar o álcool proibido também?

Tem remédio sim que é pior que maconha também, mas remédio é algo que toma em caso de necessidade, não há necessidade de se drogar, além da necessidade que vocês veem em ficar drogados.

Like · Reply · 7 · October 10 at 7:25pm · Edited

Figura 45: Comentário da postagem 2.

Re: Dilema: Maconha ou Álcool?

- já proibiram o álcool e não funcionou, basta estudar sobre a Lei Seca nos EUA, anos 20 e 30.
- adultos não precisam que o estado diga o que eles podem ou não consumir, isso é uma escolha particular e individual.
- a proibição não funciona. não reduz nem demanda nem oferta.
- quem defende a regulamentação é quem entende que a guerra é uma política falida, obsoleta, assassina e danosa.

_ [Law Enforcement Against Prohibition - LEAP Brasil](#), diga lá pros delegados, juizes, que eles são maconheiros e cheiradores, já que eles defendem a regulamentação de todas as drogas.

- seres racionais usam drogas desde sempre, humanos e animais. isso é um fato imutável.

Se vc não quer usar drogas, é um direito seu.

Respeite o direito de quem quer usar de forma legal e dentro de um mercado regulamentado.

Respeite as mães de crianças assassinadas pelo estado devido à essa política que vc defende.

Like · Reply · 16 · October 10 at 7:30pm · Edited

Figura 46: Réplica ao comentário acima reproduzido.

Faz-se interessante notar que a própria página Quebrando o Tabu intervém para ponderar nesta discussão (Figura 43), atuando como uma mediadora do discurso. É um agente intermediário dentro da ação entre outros dois responsáveis pela significação, a que Brait (1996) chama de enunciador e enunciatário. “Se o enunciatário não se der conta das articulações entre os segmentos envolvidos, a significação irônica não terá lugar” (p. 66). O agente intermediário serve, então, para concatenar a ironia relacionada com o comentário original da Figura 41 (e da própria postagem 2 que originou a discussão).

Figura 43: Comentário da postagem 2.

A Postagem 3, que ironiza a legislação atual (que “salva” o traficante) traz a percepção de sujeitos que usam a página como fonte de pesquisa sobre o tema.

Figura 44: Comentário da postagem 3.

Embora se trate de um questionamento complexo que não encapsula uma resposta simplificada, duas amostras diametralmente opostas ilustram parcelas de discursos adotados ao longo de 50 respostas.

Figura 45: Comentário da postagem 3.

Se no exemplo acima o usuário se apropria do discurso humorístico para legitimar a mensagem, em outro exemplo, ilustrado na figura 46, reforça-se um estigma por intermédio da sustentação de uma hipótese irrealizada, que, por sua vez, ampara uma “violência simbólica pelo sentido construído”, no bojo da ideia previamente desenvolvida por Recuero e Soares (2013, p. 251), e também pelo pensamento etnocêntrico, “que desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, limitando-se à visão que possui como referência cultural”¹⁷⁵.

Figura 46: Comentário da postagem 3.

7.4 MULTIMODALIDADE

A Postagem 3 traz um exemplo de subversão discursiva no compartilhamento do post. Boyd (2010) apud Recuero e Soares (2013) mostra que a dinâmica do compartilhar torna o usuário um enunciador de determinada mensagem – sendo que o enunciado passa a ser dele para a sua “audiência invisível”, de tal maneira que o compartilhamento adquire sentido na reprodutibilidade do discurso – seja para fins de corroborá-lo ou de descartá-lo, o que enseja a análise da multimodalidade, cujo preceito é, também, reforçado pela presença de imagens (op.cit., p. 247).

Figura 47: Exemplo de compartilhamento que subverte a mensagem original.

7.5 COMPORTAMENTO SOCIAL

Na análise sobre os milhares de comentários, percebe-se que não existe uma padronização entre discursos dos atores envolvidos com a página Quebrando o Tabu, embora alguns emissores representem, neste microcosmo, a preponderância do poder simbólico do discurso propagado pelas classes dominantes ao longo dos séculos – aqui atribuído ao discurso puritano idealizado e veiculado nos séculos 19 e 20, e em vigência também no século 21 – em detrimento de uma perspectiva mais aproximada do que a ciência, sob a égide da multidisciplinaridade, vem desvendando ao longo dos anos.

Esse dissenso, de certo modo, é descrito por Bourdieu (1989) como a luta de classes simbólica para a imposição do mundo social de acordo com seus interesses, em uma batalha travada por esses (neo)especialistas em produção simbólica – enquanto produtores (ou reprodutores) de discurso na rede social.

Em meio a este contexto, classes dominantes, assentadas sob o poderio econômico, jurídico e cultural, visam reproduzir a legitimidade da sua dominação na produção simbólica, seja pelos seus próprios meios, seja pela linha auxiliar de pensadores conservadores e desses neoespecialistas em produção simbólica. O poder simbólico se refere, em suma, “do poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 8-15).

Alguns aspectos conclusivos sobre os espectros teóricos aqui descritos e apresentados serão expostos no próximo subcapítulo.

7.6 CONSIDERAÇÕES E VARIÁVEIS

Como já fora mencionado na descrição da abordagem metodológica, a análise não pretende generalizar ou padronizar os comportamentos, mas buscar a compreensão científica do assunto no mecanismo do Facebook, por meio de uma superpovoada comunidade virtual, composta de mais de 1,8 milhão de perspectivas diferentes sobre o tema.

Ainda que exista a predominância do poder simbólico pela relação de “senso = consenso”, a luta de classes simbólica ocorre de maneira explícita neste microcosmo virtual, como apontado no subcapítulo anterior com base em Bourdieu (1989). Cabem, contudo, algumas questões dignas de atenção.

Pode-se dizer que o espírito do tempo se volta ao discurso na era da sua reprodutibilidade técnica – cooptando a ideia de Walter Benjamin (1955) sobre a técnica, hoje *tecnologia*, de reprodução¹⁷⁶ – no qual compartilhamentos, curtidas e comentários desempenham protagonismo nas relações mediadas pelo computador.

Para colocar tal perspectiva no ângulo de análise, retoma-se o conceito de Human-Computer Information Retrieval, ou HCIR, paradigma conceituado por Marchionini (2006) como a união entre recuperação de informações e a interação homem-computador.

Todos os atos da ferramenta digital – curtir, compartilhar e comentar – estão sujeitas à observação (e à recuperação) desses dados por plateias invisíveis nas redes sociais, como lembram Recuero e Soares (2013). Outros sujeitos podem seguir o que foi dito, curtido ou compartilhado – a tessitura de propagação da rede é tão ampla e veloz quanto volátil.

Nesse aspecto, é fundamental nos rastilhos de pólvora da cultura digital, que se espalham “muito mais rapidamente, de forma mais explícita e alcançando diferentes grupos sociais do que em ambientes off-line” (p. 251).

Como foi provado ao longo deste capítulo (e do outro), os usuários de ferramentas digitais estão mais dispostos a compreender, analisar e discutir a

176. BENJAMIN, W. **A obra de arte na época das suas técnicas de reprodução**. Disponível em: https://cei1011.files.wordpress.com/2010/08/benjamin_a-obra-de-arte-na-epoca.pdf. Acesso em 14.out.15.

questão da maconha e, por extensão, de outras drogas. Isso (apesar dos discursos eivados pelo poder simbólico e pela violência simbólica, que devem – e são – combatidos, ao menos por usuários da comunidade Quebrando o Tabu), não é algo “ruim”. Que se dispense, aqui, acepções maniqueístas. Como já foi comprovado ao longo da pesquisa, é um sintoma dos tempos.

CONCLUSÃO

Duas abordagens metodológicas distintas e complementares foram usadas para o estudo científico do tema proposto. Tratando-se de um tema milenar que permeia a história da humanidade e caminha com ela desde os tempos mais remotos, não se pode excluir do universo digital o contexto histórico da maconha e de outras substâncias psicoativas, estas inseridas ao longo do Capítulo 1, uma vez que suas existências (e subsequentes negações) ocorrem em paralelo.

Em consonância com as bases teóricas propostas ao longo do trabalho, as análises quantitativa e qualitativa se propuseram a validar alguns objetivos e hipóteses previamente estabelecidas.

De uma maneira geral, pode-se dizer que os objetivos foram cumpridos e as hipóteses, validadas. Como objetivo principal, a demonstração de como se forma o interesse público virtual em buscas e redes sociais sobre o debate da maconha foi demonstrada nas duas análises realizadas. A partir de um amplo mapeamento quantitativo e de amostras qualitativas, é possível constatar que o uso de tais ferramentas digitais se tornou um fundamento para o usuário na pesquisa e na reflexão sobre o tema, seja ele contra ou a favor da descriminalização ou legalização da *Cannabis sativa*.

Cabe uma observação sobre o objetivo de *quantificar* as métricas do Facebook, uma tarefa hercúlea graças ao hermetismo adotado pela plataforma com relação a suas medições. Pode-se dizer, portanto, que a hipótese de uma análise quantitativa em relação ao Google e ao Facebook foi parcialmente cumprida graças à primeira interface. Foi feita a análise estrutural de uma comunidade – como um dos fundamentos da análise de discurso proposta – para estratificação de dados dentro do Facebook (se trata, contudo, de apenas uma comunidade, não do todo).

A capacidade de reconfigurar o debate público sobre o tema via redes sociais também foi comprovada pela análise contida no capítulo 7. Poder-se-ia perguntar se o estudo de um espaço virtual como o Growroom não seria mais apropriado para a investigação; a resposta, contudo, é não, uma vez que, embora o

Growroom seja de extrema importância histórica para a cibercultura canábica no Brasil, trata-se de um enclave de conhecedores do tema. Estudar o universo do Facebook a partir de uma comunidade com mais de 1,8 milhão de pessoas significa observar o comportamento para além dos convertidos, dos estudantes, dos proselitistas (que, por sua vez, desempenham um papel importantíssimo na formação desse debate público virtual dentro de uma rede social cujo acesso ultrapassa 1,4 bilhão de pessoas mensalmente, conforme foi fundamentado ao longo do trabalho).

A observação qualitativa da formação de debate em torno da maconha, usando a comunidade Quebrando o Tabu como objeto de estudo, foi concluída de maneira absoluta. Pode-se concluir que existe um intenso – muitas vezes, profundo – debate de sujeitos nas redes sociais, independentemente da sua motivação ideológica ou conhecimento histórico-social sobre o tema, conforme foi demonstrado na análise de discurso.

Os dados coletados na abordagem metodológica usada para as buscas do Google, por sua vez, mostram um intenso fluxo de pesquisa acerca da *Cannabis sativa*. Pode-se ressaltar que um ponto considerável é a *qualidade* das buscas realizadas, a partir de uma demanda alta de procura por termos em inglês e/ou muito específicos - espécies de maconha e de sementes configuram exemplos nítidos dessa afirmação. Houve, também, uma procura considerável sobre os temas da descriminalização e da legalização, com um apogeu nítido durante o mês de agosto, em que o tema esteve na pauta do STF (o julgamento ainda está em curso), de acordo com a representação gráfica apresentada no capítulo 6.

Outra impressão obtida pelos dados foi a baixa penetração de buscas sobre a maconha medicinal, tema que é alvo de descobertas constantes na medicina dos últimos anos. Os dados ensejam que há muito o que se discutir no Brasil acerca de uma questão tão importante quanto urgente.

Conclui-se, a partir de todas as questões aqui resumidas, que a internet, enquanto difusora de ideias e sustento para a cibercultura, beneficiou, ampliou e catalisou o debate público sobre a maconha e suas implicações sociais.

Refletindo sobre a pesquisa, ainda que com variações e limitações nas abordagens metodológicas, acredita-se que foram fornecidos elementos para o desenvolvimento de trabalhos posteriores tanto sobre a maconha – na perspectiva

interdisciplinar não somente das ciências humanas, mas de outras – quanto sobre a recuperação de dados de usuários em sistemas de busca e na análise de discurso em redes sociais, cujo método difere da raiz francesa ou mesmo da abordagem proposta nas obras de Teun A. Van Dijk, um expoente contemporâneo do estudo do discurso.

No segmento de recuperação de dados pelas buscas do usuário, recomenda-se que os futuros trabalhos aprimorem a análise qualitativa sobre o que é obtido; que os cruzamentos de dados sejam depurados de forma a dar sentido aos anseios e desejos dos sujeitos que realizam tais pesquisas, assim como as nuances cognitivas das escolhas de suas palavras, ainda que haja limitações para estratificação cabal nessas ferramentas.

Para a análise de discurso em redes sociais, a recomendação é que ela se costure perfeitamente com a fundamentação teórica proposta no trabalho, de grande valia no momento de observação dos dados coletados.

Sobre a questão da maconha (e, em seu bojo, outras drogas), há três sugestões. A primeira delas é abordar a chamada Revolução do Prozac¹⁷⁷, uma nova aresta recentemente pesquisada – como um flanco, um desdobramento da Revolução Psicoativa. A segunda é uma investigação sobre a retomada de testes de drogas e de álcool no ambiente de trabalho¹⁷⁸, em uma nítida incursão nas ideias do puritanismo fordista do começo do século XX, apontado por Antonio Gramsci, cujo texto foi usado na fundamentação teórica deste trabalho.

Por fim, a terceira recomendação é que se combatam os preconceitos e as ideias pré-concebidas à luz do conhecimento científico, cujos pensadores e autores fenomenais – Antonio Escohotado certamente é um deles – estão à disposição para embasamento crítico, reflexivo e contumaz da pesquisa sobre a humanidade, seu comportamento e sua história.

177. "The Silence of Prozac". In: <http://www.lancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366%2815%2900430-7/fulltext>. Acesso em 14.out.15.

178. Alcohol testing "should take a place at work". In: <http://news.sky.com/story/1165570/alcohol-testing-should-take-place-at-work>. Acesso em 14.out.15.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, LF. **Principais mudanças introduzidas pela Lei nº 11.343/2006: uma análise comparativa.** Disponível em www.jus.com.br/artigos/26744/principais-mudancas-introduzidas-pela-lei-no-11-343-2006-uma-analise-comparativa. Acesso em 17.06.2014.

ARISTÓTELES. **Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília. I, 1252a e 1252b, p. 13-14.

BACHHUBER, M.A. et al. **Medical Cannabis Laws and Opioid Analgesic Overdose Mortality in the United States, 1999-2010.** In: <http://archinte.jamanetwork.com/article.aspx?articleid=1898878>. Acesso em 30.set.2015.

BENET, S. **Early Diffusion and Folk Uses of Hemp.** In **Cannabis and Culture** (org. Vera Rubin), p. 39-48.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época das suas técnicas de reprodução.** Disponível em: https://cei1011.files.wordpress.com/2010/08/benjamin_a-obra-de-arte-na-epoca.pdf. Acesso em 14.out.15.

BENKLER, Y. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Market and Freedom.** Yale University Press. Disponível em: http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf. Acesso em 22.mar.2015.

BENNET, B. **U.S. can't justify its drug war spending, reports say.** Disponível em <http://articles.latimes.com/2011/jun/09/world/la-fg-narco-contract-20110609>. Acesso em 01.07.2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: 1989, Bertrand Brasil.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 90.

BRANSON, R. **War on drugs a trillion-dollar failure**. In:
<http://edition.cnn.com/2012/12/06/opinion/branson-end-war-on-drugs>. Acesso em 22.mai.2015.

BRASIL. Decreto n. 20.930 de 11 de janeiro de 1932. Disponível em www.bit.ly/1pscSKy. Acesso em 16.06.2014.

_____. Decreto n. 2848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em 22.06.2015.

_____. Decreto n. 385 de 26 de dezembro de 1968. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0385.htm. Acesso em 22.06.2015.

_____. Decreto n. 4.294 de 6 de julho de 1921. Disponível em www.bit.ly/1qCONUY. Acesso em 16.06.2014.

_____. Decreto n. 891 de 25 de novembro de 1938. Disponível em www.bit.ly/1wjqMTh. Acesso em 16.06.2014.

_____. Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em www.bit.ly/TpAXqO. Acesso em 17.06.2014.

_____. Lei nº. 6.368 de 21 de outubro de 1976. Disponível em www.bit.ly/1uUYYIz. Acesso em 16.06.2014.

BRECHER, E. M. et al. **Licit and Illicit Drugs**. New York: Little Brown & Company, 1972.

CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Revista Outubro, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, pp.115-128

_____. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga**. São Paulo: SENAC, 2010.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 49.

CHERNOVIZ, P.L.N. (1908 apud FRANÇA, 2015). **Formulário e Guia Médico**. Paris: R. Roger e F. Chernoviz,, 1908, p. 435-436.

CHOI, H.; VARIAN, H. **Predicting the presente with Google Trends**, 2009. In: http://static.googleusercontent.com/media/www.google.com/pt-BR/googleblogs/pdfs/google_predicting_the_present.pdf. Acesso em 15.set.2015.

_____. **Predicting the presente with Google Trends**, 2011. In: <http://people.ischool.berkeley.edu/~hal/Papers/2011/ptp.pdf>. Acesso em 15.set.2015.

COLLET, M. (1989 apud ESCOHOTADO, 2008). **The Cocaine Connection: Drug Trafficking and Inter-American Relations**. New York: Foreign Policy Associated Series, 1989, p.35.

COURTWRIGHT, DT. **Forces of habit: drugs and the making of the moderns world**. Massachusetts/London: Harvard/Cambridge;2001.

CRAFTS et al. (1900 apud ESCOHOTADO, 2008). **Intoxicating Drinks and Drugs in All Lands and Times**. Int. Ref. Bur., Washington, D.C.: 1900.

CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 487.

D'AMBROSIO et al. **Web-Based Surveillance of Public Information Needs for Informing Preconception Interventions**. In: PLoS ONE, 2015, 10(4): e0122551. doi:10.1371/journal.pone.0122551

DEVANUR et al. **The Adwords problem: online keyword matching with budgeted bidders under random permutations**. Stanford: EC'09, July 6–10, 2009.

DIJK, T.A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 18.

DOYLE, K. **Operation Intercept: The perils of unilateralism**. In: The National Secure Archive, <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB86/>, 2003. Acesso em 22.mai.2015.

ECO, U. **Travels in Hyperreality**. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich, 1983. p. 6-7.

EPSTEIN, R.; ROBERTSON, R.. **The search engine manipulation effect (SEME) and its possible impact on the outcomes of elections**. PNAS August 18, 2015 vol. 112 no. 33, p. E4512-E4521.

ESCOHOTADO, A. **Historia General de Las Drogas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998.

FORT, J. (1969 apud ESCOHOTADO, 2008). **The Pleasure Seekers**. Nova York:Bobbs-Merrill, p. 69.

FOUCAULT, M. **A punição generalizada**. In: **Vigiar e Punir**, p. 122.

FRANCA, J.M.C. **História da Maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p. 7-14.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. In: **Cadernos do Cárcere**, vol. 4, p. 266.

GREEN (1915 apud ESCOHOTADO, 2008). **Psychoses Among Negroes: A Comparative Study**, Jour. of Nerv. And Mental Dis., 41, 1911, p. 697-708.

GRINSPOON, L., & BAKALAR, J. **Marihuana: La medecina prohibida**. Madrid: Transiciones, 1993.

_____. (1982 apud ESCOHOTADO, 2008). **La cocaína: una droga y su evolución social**. Barcelona: Hacen, 1982, p.101.

HART, C. **Um preço muito alto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

HENMAN, A. **A guerra às drogas é uma guerra etnocida**: um estudo do uso da maconha entre os índios Tenetehara do Maranhão. In: HENMAN, A. , PESSOA JR., O. (Org.). *Diamba sarabamba*. São Paulo: Ground, 1986. p. 91-116.

HERSH, W et al. **Ohsumed: an interactive retrieval evaluation and new large test collection for research**. In: SIGIR 1994, p. 192-201, 1994.

HUANG, SW et al (2014 apud SPIRIN, KARAHALIOS et al, 2014). **The Role of Network Distance in LinkedIn People Search**. Disponível em: http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/Huang_SIGIR14_LinkedIn.pdf. Acesso em 03.set.2015.

IGLÉSIAS, F. **Sobre o vício da diamba**. Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária. In: **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do IBGE, 1958 [original 1918], p. 17.

Illinois Medical Journal. Stripping the Medical Profession of Its Powers and Giving Them to a Body of Lawmakers. The Proposed Amendment to the Harrison Narcotic Act – Everybody Seems to Know All About Doctoring Except the Doctors. Chicago, ed. 49, junho de 1926, p. 447.

KARAHALIOS et al. **A Path to Understanding the Effects of Algorithm Awareness**. Toronto: CHI 2014, April 26–May 1, 2014. Disponível em: <http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/paper188.pdf> Acesso em 23.08.2015.

KEEN, A. **Vertigem Digital: Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 10.

KERR, I.; EALE, J. (2013 apud HAMILTON ET AL, 2014). **Prediction, Preemption, Presumption: How Big Data Threatens Big Picture Privacy**. Stanford Law Review Online 66, p. 65. In: **A Path to Understand the Effects of Algorithm Awareness**. Disponível em: <http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/paper188.pdf> Acesso em 23.ago.2015.

KOCH (1914 apud ESCOHOTADO, 2008). Literary Digest, p. 687.

KRAMER, ADI; GUILLORY, JE; HANCOCK, JT. **Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks**. PNAS June 17, 2014 vol. 111 no. 24, p. 8788-8790.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, p. 129.

LEWIS, S.P.; ARBUTHNOTT, A.E. **Searching for Thinspiration: The Nature of Internet Searches for Pro-Eating Disorder Websites**. In : Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking. April 2012, vol. 15(4): 200-204. doi:10.1089/cyber.2011.0453.

LI, Hui-Lin. **The Origin and Use of Cannabis in Eastern Asia: Their Linguistic-Cultural Implications**. In **Cannabis and Culture** (org. Vera Rubin), p. 51-62.

LIDDY, G. G. (1998 apud DOYLE, 2003). **Will: The Autobiography of G. Gordon Liddy**. St. Martin's Paperbacks.

MARCHIONINI, G. **Exploratory Search: From finding to understanding**. Disponível em: <http://www.inf.unibz.it/~ricci/ISR/papers/p41-marchionini.pdf>. Acesso em 03.set.2015.

_____. **Toward Human-Computer Information Retrieval**. Disponível em: <https://www.asis.org/Bulletin/Jun-06/marchionini.html>. Acesso em 10.set.2015.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 33.

MARÍAS, J. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 91.

Mayor's Committee on Marijuana (1944 apud BRECHER et al, 1972). "The Marijuana Problem in the City of New York". In: **Marijuana Papers**. New York: Bobbs-Merrill, 1966, p. 246.

MCCALLUM, M.L.; BURY, G.W. **Public interest in the environment is falling: a response to Ficetola (2013)**. In: Biodiversity and Conservation, Spring Science Business+ Media, April 2014, Volume 23, Issue 4, p. 1058.

MEHTA et al. **AdWords and Generalized On-line Matching**. ACM Transactions on Computational Logic, Vol. V, No. N, August 2007, Pages 1–20.

MELBERG et al. **Is Cannabis a gateway to hard drugs?** Oslo: Empirical Economics, 2010.

MENDONÇA JR, D. Interpretação da Norma Jurídica. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/25673-25675-1-PB.html>. Acesso em 17.06.2014.

MIRON, J.; WALDOCK, K. **The Budgetary Impact of Ending Drug Prohibition**. Washington: Cato Institute, 2010, p. 5.

MISHNE, G.; DE RIJKE, M. (2006 apud SPIRIN, KARAHALIOS et al, 2014). **A Study of Blog Search**. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F11735106_26 Acesso em 03.set.2015.

MOEN, W.E. **Accessing distributed cultural heritage information**. Communications of ACM, 41, 1998, p. 44-48.

MUSTO, D.F. (1973 apud ESCOHOTADO, 2008). **The American Disease: Origins of Narcotic Control**. New Haven: Yale Univ. Press, 1973, p. 43-44.

National Drug Control Strategy. **FY 2015 Budget and Performance**. Washington, julho de 2014, p. 7. In: https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/ondcp/about-content/fy2015_summary.pdf. Acesso em 23.mai.2015.

National Drug Control Strategy. **FY 2016 Budget and Performance**. Washington, fevereiro de 2014, p. 351. In: https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2016/assets/ap_23_drug_control.pdf. Acesso em 23.mai.2015.

New York Times (13.ago.1914 apud ESCOHOTADO, 2008); e *Medical Record*, n. 85 (1914, págs. 247-249, idem ibidem).

NINNEMANN, A.; STUART, G.. **The NBOMe series: A Novel, Dangerous, Group of Allucinogenic Drugs**. In: http://www.researchgate.net/publication/258202693_The_NBOMe_Series_A_Novel_Dangerous_Group_of_Hallucinogenic_Drugs. Acesso em 30.set.2015.

NIXON, R. **Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control**. 17.jun.1971. In: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3047>. Acesso em 22.mai.2015.

_____. Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control. Washington: The American Presidency Project, 1971. Disponível em www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=3048&st=&st1=. Acesso em 19.06.2014.

ONU. **Special Session of General Assembly**. Disponível em: <https://www.unodc.org/ungass2016/>. Acesso em 07.07.2015.

_____. **Values and preferences of people who inject drugs, and views of experts, activists and service providers: HIV prevention, harm reduction and related issues.** In: **Consolidated guidelines on HIV prevention, diagnosis, treatment and care for key populations.** Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/128118/1/WHO_HIV_2014.20_eng.pdf?ua=1&ua=1. Acesso em 04.07.2015. p. 3.

_____. **Cannabis: a short review.** Disponível em www.unodc.org/documents/drug-prevention-and-treatment/cannabis_review.pdf. Acesso em 19.06.2014.

_____. **Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas.** Viena, 1988. Disponível em: http://www.unodc.org/pdf/convention_1988_es.pdf. Acesso em 23.06.2015.

_____. **League of Nations Treaty Series.** In: <https://treaties.un.org/pages/LONOnline.aspx>. Acesso em 22.mai.2015.

_____. **Political Declaration: Guiding Principles of Drug Demand Reduction and Measures to Enhance International Cooperation to Counter the World Drug Problem.** Nova York, 1998. Disponível em: http://www.unodc.org/pdf/report_1999-01-01_1.pdf. Acesso em 23.06.2015.

_____. **Recueil des Traités et des Engagements Internationaux enregistrés par le Secrétariat de la Société des Nation**, vol. XIII, p. 196. In: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%208/v8.pdf>. Acesso em 22.mai.2015.

_____. **Report on the Fifty-Second Session (14 March 2008 and 11-20 March 2009).** New York: Economic and Social Council, Official Records, 2009, supplement n. 8. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/V09/825/56/PDF/V0982556.pdf?OpenElement>. Acesso em 26.06.2015.

_____. **Science addressing drugs and health: State of the art.** Disponível em http://www.unodc.org/documents/commissions/CND/CND_Sessions/CND_57/HLS/Statements/Thurs_13th_AM/02_Ms._Volkow_Scientific_Consultation_130314_am.pdf Acesso em 01.07.2015.

_____. **Single Convention on Narcotic Drugs, 1961**, p. 1. Disponível em http://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf. Acesso em 27.mai.2015.

RECUERO, R; SOARES, P. **Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. Galaxia (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013. In: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a19.pdf>. Acesso em 11.set.2015.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Etnocentrismo**. Disponível em:

<http://www.brasilecola.com/sociologia/etnocentrismo.htm>. Acesso em 14.out.15.

ROCCO, R. **A Cannabis no Brasil**. In: **O grande livro da Cannabis**: Guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 114.

ROZSAK, T. **Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972, p. 19.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

Serviço Nacional de Educação Sanitária. **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do IBGE, 1958 [original 1918].

SCHWARCZ, L. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1993, p. 47-65).

SCHWARTZ, G. **Economia Política da Cibercultura e Emergência da Iconomia**. Disponível em:

<http://www.cencib.org/simposioabciber/PDFs/CC/Gilson%20Schwartz.pdf>. Acesso em 24.mar.2015.

SINCLAIR, A. (1964 apud ESCOHOTADO, 2008). **Era of excess: A Social History of the Prohibition Movement**. Nova York, Harper, p. 201.

SOUZA, Q; QUANDT, C. **Metodologia de análise de redes sociais**. In: O tempo nas redes. São Paulo: Perspectiva, p. 34-36.

SPIRIN, N.; KARAHALIOS, K. **People Search within an Online Social Network: Large Scale Analysis of Facebook Graph Search Query Logs**. Shangai: CIKM, 2014, 3-7 de novembro.

SZASZ, M. et al. (1974 apud ESCOHOTADO, 2008). **Ceremonial Chemistry**. Nova York: Doubleday, p. 182.

TEEVAN, J. et al (2011 apud SPIRIN, KARAHALIOS et al, 2014). **#twittersearch:a comparison of microblog search and web search**. Disponível em: <http://140.122.184.128/presentation/11-11-28/TwitterSearch%20A%20Comparison%20of%20Microblog%20Search%20and%20Web%20Search.pdf>. Acesso em 03.set.2015.

TOMPKINS, X.; SALERNO, X. (1973 apud ESCOHOTADO, 2008). **Ceremonial Chemistry**. Nova York: Doubleday, p. 52.

U.S. Treasury Department (1931 apudapud BRECHER et al, 1972). **Traffic in Opium and Other Dangerous Drugs for the Year Ended December 31, 1931**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1932, p.51.

UNESCO. **The Race Question**. Paris: 1950, p.1-11. In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf>. Acesso em 10.fev.2015).

UNIÃO EUROPEIA. **A cannabis reader: global issues and local experiences.** Disponível em www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_53372_EN_emcdda-cannabis-mon-vol1-ch9-web.pdf. Acesso em 19.06.2014.

United Nations Office on Drugs and Crime. **Estimating illicit financial flows resulting from drug trafficking and other transnational organized crimes.** Viena, 2011, p. 35. In: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf. Acesso em 25.mai.2015.

VÁZQUEZ MONTÁLBAN, M. et al. (1977 apud ESCOHOTADO, 2008). **Imágenes y recuerdos: 1919-1930.** Barcelona: Difusora Intern, p. 151.

VYNIALS, O.; LE, Q.V. **A neural conversational model.** In: <http://arxiv.org/pdf/1506.05869v2.pdf>. Acesso em 20.set.2015.

WALTON, R. (1938 apud apud BRECHER et al, 1972). **Marijuana, America's New Drug Problem**, p. 17.

WEERKAMP, W.; BERENDSEN, R. et al. **People Searching for People: Analysis of a People Search Engine Log.** Disponível em: <http://krisztianbalog.com/files/sigir2011-peoplesearchlog.pdf>. Acesso em 03.set.2015.

WOOD, D. et al. **Tools for Debate: US Federal Government Data on Cannabis Prohibition. A report of the International Centre for Science in Drug Policy.** Vancouver: ICSDP, 2010, p. 17.

YOGEV, S et al. **Towards Expressive Exploratory Search Over Entity-Relationship Data.** Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/David_Carmel2/publication/254008846_Towards_expressive_exploratory_search_over_entity-relationship_data/links/53ed9d5e0cf2981ada16f6f4.pdf. Acesso em 10.set.2015.

ZITTRAIN, J.L., **The Future of the Internet and How To Stop It**, Yale University Press and Penguin UK, 2008 at <http://yupnet.org/zittrain>

INTERNET

“About LinkedIn”. In: <https://press.linkedin.com/about-linkedin>. Acesso em 23.set.2015.

“Alcohol testing ‘should take a place at work’”. In: <http://news.sky.com/story/1165570/alcohol-testing-should-take-place-at-work>. Acesso em 14.out.15.

“Audiência pública sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha”. Disponível em www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?txt_titulo_menu=Resultado%20da%20pesquisa&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=&COD_PROGRAMA=9999&COD_VIDEO=352346&ORDEM=0&QUERY=maconha&pagina=1. Acesso em 06.06.21014.

“Barack Obama on Marijuana Decriminalization”. In: <https://www.youtube.com/watch?v=wQr9ezr8UeA>. Acesso em 26.mai.2015.

“Celebrating a Community of 400 million”. In: <http://blog.instagram.com/post/129662501137/150922-400million>. Acesso em 23.set.2015.

“Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país”. In: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/com-lei-de-drogas-presos-por-trafico-passam-de-31-mil-para-138-mil-no-pais.html>. Acesso em 13.07.2015.

“Começam a valer novas regras da Anvisa para adquirir canadibiol”. In: <http://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/comecam-valer-novas-regras-da->

anvisa-para-adquirir-canadibiol-16679401.html#ixzz3mQ2fUHiv. Acesso em 27.07.2015.

“Cristovam Buarque relatará projeto que legaliza comércio de maconha”. Disponível em ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/69223/cristovam+buarque+relatara+projeto+que+legaliza+comercio+de+maconha.shtml. Acesso em 20.06.2014.

“Edward Snowden”. In: <http://www.theguardian.com/us-news/edward-snowden>. Acesso em 25.08.2015.

“Facebook brand pages suffer 44% decline in reach since December 1”. In: <http://www.ignitesocialmedia.com/facebook-marketing/facebook-brand-pages-suffer-44-decline-reach-since-december-1/>. Acesso em 24.mar.2015.

“Falhas na gestão de processos contribuem para a superlotação carcerária, diz conselheiro do CNJ”. Disponível em www.cnj.jus.br/noticias/cnj/27764-falhas-na-gestao-dos-processos-contribuem-para-a-superpopulacao-carceraria-diz-conselheiro-do-cnj. Acesso em 18.06.2014.

Google Adwords. Disponível em: <https://www.google.com.br/adwords/>. Acesso em 01.out.2015.

“Google Still Doing At Least 1 Trillion Searches Per Year”. In: <http://searchengineland.com/google-1-trillion-searches-per-year-212940>. Acesso em: 22.09.2015.

Google Trends. In: <https://www.google.com/trends/>. Acesso em 15.set.2015.

“Has Graph Search Been Removed From Facebook?”. In: <https://www.quora.com/Has-Graph-Search-been-removed-from-Facebook>. Acesso em 22.set.2015.

“Here’s How Facebook’s News Feed Actually Works”. In:
<http://time.com/3950525/facebook-news-feed-algorithm/>. Acesso em 23.08.2015.

“How Trends data is adjusted. In:
https://support.google.com/trends/answer/4365533?hl=en&ref_topic=4365599.
Acesso em 15.set.2015.

“Hyperreality”. In: <http://faculty.washington.edu/cbebler/glossary/hyperrea.htm>.
Acesso em 23.set.2015.

“Illegal”. Acesso em 20.06.2014. In: www.youtube.com/watch?v=CtJJ1pzMKxs .
Acesso em 20.06.2014.

“Lysergide”. In: <http://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/Lysergide#section=Top>.
Acesso em 30.09.2015.

“Menino que esperava por liberação do Canabidiol morre em Brasília”. Disponível
em
www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/06/01/interna_cidadesdf,430413/menino-que-esperava-por-liberacao-do-canabidiol-morre-em-brasilia.shtml.
Acesso em 20.06.2014.

“Número de processos por porte de entorpecentes para uso próprio já passa o de
tráfico”. In: http://oglobo.globo.com/rio/numero-de-processos-por-porte-de-entorpecentes-para-uso-proprio-ja-passa-de-traffic-17354313?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar.
Acesso em 13.07.2015.

“PF recolhe jornal que acusava Cardoso”. Folha de S.Paulo, 6 de novembro de
1985. In: www.acervo.folha.com.br. Acesso em 24.jun.2014.

“População carcerária feminina aumenta 42% nos últimos cinco anos”. Disponível
em www.cnj.jus.br/noticias/cnj/25998-populacao-carceraria-feminina-aumenta-42-nos-ultimos-cinco-anos#ad-image-0. Acesso em 18.06.2014.

“Quebrando o Tabu”. In: <http://www.quebrandootabu.com.br/>. Acesso em 24.set.2015.

“Quebrando o Tabu”. In: <https://www.facebook.com/quebrandootabu>. Acesso em 24.set.2015.

“Regra que proíbe liberdade provisória a presos por tráfico de drogas é inconstitucional”. Disponível em www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207130. Acesso em 18.06.2014.

Scup. In: <http://scup.com/pt/>. Acesso em 11.set.2015.

Social Bakers. In: <http://www.socialbakers.com/>. Acesso em 11.set.2015.

“Society for Neuroscience”. In: <http://www.sfn.org/search?q=oreo%20cocaine>. Acesso em 30.set.2015.

“Stats”. In: <http://newsroom.fb.com/company-info/>. Acesso em 23.set.2015

“STF julga porte de drogas; veja como são leis no mundo. In: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150813_leis_drogas_mundo_cc. Acesso em 20.set.2015.

“Substância extraída da maconha pode tratar um dos sintomas do Parkinson”. In: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/09/substancia-extraida-da-maconha-pode-tratar-um-dos-sintomas-do-parkinson.html>. Acesso em 20.set.2015.

The Alternative World Drug Report: Counting the Costs of War on Drugs. In: <http://countthecosts.org/sites/default/files/AWDR.pdf>, p. 23. Acesso em 25.mai.2015.

“The Silence of Prozac”. In: <http://www.lancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366%2815%2900430-7/fulltext>. Acesso em 14.out.15.

“Tracking is an assault on liberty, with real dangers”. In: <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052748703748904575411682714389888>. Acesso em 22.08.2015.

“Twitter Usage – Company Facts”. In: <https://about.twitter.com/company>. Acesso em 23.set.2015.

“Why I changed my mind on weed”. Disponível em www.cnn.com/2013/08/08/health/gupta-changed-mind-marijuana/. Acesso em 20.06.2014.